

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ
DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAGÉ/RS
DECÊNIO 2015 - 2025



BAGÉ, SETEMBRO 2026

Uma década de educação: memória, reflexão e caminhos para o futuro

À comunidade de Bagé,

É com respeito, afeto e profundo senso de responsabilidade que me dirijo a cada pessoa que, de diferentes formas, participa da construção da educação em nosso Município.

Neste momento tão significativo, em que apresentamos o Diagnóstico do Plano Municipal de Educação de Bagé, referente ao decênio 2015/2025, compartilho a alegria e a emoção de revisitar esse trajeto.

A partir dele, refletimos sobre o que vivemos, o que aprendemos e os horizontes que ainda temos pela frente.

Há documentos que apenas registram números, metas e resultados, enquanto outros também guardam histórias, escolhas, sonhos e compromissos.

Ao rememorar uma década da educação de Bagé, encontramos tudo isso: indicadores que revelam uma realidade e pessoas que, todos os dias, fazem da escola um espaço de encontro, aprendizagem, participação e transformação.

Mais do que reunir informações sobre o que foi realizado, este Diagnóstico nos convida a olhar para um período marcado por avanços, desafios, escolhas e aprendizagens.

Ao percorrê-lo, podemos identificar conquistas, perceber o que permaneceu como questão a ser enfrentada e compreender aspectos que ainda nos convocam ao diálogo, à reflexão e à definição de novos rumos.

A educação não se faz de forma isolada. Ela nasce de muitas mãos, vozes e olhares; envolve quem ensina e aprende, quem acolhe, planeja, pesquisa, participa, cuida e acredita.

Está presente nas escolas, nas salas de aula, nas famílias, nos espaços de participação e nas políticas públicas que buscam assegurar esse direito. É, portanto, uma responsabilidade compartilhada, que pertence a todos e se destina a todos.

Os indicadores apresentados neste documento permitem observar diferentes dimensões desse período e ajudam a compreender avanços, desigualdades e necessidades. Entretanto, cada dado está relacionado a uma realidade concreta e a sujeitos que vivem experiências distintas.

Crianças, adolescentes, jovens e adultos, assim como os profissionais que fazem a educação acontecer, trazem consigo histórias, condições sociais e culturais, sonhos, dificuldades e possibilidades.

Olhar para esse cenário exige reconhecer tanto os resultados alcançados quanto as barreiras que ainda limitam oportunidades e o pleno exercício do direito à educação.

Analisar esse período também significa fazer perguntas: O que os dados nos revelam? O que ainda não conseguimos alcançar? Quem permanece à margem das oportunidades? Que barreiras precisamos enfrentar? Que experiências podem nos ensinar novos caminhos?

Acredito em uma educação que reconhece cada sujeito em sua singularidade e compreende que ensinar e aprender estão profundamente relacionados às histórias, às culturas, às condições de vida e aos territórios onde vivem.

Essa concepção se expressa em uma escola que acolhe, ensina, escuta, provoca perguntas e cria possibilidades para que cada estudante desenvolva sua autonomia, construa conhecimentos, expresse sua voz e participe da sociedade.

Tudo isso se fortalece no encontro, na escuta e na ação coletiva.

É também nessa perspectiva que compreendo as políticas públicas. Elas precisam partir da realidade, conhecer os territórios e ser elaboradas com aqueles que vivenciam, diariamente, as questões da escola e da sociedade.

Quando dialogam com as necessidades concretas da população, deixam de ser apenas diretrizes e passam a orientar ações capazes de produzir mudanças no cotidiano.

Por isso, defendo um PME que não seja apenas um documento com metas para determinado período.

Ele precisa colocar as pessoas no centro, garantir direitos, expressar compromissos e orientar escolhas capazes de enfrentar desigualdades, promover equidade e ampliar possibilidades.

Diagnosticar, portanto, não significa apenas medir.

Significa conhecer para compreender.

Significa interpretar a realidade, identificar avanços, perceber desigualdades e formular perguntas que nos ajudem a pensar o que precisa ser fortalecido, revisto ou transformado.

Significa aprender com o processo realizado para definir, com maior clareza e responsabilidade, os rumos que queremos seguir.

Ao retomar essa década, reconhecemos muito do que foi realizado pela educação de Bagé.

Valorizamos o trabalho dos profissionais, os esforços das famílias, as experiências desenvolvidas nas escolas, as políticas implementadas e os resultados alcançados.

Ao mesmo tempo, olhamos com responsabilidade para as necessidades que permanecem e para as questões que exigem novas respostas.

Cada resultado faz parte de uma história.

Cada conquista carrega o trabalho de muitas pessoas.

E cada questão ainda não superada nos convoca a continuar.

É desse movimento que nasce o novo PME de Bagé: um plano que parte da memória daquilo que construímos, considera as necessidades do presente e se abre às possibilidades do futuro.

Um instrumento que reafirma a educação como direito, valoriza seus profissionais, enfrenta desigualdades, promove equidade e amplia os espaços de participação democrática.

Como professora e como Secretária Municipal de Educação e Formação Profissional, tenho aprendido que pensar a educação exige escuta.

Exige disposição para compreender o cotidiano, acolher diferentes perspectivas e, junto com outras pessoas, encontrar possibilidades para a cidade que queremos.

Por isso, entregamos este Diagnóstico à comunidade de Bagé não como um documento encerrado em si mesmo, mas como parte de um processo que precisa continuar.

Que ele nos ajude a reconhecer o que foi vivido, compreender o presente e identificar aquilo que ainda precisamos enfrentar.

Que os dados nos provoquem perguntas.

Que as perguntas nos aproximem.

Que essa aproximação fortaleça a participação.

E que essa participação nos ajude a construir um PME que tenha sentido para a vida das pessoas e para o futuro de Bagé.

Um plano de educação ganha vida quando encontra o contexto e as pessoas a quem se destina.

O próximo PME (2026/2036) precisa permanecer aberto às diferentes perspectivas e à contribuição de toda a comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade pela educação que queremos.

Apresento este Diagnóstico com a convicção de que educar é uma escolha cotidiana: uma escolha pela escuta, pelo diálogo, pela esperança e pela possibilidade de criar novas realidades.

Que esta leitura seja memória, reflexão e ponto de partida.

Que nos permita valorizar o percurso realizado, reconhecer as questões que permanecem e assumir, coletivamente, o compromisso com os próximos dez anos da educação de Bagé.

Professora Cáren Castencio
Secretária Municipal de Educação e Formação Profissional

Prefeitura Municipal de Bagé - Prefeito Municipal de Bagé

Luiz Fernando Mainardi

Comissão Gestora Municipal (CGM)

Lília Jurema Monteiro Masson, Caren Cristiane da Rosa Castencio, Dulce Veleda Bittencourt, Fernanda Taís Brignol Guimarães, Ingrid Andrade Nunes, Maria Sibila da Silva, Marília Santos de Quadros Araújo, Mirta Elena Fernandes Pereira, Raiane Montes Blanco, Taiana Duarte Loguercio, Vanessa de Almeida Marques

Técnico Local

Carla Becker Pertuzatti

Grupo Focal Objetivo 1 Acesso à Educação Infantil

Objetivo 2 Qualidade da Educação Infantil

Andréia Nunes Domingues Paiva, Ana Paula Pires Feijó, Ariane Rodrigues Severo, Lucilene da Costa Alves, Cristiane Salazart Messa, Silvana Raquel Gonçalves de Deus, Tuanny Cabral Cortes, Laura Thais Soares Robaina

Grupo Focal Objetivo 3 Alfabetização

Tatiane de Castro Seixas Borges, Raquel Silveira Portella, Alessandra Barbieri Gonçalves, Fernanda Moreira Pereira Ritta, Flavia Fissel Ferrugem De Blanco, Carolina Rich Monteiro

Grupo Focal Objetivo 4 Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Luciane Lima Guedes, Carla Heckler da Silva, Bruna Barbosa Rodrigues Jacinto, Ana Caroline Soares, Berenice Pacheco Marques, Deise Rodrigues Padilha Pires, Raquel Souza Alves Aymone, Eliana Mendes Medeiros, Aline Silveira, Lisangela Trindade, Deividi Ribeiro Quintana

Grupo Focal Objetivo 5 Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Elisiane Peixoto Cardona Biurrun, Janaina Wayne Herbstrith

Grupo Focal Objetivo 6 Educação Integral em Tempo Integral

Ane Elise Soares Diogo, Suelen Machado Marques, Sabrine da Silva Ferreira Godinho, Gabriel Muller Konflanz, Carla Beatriz Diforene Vaz

Grupo Focal Objetivo 7 Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação

Vanessa Macedo de Deus de Paula, Rodrigo Pons Mattos

Grupo Focal Objetivo 8 Sustentabilidade Socioambiental na Educação

Vanessa Costa Freitas

Grupo Focal Objetivo 9 Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

Adriana Mello Almeida Martins, Suziellen Alves Silveira Fernandes, José Carlos Batista Lira, Elimara da Silva Gonçalves, Luisa da Silva Hidalgo, Vitoria

Vasconcellos da Luz, Cátia Jardim, Lisandra Montedo, Lucélia Fernandes Nogueira Carvalho

Grupo Focal Objetivo 10 Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

Michela Lemos Silveira, Joice Nara Martins dos Santos, Solange Miranda de Souza, Alberes Siqueira Lemos, Aline Gonçalves Quintana, Taísa Luiz Soares, Cátia Simone dos Santos Silveira Netto, Lisiane Vieira Ortiz Martinez.

Grupo Focal Objetivo 11 Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Marcia Loguercio Paiva, Débora de Macedo Cortez Bosco, Alessandra Barcelos de Lima, Marcos Vinícius Pimenta, Rosane Machado Molina Brião, Luismar Leão Souto, Daniela Marques Leal, Cláudia Maribel Lucas Guterres, Daniele Guimarães Donatti Leal

Grupo Focal Objetivo 12 Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica

Objetivo 13 Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica

Adriana Treichel César, Fernanda Taís Brignol Guimarães, Sandro Dias Colares, Alexandre Oliveira, Lisandro Lucas

**Grupo Focal Objetivo 14 Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação
Objetivo 15 Qualidade da Graduação**

Gérson Severo Previtali, Simone Pereira Ferreira, Cármen Regina Schimidt Barbosa, Ana Zilda Ceolin Colpo

Grupo Focal Objetivo 16 Pós-Graduação Stricto sensu

Ana Cristina Rodrigues, Ana Colpo, Cristiano Oliveira, Diego Porcellis, Evandro Guindani, Fabrício Azambuja, Ingrid Nunes, Lucimar Camargo, Mara Pfeifer, Maria Eugênia Pegas, Maria Sibila, Marília Centeno, Melina Britto Gomes, Nívea Marques, Raquel Trindade, Renata Lindemann, Rúbia Camargo, Sara Mota, Valesca Irala, Vanessa Simões, Veronice Camargo

Grupo Focal Objetivo 17 Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Marilza Machado Barão Gallois e Cristiano Magrini Rodrigues

Grupo Focal Objetivo 18 Participação e Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública

Mirta Elena Fernandes Pereira, Ingrid Andrade Nunes, Alexandre Oliveira, Daici Mara Jardim Gonçalves Freire, Daniela Portela, Daniela Veiga Oliveira, Eduardo Fredes Nogueira, Eduardo Ruiz Alves, Elisa Maria Portella Silva, Victor Torrescasana Leal, Cátia Cilene Saraiva Avero, Marcelo Mendes Jacques

Grupo Focal Objetivo 19 Financiamento e Infraestrutura da Educação

Lenise Maraschin Nunes, Vanessa Gonçalves Alves Branco, Luciane Aparecida Guedes de Oliveira Nunes, Charlene Quadros Pacheco, Mariana Ribeiro dos Santos Ferreira, Edinho Carlos Kunzler, Luiz Carlos Bucalon

SUMÁRIO

Apresentação	06
Objetivo 1 Acesso à Educação Infantil	09
Objetivo 2 Qualidade da Educação Infantil	09
Objetivo 3 Alfabetização	19
Objetivo 4 Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio	30
Objetivo 5 Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio	44
Objetivo 6 Educação Integral em Tempo Integral	67
Objetivo 7 Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação	72
Objetivo 8 Sustentabilidade Socioambiental na Educação	83
Objetivo 9 Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola	89
Objetivo 10 Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos	99
Objetivo 11 Educação de Jovens, Adultos e Idosos	105
Objetivo 12 Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica	114
Objetivo 13 Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica	114
Objetivo 14 Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação	127
Objetivo 15 Qualidade da Graduação	127
Objetivo 16 Pós-Graduação Stricto sensu	151
Objetivo 17 Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica	157
Objetivo 18 Participação e Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública	168
Objetivo 19 Financiamento e Infraestrutura da Educação	177

APRESENTAÇÃO

Diagnóstico do Plano Municipal de Educação de Bagé - 2015/2025

O Município de Bagé apresenta o Diagnóstico do Plano Municipal de Educação (PME) referente ao período de 2015 a 2025. O documento foi elaborado com a finalidade de sistematizar informações e evidências sobre o desenvolvimento das metas e das estratégias estabelecidas para a educação ao longo do decênio. Este trabalho integra o contexto do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014, com vigência inicial de dez anos e posteriormente prorrogado até dezembro de 2025 pela Lei Federal nº 14.934/2024.

No processo de elaboração deste Diagnóstico, a Comissão Gestora Municipal (CGM) promoveu ampla divulgação da iniciativa nos meios de comunicação de Bagé. O propósito foi dar transparência ao processo e permitir a contribuição dos diferentes segmentos da sociedade. Para isso, redes e instituições de ensino municipal, estadual, federal e privada, além da comunidade em geral, foram convidadas a conhecer o trabalho e a encaminhar suas contribuições. Viabilizou-se um espaço aberto para o envio de colaborações sobre a trajetória da educação municipal no período de 2015 a 2025, reafirmando o compromisso com a transparência, o diálogo e a participação social na construção do documento e no planejamento das políticas educacionais.

Durante o decênio, o PME consolidou-se como instrumento de planejamento e referência para a formulação e a implementação das políticas educacionais em Bagé. O plano estabeleceu objetivos e prioridades para as diversas etapas e modalidades de ensino, bem como para dimensões estruturantes da educação. Entre os temas contemplados, destacam-se a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, a educação especial, a alfabetização, a educação profissional, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática, o financiamento e a educação superior.

A análise do desenvolvimento de um plano dessa natureza exige mais do que a verificação isolada de indicadores. É fundamental considerar as condições das ações, as características do território e as transformações no cenário educacional ao longo do período. Sob essa perspectiva, os dados deste Diagnóstico auxiliam na

compreensão da implementação das políticas públicas, dos resultados alcançados e dos fatores que favoreceram ou limitaram o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Para fundamentar este Diagnóstico, foram examinados documentos institucionais, registros administrativos, dados educacionais e registros de ações vinculadas às metas e estratégias do PME. A sistematização desses dados e informações permitiram acompanhar a execução das proposições previstas, reconhecer os avanços obtidos e identificar aspectos que demandam continuidade, aperfeiçoamento ou novas abordagens.

A avaliação do decênio considera também o caráter dinâmico da educação. Ao longo de dez anos, alteram-se as demandas da população, as condições de oferta, as necessidades dos estudantes e as formas de organização pedagógica e de gestão. Essas transformações impactam diretamente a implementação das políticas. Assim, situar metas e estratégias em seu contexto real torna possível identificar com clareza os avanços, os limites e os desafios permanentes da política educacional de Bagé.

A trajetória do PME contou com a participação ativa de profissionais da educação, estudantes, famílias, instituições de ensino, representantes do poder público e outros atores sociais envolvidos nas discussões e ações do planejamento educacional. Essa dimensão coletiva reforça a concepção da educação como direito social e responsabilidade pública, cuja efetivação requer articulação institucional, diálogo constante e compromisso compartilhado.

Os resultados reunidos neste documento constituem a referência para a elaboração do Plano Municipal de Educação 2026–2036. A análise realizada permite reconhecer as conquistas a serem preservadas e ampliadas, além de apontar necessidades que exigem novas estratégias no próximo decênio. Dessa forma, o Diagnóstico fornece subsídios consolidados para a definição de prioridades alinhadas às reais demandas da educação em Bagé.

Entre os desafios permanentes da política educacional, destacam-se o combate às desigualdades, a promoção da equidade, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento do protagonismo dos estudantes. Somam-se a isso a incorporação da sustentabilidade no cotidiano escolar e a ampliação da participação democrática nos processos de planejamento, gestão e acompanhamento das políticas públicas.

Diante desse panorama, o Diagnóstico do PME 2015–2025 estabelece uma ponte documental entre dois ciclos de planejamento. Ao organizar os resultados e as evidências produzidas ao longo da década, bem como os obstáculos identificados, o documento oferece sustentação para que o PME 2026–2036 incorpore o aprendizado acumulado e responda com precisão às necessidades educacionais do município.

Assim, este texto encerra o ciclo de acompanhamento do Plano Municipal de Educação 2015–2025 e orienta a construção do planejamento para os próximos dez anos. Sua elaboração reafirma a importância de políticas públicas embasadas na realidade educacional, atentas às especificidades locais e pautadas pelo diálogo, com o compromisso permanente de assegurar o direito à educação de qualidade para todos.

A seguir, apresentam-se a evolução e a análise detalhada de cada objetivo, meta e estratégia do PME, destacando os resultados obtidos, as limitações observadas e as diretrizes para o período de 2026 a 2036.

Objetivo 1: Acesso à Educação Infantil
Objetivo 2: Qualidade da Educação Infantil

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, contemplando suas dimensões física, emocional, cognitiva, social e cultural. Nesse sentido, garantir o acesso e a permanência das crianças nas instituições de Educação Infantil representa não apenas um direito assegurado, mas também um compromisso essencial das políticas públicas educacionais.

No município de Bagé, a análise da oferta e do atendimento na Educação Infantil permite acompanhar os resultados alcançados ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação – PME 2015, além de identificar desafios e demandas que ainda requerem atenção do poder público.

Nesse contexto, a Meta 1 do PME, em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE, estabeleceu como objetivo universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos até 2016, bem como ampliar a oferta de creches, atendendo a, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do Plano.

O presente diagnóstico busca, portanto, analisar a evolução do atendimento à Educação Infantil no município, considerando os dados populacionais e de matrícula, com o propósito de verificar o cumprimento das metas estabelecidas, destacar os progressos obtidos e apontar os desafios que ainda persistem para a ampliação e a qualificação do acesso à Educação Infantil em Bagé.

Rede Municipal de Ensino

A Rede Municipal possui 24 instituições de Educação Infantil, sendo 23 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 1 escola conveniada. Dessas, 9 atendem exclusivamente a etapa creche (0 a 3 anos) e 15 atendem etapa creche e Pré-escola.

Além disso, a Rede Municipal oferta turmas de pré-escola em 29 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e em 3 escolas rurais, totalizando 32 escolas da rede municipal que atendem a pré-escola.

Uma turma de pré-escola funciona na EEEF Dr. Mário Olivé Suñe, com termo de cedência de espaço pelo Estado, sendo as matrículas da turma e o professor regente pertencentes à rede municipal.

Rede Estadual

A Rede Estadual, em Bagé, oferta apenas uma turma de pré-escola, nível B, com vinte alunos, no turno da tarde, na EEEM Prof. Justino Costa Quintana. A turma, aprovada pela SEDUC, justifica-se pelo fato de a escola ofertar o Curso Normal.

Rede Privada

A rede privada é composta por 24 instituições, sendo:

- 19 Escolas Particulares de Educação Infantil, que atendem tanto a etapa creche quanto a pré-escola;
- Três instituições que atendem creche e pré-escola: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Escola São Benedito (Rede ICM) e Colégio Franciscano Espírito Santo;
- Duas instituições que atendem apenas a partir da pré-escola: Escola Vasco da Gama e Fundação Bradesco.

Conforme informações fornecidas pela 13ª Coordenadoria Regional de Educação (13ª CRE), fonte dos dados utilizados neste diagnóstico, as três instituições citadas no segundo grupo — Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Escola São Benedito (Rede ICM) e Colégio Franciscano Espírito Santo — possuem autorização para a oferta da Educação Infantil. Entretanto, ressalta-se que nenhuma delas possui Autorização de Funcionamento específica para o atendimento da faixa etária correspondente à Creche/Berçário, evidenciando uma inconsistência entre o atendimento efetivamente ofertado e os atos autorizativos vigentes.

A regulamentação e os atos autorizativos referentes a essas instituições são de competência do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEEd/RS), por meio de Deliberações e Pareceres, enquanto a Portaria referente ao Colégio Franciscano Espírito Santo é expedida pela Secretaria Estadual de Educação.

Dessa forma, para a oferta regular do atendimento às crianças na faixa etária de Creche/Berçário, as instituições deverão encaminhar-se à 13ª Coordenadoria Regional de Educação para a instrução do processo de solicitação de Autorização de Funcionamento junto ao Conselho Estadual de Educação, observando a legislação e as normas vigentes.

As informações apresentadas evidenciam a necessidade de acompanhamento da regularidade dos atos autorizativos das instituições que ofertam Educação Infantil no município, especialmente no que se refere à correspondência entre as faixas etárias atendidas e as respectivas autorizações de funcionamento.

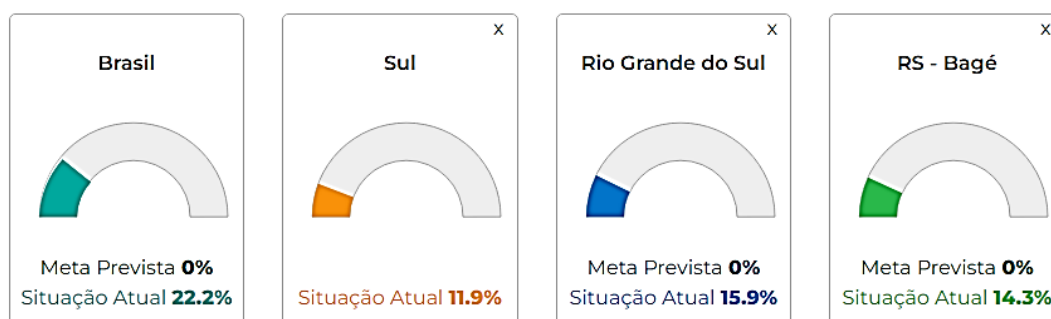
Total Geral

Considerando todas as redes de ensino (municipal, estadual e privada), o município conta com 81 instituições que ofertam Educação Infantil, distribuídas entre as etapas de creche e pré-escola.

Este diagnóstico tem como base os dados dos sites oficiais do Ministério da Saúde (DATASUS) e do INEP, atualizados até o ano de 2025.

Análise da Meta 1

Segue o gráfico com a contextualização a seguir:



Pré-escola (4 e 5 anos)

Segundo dados do DATASUS e do INEP, em 2016 Bagé possuía aproximadamente 3.182 crianças de 4 e 5 anos, das quais 2.708 estavam matriculadas na pré-escola, correspondendo a cerca de 85% de atendimento. Em

2025, estimava-se um total de 2.934 crianças nessa faixa etária, com 2.767 matrículas, alcançando aproximadamente 95% de atendimento.

Considerando a oferta de vagas existente e o atendimento imediato às crianças que buscam matrícula, a pré-escola encontra-se em processo de universalização. Em relação aos 5% que não estão matriculados em nenhuma das redes (municipal, estadual ou privada), destacam-se como possíveis causas:

- Famílias sem acesso a informações sobre a obrigatoriedade do ensino nessa faixa etária;
- Mudança de cidade das famílias;
- Ausência de uma ação intersetorial de busca ativa efetiva.

Creche (0 a 3 anos)

A Meta 1 previa o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças dessa faixa etária até o final da vigência do Plano. Em 2025, o número estimado era de 3.969 crianças de 0 a 3 anos, com 1.857 matrículas registradas, representando cerca de 47% de atendimento, o que mostra que a meta não foi cumprida.

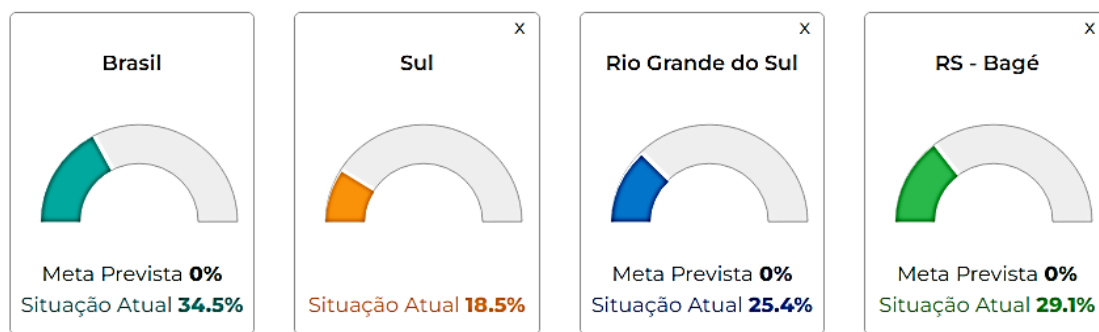
Esses dados indicam a necessidade de continuidade das ações de ampliação de vagas para atender à demanda desta faixa etária.

Estratégia 1.1 — Vetada

Estratégia 1.2 — Parcialmente alcançada

A estratégia previa garantir, no prazo de até 3 anos, o aumento da oferta de Educação Infantil em 31% na modalidade creche, com vistas a totalizar a meta prevista para o final da vigência do PNE, de 50% de atendimento.

A estratégia foi parcialmente alcançada, pois em 2018 havia 4.878 crianças e 2.377 crianças matriculadas, atendendo acima da porcentagem de 31% conforme citado (três anos após o início da vigência do Plano). Porém, ao final da vigência do Plano, finalizamos com uma média de 46% de alunos matriculados na etapa creche — número próximo ao estabelecido no Plano, mas ainda abaixo da meta de 50% prevista no PNE, conforme revelam os dados a seguir:



Estratégia 1.3 — Estratégia não alcançada

A estratégia previa ampliar a oferta de Educação Infantil até o final da vigência do Plano, de forma a atender 70% da demanda da população de 0 a 3 anos. A meta não foi alcançada.

Ao final da vigência do Plano, em 2025, considerando uma população estimada de 3.969 crianças de 0 a 3 anos (nascidos vivos), o município atendia 1.857 crianças matriculadas em creche, correspondendo a aproximadamente 47% dessa população. Portanto, a estratégia não foi alcançada, pois o percentual ficou abaixo dos 70% previstos.

Embora a meta estabelecida não tenha sido atingida, observa-se uma ampliação gradual da oferta de vagas ao longo do período de vigência do Plano. A expansão do atendimento em creche permanece, assim, como um dos principais desafios para a política municipal de Educação Infantil.

Estratégia 1.4 — Estratégia parcialmente alcançada

A estratégia previa atender 100% da demanda da população de 4 e 5 anos a partir de 2016. Os dados demonstram uma ampliação do atendimento na pré-escola ao longo do período, passando de aproximadamente 85% das crianças de 4 e 5 anos em 2016 para cerca de 95% em 2025.

Considerando a oferta atual de vagas e a garantia de matrícula imediata para todas as crianças dessa faixa etária que procuram a rede de ensino, a pré-escola encontra-se em processo avançado de universalização.

Em relação aos 5% que ainda não estão matriculados em nenhuma das redes, destacam-se alguns possíveis motivos: a falta de acesso das famílias a informações sobre a obrigatoriedade do ensino nessa faixa etária, mudanças de cidade que dificultam o acompanhamento dessas crianças, e a ausência de uma

ação intersetorial efetiva de busca ativa. Vale ressaltar que, como a vaga é garantida imediatamente, esses fatores ajudam a explicar por que a cobertura ainda não atingiu os 100% previstos.

Estratégia 1.5 — Estratégia parcialmente alcançada

A Estratégia 1.5 estabelece a necessidade de assegurar que, no prazo de até três anos, todas as instituições de Educação Infantil contemplem os padrões mínimos de infraestrutura previstos na legislação vigente, garantindo ambientes adequados às diferentes faixas etárias e às necessidades do processo educativo, conforme a Portaria nº 940/2022.

Nesse sentido, a legislação municipal que organiza o Sistema Municipal de Ensino determina que as instituições de Educação Infantil devem oferecer espaços físicos seguros, acessíveis, salubres e adequados ao desenvolvimento das práticas pedagógicas, observando as normas de funcionamento e os requisitos de qualidade definidos pelas legislações federal, estadual e municipal.

Nesse quesito, todas as escolas garantem espaços físicos salubres e adequados, salas de atividades compatíveis com o número de crianças, espaços adequados de alimentação, instalações sanitárias adequadas à faixa etária, áreas para recreação e mobiliário apropriado. Porém, a estratégia foi apenas parcialmente atingida, pois alguns padrões, como lactário e sala específica para descanso, não são contemplados em todas as escolas — embora a higienização e o preparo de mamadeiras ocorram na cozinha da escola, e o momento do sono seja organizado na própria sala de aula, com colchonetes, travesseiros e cobertores.

Estratégia 1.6 — Estratégia alcançada

Observa-se que a Estratégia 1.6 apresenta um equívoco quanto à atribuição de competências entre os órgãos públicos envolvidos. O texto prevê que o Alvará de Localização e Funcionamento seja concedido somente após a aprovação de funcionamento emitida pelo Conselho Municipal de Educação.

Entretanto, a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento é de competência da Prefeitura Municipal, por meio do órgão responsável pelo licenciamento, enquanto ao Conselho Municipal de Educação compete o credenciamento, a autorização de funcionamento e a supervisão das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino, conforme a legislação vigente.

Na prática, os processos de regularização administrativa e educacional são realizados de forma articulada entre os órgãos competentes, garantindo que as instituições de Educação Infantil atendam às exigências legais para seu funcionamento.

Estratégia 1.7 — Estratégia parcialmente alcançada

A Estratégia 1.7 trata da continuidade da oferta de formação dos profissionais de Educação Infantil, podendo estabelecer parcerias com a União, o Estado e universidades, para atingir as seguintes metas:

a. Alcançar a meta de 100% dos professores com formação superior em cinco anos após o início da vigência deste Plano (2015 a 2020):

Segundo os dados do Censo Escolar 2020 do INEP, Bagé (RS) possuía 378 docentes atuando na Educação Infantil, considerando todas as dependências administrativas (municipal, estadual e privada). No INEP, as informações sobre a escolaridade dos docentes constam da seguinte forma:

- Licenciatura: 245
- Bacharelado: 28
- Curso Normal (Magistério): 71
- Ensino Médio: 34

Em resumo, dos 378 docentes, 316 possuem licenciatura ou Curso Normal, totalizando 83% — o que causa certa estranheza, uma vez que todos os professores da rede municipal ingressam por concurso público ou processo seletivo que exige, no mínimo, formação em Curso Normal, requisito também adotado pelas instituições privadas do município. Uma possível causa seja o preenchimento incorreto, pelas escolas, das informações dos docentes no Censo Escolar.

b. Ampliar, no prazo de cinco anos, em 50% o número de professores com pós-graduação:

No início da vigência do Plano (2015), havia 343 docentes atuando na Educação Infantil de Bagé, dos quais 120 possuíam pós-graduação, totalizando uma média de 35%. Após cinco anos (2020), havia 378 docentes, dos quais 167 haviam concluído a pós-graduação, totalizando uma média de 45%. Embora tenha ocorrido um pequeno avanço, a meta não foi alcançada, o que demonstra a necessidade de fortalecer as políticas de formação continuada, ampliando as oportunidades de especialização e aperfeiçoamento dos profissionais da Educação Infantil.

- c. Estimular a continuidade dos estudos dos profissionais que já atuam com crianças de 0 a 2 anos, de forma que todos possuam, no mínimo, formação em nível médio:

A estratégia manteve-se atendida ao longo da vigência do Plano, visto que a Rede Municipal de Ensino de Bagé já contava com todos os profissionais atendentes que atuavam com crianças de 0 a 2 anos possuindo, no mínimo, formação em nível médio. Dessa forma, o requisito previsto foi integralmente cumprido desde o início do período de monitoramento.

Estratégia 1.8 — Estratégia alcançada

A Estratégia 1.8 estabelece, a partir da vigência deste Plano, a admissão de atendentes para atuar na Educação Infantil somente com formação mínima em nível médio, ressalvados os casos de concursos realizados anteriormente a este PME.

Na Rede Pública Municipal de Bagé, todos os atendentes de Educação Infantil possuem, no mínimo, o Ensino Médio. Da mesma forma, na rede privada, todos os profissionais que atuam como auxiliares também possuem o Ensino Médio como escolaridade mínima. Sendo assim, observa-se que a estratégia foi alcançada.

Estratégia 1.9 — Vetada

Estratégia 1.10 — Estratégia alcançada

A Estratégia 1.10 busca assegurar, conforme a necessidade da comunidade, que as crianças da Educação Infantil tenham atendimento em tempo integral, com prioridade às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.

Na rede municipal do município, toda a etapa da creche é atendida em tempo integral, e as escolas privadas também ofertam o atendimento integral, embora a demanda manifestada na rede privada seja, muitas vezes, de apenas um turno, conforme a necessidade das famílias. Ressalta-se, contudo, que a oferta integral é garantida em todas as escolas do município, o que assegura o cumprimento da estratégia.

Estratégia 1.11 — Estratégia não alcançada

A Estratégia 1.11 visa possibilitar ao Conselho Municipal de Educação (CME), em articulação com as esferas municipal, estadual, federal e instituições não governamentais, constituir uma equipe técnica formada por profissionais ligados às

áreas da saúde, educação e assistência social, com o objetivo de supervisionar e assessorar as instituições de Educação Infantil, de forma a garantir a oferta e a qualidade previstas nos padrões mínimos estabelecidos em lei.

A estratégia não foi alcançada, pois, segundo as informações levantadas, o município apresenta uma defasagem quanto à articulação intersetorial formal, situação relacionada diretamente à inexistência de um Plano Municipal pela Primeira Infância.

Estratégia 1.12 — Estratégia não alcançada

A Estratégia 1.12 visa garantir que nenhuma turma de Educação Infantil funcione sem a presença de professor devidamente habilitado, na forma prevista pela legislação vigente.

Segundo os dados levantados, algumas turmas de berçário da Rede Municipal foram atendidas por professores berçaristas em apenas um dos turnos — lembrando que a oferta é em tempo integral —, sendo o turno inverso atendido por atendentes de berçário. Por esse motivo, a estratégia não foi atingida. Já na Rede Privada, as turmas de berçário foram atendidas por professores berçaristas em ambos os turnos.

Estratégia 1.13 — Estratégia não alcançada

A Estratégia 1.13 previa a articulação com as universidades locais para a oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação. Durante o período de vigência do Plano, não foram identificadas parcerias institucionalizadas entre o município e as instituições de ensino superior. Embora tenham ocorrido algumas ações pontuais de formação, essas iniciativas foram isoladas e insuficientes para caracterizar uma política contínua e estruturada de formação continuada.

Estratégia 1.14 — Vetada

Estratégia 1.15 — Estratégia não alcançada

A estratégia buscava implementar momentos de troca de experiências entre as redes municipal, estadual e privada. Neste item, não foram encontrados, no período de monitoramento, momentos de intercâmbio de experiências entre as redes de ensino no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Meta 1 do PME 2015 mostra avanços relevantes, mas também desafios que persistem na Educação Infantil de Bagé.

Na pré-escola, o atendimento evoluiu de 85% (2016) para 95% (2025), indicando processo avançado de universalização, restando como desafio alcançar, por meio de busca ativa intersetorial, a pequena parcela ainda fora da escola.

Na etapa creche, a meta não foi cumprida: o município encerrou o período com cerca de 47% de cobertura, abaixo dos 50% previstos pelo PNE e dos 70% previstos na Estratégia 1.3, evidenciando a necessidade de ampliação contínua da oferta.

Entre as demais estratégias, houve resultados mistos: metas como a formação mínima dos atendentes e a oferta em tempo integral foram alcançadas, enquanto pontos como infraestrutura específica (lactários e salas de descanso), formação continuada com universidades, presença de professores habilitados em todos os turnos e articulação intersetorial permanecem incompletos — agravados pela ausência de um Plano Municipal pela Primeira Infância.

Conclui-se, portanto, que a ampliação da oferta de creches, o fortalecimento da articulação intersetorial e a qualificação da infraestrutura e da formação profissional devem ser prioridades no próximo ciclo de planejamento educacional do município voltado à Primeira Infância.

Objetivo 3: Alfabetização

O Plano Municipal de Educação (PME) do ano de 2015 determinava a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, houve a antecipação do ciclo de alfabetização do 3º para o 2º ano do ensino fundamental, passando assim a ser o parâmetro oficial esperado para a apropriação da escrita alfabética, com leitura e escrita autônomas.

No município, os anos iniciais do Ensino Fundamental são ofertados por 57 unidades escolares, sendo 36 pertencentes à rede municipal de ensino, 16 à rede estadual e 5 à rede privada. Desse total, 54 escolas estão localizadas na área urbana e 3 na área rural. Entre as unidades que atendem essa etapa de ensino, 1 caracteriza-se como escola quilombola, vinculada à EMREF Simões Pires.

Em 2025, os anos iniciais do Ensino Fundamental de Bagé registraram um total de 7.450 estudantes matriculados. A rede municipal atende 3.933 estudantes, o que representa 52,8% do total de matrículas, sendo a principal responsável pela oferta dessa etapa de ensino no município. A rede privada atende 1.843 estudantes (24,7%) e a rede estadual conta com 1.674 matrículas (22,5%).

De acordo com o Painel de Indicadores da Educação da SEDUC-RS, as matrículas de 2025 nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, que correspondem ao ciclo de alfabetização, distribuíram-se nas redes de ensino da seguinte forma:

Matrículas por Série - 2025			
Rede/ Ano	Estadual	Municipal	Privada
1º ano	309	774	340
2º ano	334	777	318

Fonte: <https://indicadores.educacao.rs.gov.br/>

Em relação aos professores, os anos iniciais do Ensino Fundamental contam com 418 docentes. Desse total, 51,4% atuam na rede municipal, 27,6% na rede estadual e 21% na rede privada. Esses dados mostram que a rede municipal

também concentra a maior parte dos profissionais que trabalham nessa etapa de ensino.

Quanto ao perfil étnico-racial dos estudantes, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam que 4.674 estudantes se declaram brancos e 1.600 se declaram pretos ou pardos. Há, ainda, 15 estudantes registrados em outras categorias raciais e 1.161 matrículas sem informação declarada. Esses dados evidenciam a diversidade étnico-racial presente nas redes de ensino e reforçam a necessidade de implementação de políticas e ações pedagógicas que promovam a equidade, o respeito à diversidade e a garantia de igualdade de direitos e oportunidades para todos os estudantes, em consonância com o princípio da igualdade previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Em relação ao local de residência, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2025 disponíveis no Inepdata, a maioria dos estudantes está na área urbana, com 7.428 matrículas, enquanto a área rural possui 22 estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Não há registros de estudantes indígenas nessa etapa de ensino e foram identificados nove estudantes quilombolas matriculados na rede municipal.

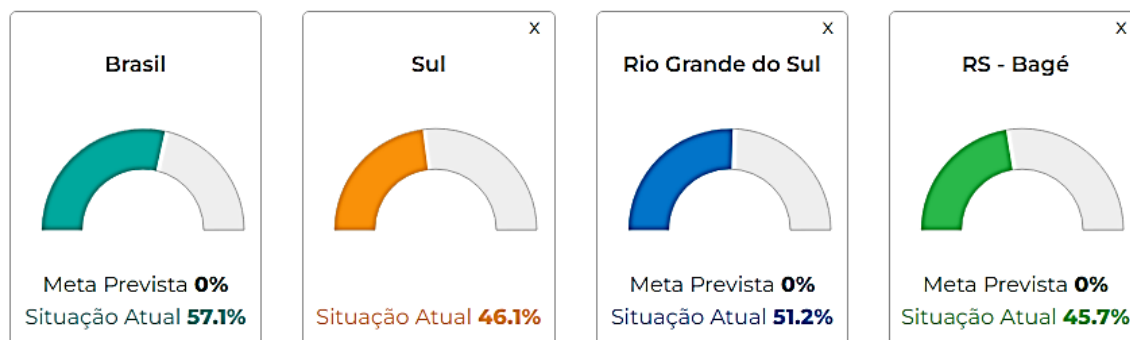
Conforme dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS), encontram-se matriculados oito estudantes nos anos iniciais da Educação Escolar Indígena, atendidos pela rede estadual de ensino na Escola Estadual Martinho Saraiva, situada junto à Aldeia Ámba Mirim. Do total de estudantes matriculados, não há registros de matrículas no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental.

De modo geral, os dados apresentados permitem compreender o cenário educacional do município de Bagé nos anos iniciais do Ensino Fundamental, destacando a importância das diferentes redes de ensino na garantia do atendimento aos estudantes.

Para aferir os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa (leitura e escrita) e matemática, alcançados pelos estudantes ao final do terceiro ano do ensino fundamental, nos municípios, nos estados e no Brasil foi desenvolvida, em 2013, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Os resultados da ANA foram apresentados em escalas de proficiência. As escalas de leitura e matemática são compostas por quatro níveis e a de escrita, por cinco níveis progressivos e

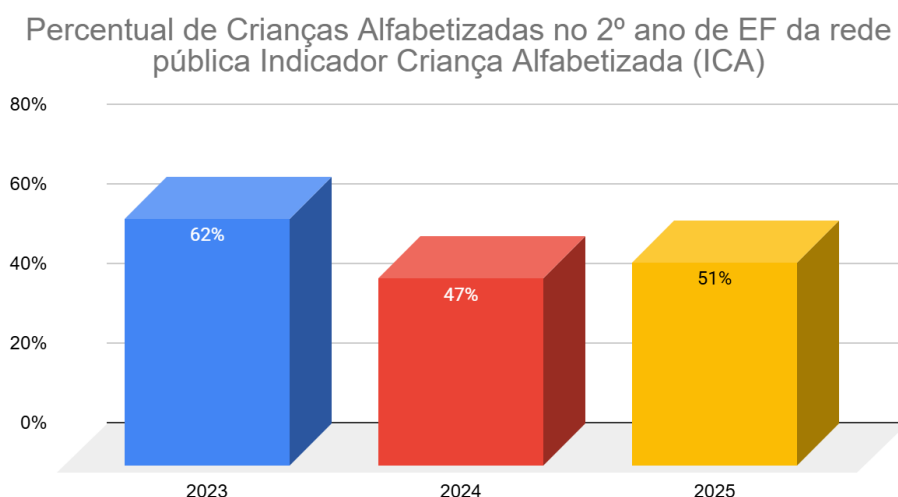
cumulativos, da menor para a maior proficiência. A ANA teve duas edições (2013; 2014). A linha de base apresenta apenas os resultados do ano de 2014, agregados nacionalmente, por grandes regiões e por unidades da Federação.

Indicador 5A - Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)



Fonte: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

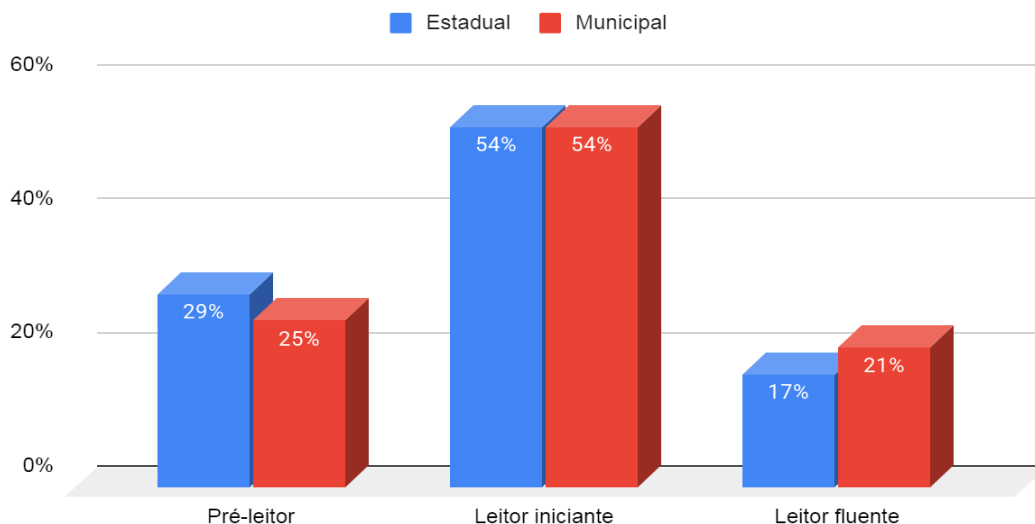
Indicador 5B - Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (nível 1, 2 e 3 da escala de proficiência).



Fonte: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

Indicador 5C - Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (nível 1 e 2 da escala de proficiência)

Resultado Fluência Leitora 2023/2024



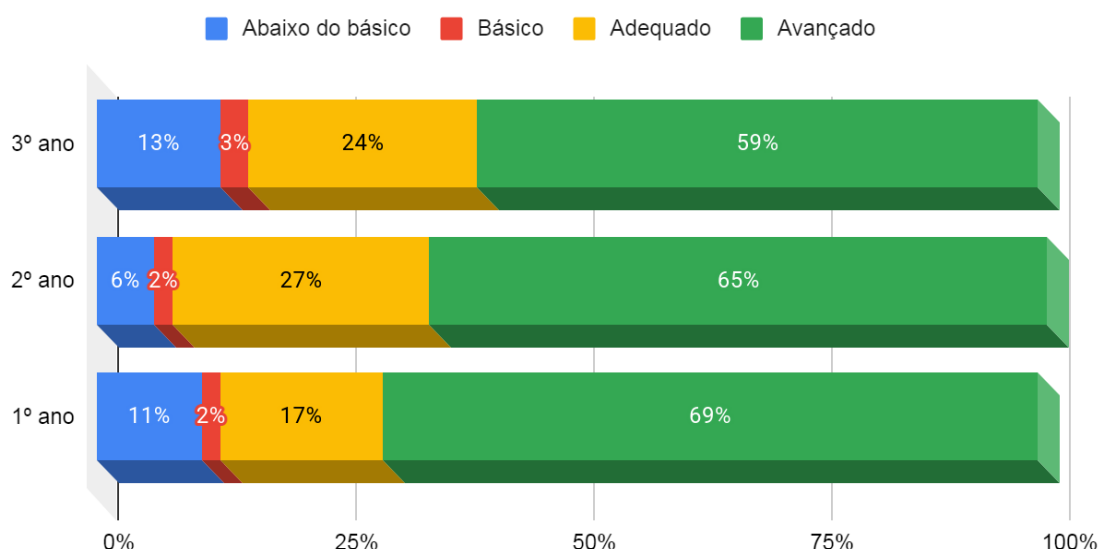
Fonte: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

Para acompanhar a meta de alfabetizar todos os alunos na idade certa, desde o ano de 2023, o Ministério da Educação (MEC) utiliza o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) para medir o percentual de alunos alfabetizados no final do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública.

A meta não foi atingida na sua proposta de alfabetizar todas as crianças no final do ciclo de alfabetização, conforme os dados referentes ao município de Bagé, divulgados pelo Inep, que demonstram o percentual de alunos da rede pública alfabetizados nos três últimos anos de vigência deste PME, de acordo com o Indicador Criança Alfabetizada (ICA).

De acordo com o gráfico abaixo, em 2023 a rede pública alcançou 62% de alunos alfabetizados ao final do 2º ano. Em 2024, esse percentual sofreu uma redução de 15 pontos percentuais, passando para 47%. Já em 2025, houve uma recuperação em relação ao ano anterior, atingindo 51% de alunos alfabetizados. Apesar dessa melhora, o resultado ainda permanece abaixo da meta esperada.

Nível de aprendizagem do Ciclo de Alfabetização Provinha Bagé (2025)



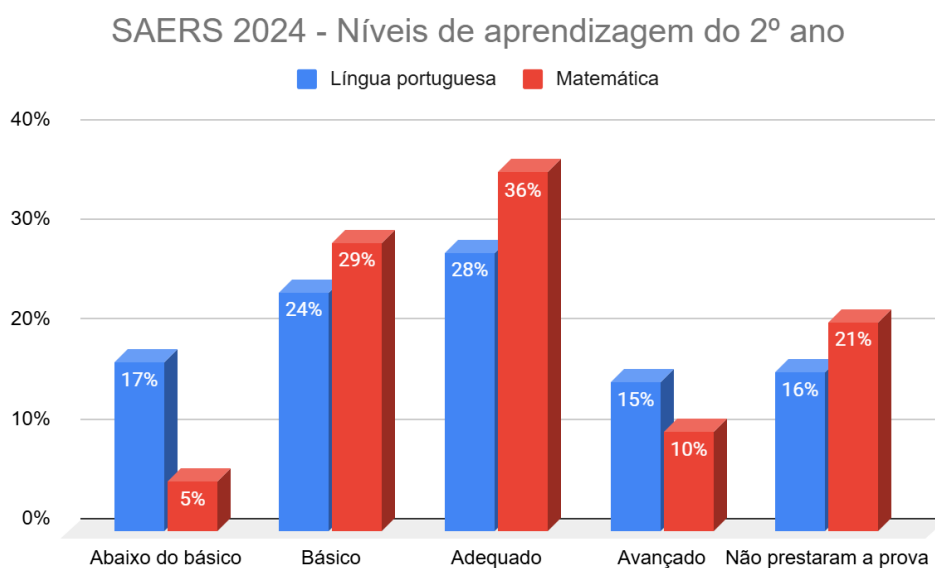
Fonte Inep

No Rio Grande do Sul, o órgão responsável pela avaliação da fluência leitora é a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC), ocorrendo dentro do âmbito do programa estadual de alfabetização e por meio de um regime de colaboração técnica e financeira, alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

A Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Rio Grande do Sul (PARC) traz os dados da fluência leitora dos alunos da rede pública do município de Bagé, demonstrando os níveis de leitura que são classificados em pré-leitor, leitor iniciante e leitor fluente. O estudante no nível pré-leitor se caracteriza por estar na fase inicial da alfabetização, ainda não conseguindo ler autonomamente. Já o leitor iniciante possui alguma familiaridade com o código alfabético e já consegue ler palavras, mas sua leitura ainda é lenta, fragmentada e sem o ritmo adequado, necessitando de maior automaticidade e velocidade para focar na interpretação, enquanto que o leitor fluente lê com desenvoltura, precisão e no ritmo adequado, estabelecendo sentido no texto e reconhecendo elementos como pausas e entonação.

Os resultados disponibilizados na plataforma PARC, dos anos de 2023/2024 da rede pública de Bagé da avaliação de fluência leitora, evidenciam que tanto a rede municipal quanto a rede estadual enfrentam desafios importantes no desenvolvimento da leitura nos anos iniciais da escolarização. Na rede municipal,

25% dos estudantes encontram-se no nível pré-leitor, 54% no nível iniciante e apenas 21% atingiram o nível fluente. Na rede estadual, os resultados são semelhantes, com 29% dos estudantes classificados como pré-leitores, 54% como iniciantes e 17% como fluentes. Observa-se que, em ambas as redes, a maioria dos estudantes ainda não alcançou a fluência leitora esperada, concentrando-se nos níveis pré-leitor e iniciante. Embora a rede municipal apresente desempenho ligeiramente superior, com maior percentual de estudantes fluentes e menor proporção de pré-leitores, os dados reforçam a necessidade de intensificar ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização, à ampliação das oportunidades de leitura e ao acompanhamento sistemático das aprendizagens, de modo a assegurar que todos os estudantes desenvolvam a competência leitora no tempo adequado.



Fonte PARC (<https://avaliacaoemonitoramentoriograndedosul.caeddigital.net/>)

Análise do cumprimento das estratégias da Meta 5 do Plano Municipal de Educação

No Plano Municipal de Educação (PME), aprovado em 2015, foram previstas sete estratégias com o objetivo de alcançar a meta de alfabetizar a totalidade dos estudantes na idade adequada até o final da vigência do plano.

A estratégia 5.1 trata da estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização, articulando-os às estratégias desenvolvidas na pré-escola. Nesse sentido, em 2023, as redes municipal e estadual aderiram ao Programa de Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI), com a finalidade de estimular o

desenvolvimento da leitura e da escrita na pré-escola por meio da formação continuada dos professores, contribuindo para a qualificação desses profissionais.

Essa mesma estratégia também trata da valorização dos professores alfabetizadores. Na rede municipal, o Plano de Carreira do Magistério Público de Bagé (Lei Complementar nº 038/2012, Capítulo IX, Seção III) prevê uma gratificação correspondente a 40% do piso salarial do magistério para os profissionais que atuam em classes de alfabetização. Porém, nos últimos anos, não houve o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério aos profissionais da rede municipal. Já na rede estadual, não há previsão de gratificação específica para o professor alfabetizador.

Dessa forma, considera-se que a estratégia foi parcialmente desenvolvida, tendo em vista a implementação de ações relacionadas à formação continuada e à articulação entre a Educação Infantil e os processos de alfabetização. Entretanto, no que se refere à valorização específica dos professores alfabetizadores, identificam-se aspectos que demandam acompanhamento e aprimoramento.

Em relação à estratégia 5.2, que previa a instituição de instrumentos de avaliação e monitoramento para aferir a alfabetização das crianças, verifica-se que ela vem sendo implementada por meio dos programas Criança Alfabetizada e Fluência Leitora, que realizam avaliações periódicas dos estudantes das redes públicas de ensino.

Além disso, no ano de 2011, foi instituída a Provinha Bagé, regulamentada pelas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional (SMED) e amparada pela Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 01/2011. Desde então, essa avaliação acompanha a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes do Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental). Os resultados obtidos em 2025 demonstram que a maioria dos estudantes do 1º, 2º e 3º anos alcançou o nível avançado de aprendizagem, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade

Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade (Pessoas)

Município - Bagé (RS)

Idade - Total

Ano - 2022

Cor ou raça	Alfabetização x Sexo					
	Total		Alfabetizadas		Não alfabetizadas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	44.732	51.374	43.111	49.668	1.621	1.706
Branca	31.227	36.712	30.369	35.726	858	986
Preta	5.155	5.873	4.820	5.562	335	311
Amarela	42	40	41	37	1	3
Parda	8.262	8.700	7.838	8.298	424	402
Indígena	46	49	43	45	3	4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte -

SMED/Bagé

Como forma complementar de monitoramento da aprendizagem, a rede municipal utiliza fichas de acompanhamento dos rendimentos bimestrais ou trimestrais, elaboradas pelas escolas e encaminhadas à SMED juntamente com os respectivos planos de ação voltados à garantia da alfabetização. Essas fichas registram o quantitativo de estudantes em cada nível da psicogênese da língua escrita, possibilitando o acompanhamento sistemático das hipóteses de escrita apresentadas pelos alunos, a identificação de suas necessidades de aprendizagem e o planejamento de intervenções pedagógicas mais assertivas para promover a evolução do processo de alfabetização.

Na Rede Estadual de Ensino, o monitoramento da aprendizagem dos estudantes acontece no dia a dia do trabalho de sala de aula e também através das plataformas dos programas de alfabetização ofertados e desenvolvidos nas escolas. Esse monitoramento tem o acompanhamento das Assessoras da Seduc e da Coordenadoria Regional de Educação em conjunto com os Supervisores das escolas.

Outra importante forma de avaliação e monitoramento é o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS). Os padrões de desempenho do SAERS são utilizados para identificar o nível de aprendizagem dos estudantes em relação às habilidades e competências previstas para cada etapa da escolaridade, permitindo acompanhar sua evolução ao longo do tempo e orientar o planejamento pedagógico. Esses padrões classificam o desempenho em quatro níveis: avançado, para estudantes que superaram as expectativas da etapa e

necessitam de novos desafios; adequado, para aqueles que desenvolveram as habilidades esperadas, embora ainda precisem aprofundar seus conhecimentos; básico, que reúne estudantes com desenvolvimento parcial das competências essenciais, demandando ações de reforço; e abaixo do básico, destinado aos estudantes que apresentam defasagens significativas de aprendizagem e necessitam de intervenções pedagógicas de recuperação.

Em 2024, estavam previstos para avaliação 739 estudantes do 2º ano das escolas da rede municipal de Bagé. Os resultados indicaram que 36% dos estudantes atingiram o nível adequado de aprendizagem em Matemática, enquanto, em Língua Portuguesa, esse percentual foi de 28%. Abaixo, segue o gráfico que demonstra os demais percentuais de cada nível de aprendizagem.

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade

Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade (Pessoas)						
Município - Bagé (RS)						
Idade - Total						
Ano - 2022						
Cor ou raça	Alfabetização x Sexo					
	Total		Alfabetizadas		Não alfabetizadas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	44.732	51.374	43.111	49.668	1.621	1.706
Branca	31.227	36.712	30.369	35.726	858	986
Preta	5.155	5.873	4.820	5.562	335	311
Amarela	42	40	41	37	1	3
Parda	8.262	8.700	7.838	8.298	424	402
Indígena	46	49	43	45	3	4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte - Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS):
<https://imersvis.dee.rs.gov.br/>

Ao analisar a estratégia 5.3, que prevê o incentivo à busca, ao desenvolvimento e à divulgação de tecnologias educacionais voltadas à alfabetização, garantindo a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que são aplicadas, observa-se que essa diversidade é assegurada pelos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de cada escola. O acompanhamento dos resultados ocorre por meio da plataforma PARC, do Governo Federal, e, na rede municipal, também por meio da Planilha de Indicadores de Aprendizagem da SMED. Dessa forma, conclui-se que essa estratégia foi parcialmente desenvolvida durante o período de vigência do plano.

A estratégia 5.4, que previa o desenvolvimento de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras para assegurar a alfabetização, não foi plenamente atingida. Apesar de a rede estadual ter aderido, entre 2022 e 2025, à plataforma digital de leitura Elefante Letrado e utilizar a plataforma *Google Classroom* como ferramenta de apoio pedagógico, essas iniciativas não foram suficientes para caracterizar o pleno cumprimento da estratégia.

No que se refere à estratégia 5.5, voltada à alfabetização das crianças do campo, indígenas e quilombolas, considera-se que ela não foi plenamente alcançada. As crianças residentes na zona rural e nas comunidades quilombolas continuam sendo atendidas pela mesma proposta pedagógica destinada aos estudantes da zona urbana, enquanto a alfabetização indígena prevê, conforme estabelecido na estratégia, a utilização da língua materna como elemento central do processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à estratégia 5.6, que visa estimular a alfabetização das pessoas com deficiência, observa-se que as redes municipal e estadual dispõem de Salas de Recursos Multifuncionais e de professores especializados em Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses profissionais atuam em conjunto com os professores regentes na elaboração de materiais pedagógicos específicos e na construção dos Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), destinados ao acompanhamento da aprendizagem dos estudantes com deficiência e com foco no registro das características do estudante, suas dificuldades e potencialidades. A partir do final de 2025, com a evolução das políticas de educação inclusiva, o PDI foi substituído pelo Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) por apresentar uma abordagem mais ampla e pedagógica. O PAEE organiza objetivos de aprendizagem, adaptações curriculares, recursos de acessibilidade, estratégias de ensino, formas de avaliação e responsabilidades dos profissionais envolvidos, favorecendo um planejamento colaborativo entre professores, equipe multiprofissional e família.

Destaca-se, ainda, a publicação da Lei Municipal nº 6.696, de 16 de julho de 2024, que instituiu a Escola Polo de Surdos, com atendimento em Libras na Escola Bidart. A escola conta com Atendimento Educacional Especializado em Libras, garantindo a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua.

Por fim, a estratégia 5.7 trata da promoção e do estímulo à formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores. Durante o período de vigência do PME, as redes municipal e estadual aderiram a diferentes programas de formação, entre eles o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), desenvolvido entre 2013 e 2017, e o programa estadual Alfabetiza Tchê, implementado em 2024. Assim, considera-se que essa estratégia foi parcialmente desenvolvida, uma vez que houve oferta de formação continuada, embora ainda existam desafios relacionados à sua continuidade, abrangência e impacto sobre os resultados da aprendizagem.

A análise dos dados apresentados neste diagnóstico da alfabetização do município de Bagé evidencia a necessidade de um planejamento articulado e contínuo, capaz de promover avanços consistentes na aprendizagem das crianças ao longo dos próximos anos. Os resultados demonstram que o cenário atual exige a definição de metas claras, realizáveis e de forma monitorável, bem como a implementação de estratégias pedagógicas e de gestão que orientem as ações das redes educacionais em direção à universalização da alfabetização na idade certa.

Para alcançar esse objetivo, será necessário enfrentar diferentes desafios, entre eles: o fortalecimento das práticas pedagógicas em sala de aula; a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação; a ampliação do apoio pedagógico aos estudantes com dificuldades de aprendizagem; o investimento em condições adequadas de infraestrutura e recursos didáticos; o acompanhamento sistemático da frequência escolar; a articulação entre a Educação Infantil, especialmente a pré-escola, e o Ensino Fundamental, garantindo o desenvolvimento das habilidades preditoras da alfabetização; o fortalecimento da parceria com as famílias e com a comunidade; o enfrentamento dos impactos das vulnerabilidades socioeconômicas sobre a aprendizagem; diminuição das desigualdades e a promoção de ações permanentes de incentivo à leitura e à cultura escrita.

Objetivo 4:

Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Convergências

Observa-se que o novo PNE mantém diversos princípios e objetivos já previstos no PME vigente, demonstrando a continuidade das políticas educacionais.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Tema	PME 2015–2025 (Metas 2 e 3)	Novo PNE 2026– 2036 (Meta 4)	Análise
Universalização do acesso	Atendimento de 6 a 14 anos (Meta 2) e de 15 a 17 anos (Meta 3).	Universalizar o acesso de 6 a 17 anos até o terceiro ano do PNE (Meta 4.a).	Mantém o compromisso com o acesso universal, agora unificando toda a educação obrigatória em uma única meta.
Permanência e conclusão	Conclusão do ensino fundamental na idade adequada e ampliação das matrículas no ensino médio.	Conclusão do 5º ano, 9º ano e ensino médio na idade regular (Metas 4.b, 4.c e 4.d).	Há continuidade da preocupação com o fluxo escolar, porém com indicadores mais específicos e monitoráveis.
Currículo	Atualização curricular alinhada à BNCC (Estratégia 2.3).	Currículos contextualizados, articulados à cidadania, mundo do trabalho e saberes locais (Estratégias 4.5 e 4.7).	O novo PNE amplia a concepção curricular, incorporando competências contemporâneas e diversidade cultural.
Acompanhamento da aprendizagem	Avaliação individualizada dos estudantes (Estratégia 2.4).	Monitoramento contínuo da trajetória escolar e das transições entre etapas (Estratégia 4.6).	O novo PNE fortalece o acompanhamento pedagógico ao longo de toda a educação básica.
Inclusão	Acessibilidade,	Infraestrutura	A política de inclusão

Tema	PME 2015–2025 (Metas 2 e 3)	Novo PNE 2026– 2036 (Meta 4)	Análise
	profissionais de apoio e formação continuada (Estratégia 2.9).	inclusiva e atendimento às diversas populações e modalidades (Estratégias 4.1, 4.2 e 4.4).	permanece, porém torna-se mais abrangente e estruturada.
Tempo Integral	Atendimento gradual aos estudantes em vulnerabilidade (Estratégia 2.11).	Ampliação do tempo integral com prioridade para grupos vulneráveis (wh. , , “?3.”; b. 3 X 3;bb h,ng. 4.3).	Mantém a diretriz, ampliando o foco na equidade.
Transporte Escolar	Garantia do transporte escolar rural (Estratégia 2.15) e transporte para o ensino médio (Estratégias 3.12 e 3.13).	Transporte escolar como condição de qualidade da oferta (Estratégia 4.1).	O transporte permanece como elemento essencial para acesso e permanência.
Busca ativa	Busca ativa dos jovens fora da escola (Estratégia 3.19).	Busca ativa integrada entre Educação, Saúde e Assistência Social (Estratégia 4.10).	O novo PNE fortalece a articulação intersetorial e o uso de sistemas integrados de informação.
Educação Profissional	Expansão do ensino médio integrado (Estratégia 3.17).	Fortalecimento da articulação entre ensino médio e educação profissional (Estratégia 4.9).	Há continuidade e fortalecimento dessa política.
Participação social	Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis (Estratégias 2.19, 3.7 e 3.10).	Ampliação da participação das comunidades escolares e dos estudantes (Estratégia 4.11).	A gestão democrática permanece como princípio estruturante.

2. Divergências e Novas Demandas

O novo PNE introduz temas que não estavam contemplados ou apareciam apenas de forma indireta no PME 2015–2025.

Tema	Situação no PME 2015–2025	Novo PNE	Necessidade para o PME 2026–2036
Indicadores de conclusão	Apenas conclusão do ensino fundamental e taxa líquida do ensino	Inclui conclusão do 5º ano, 9º ano e ensino médio na idade regular.	Atualizar os indicadores municipais.

Tema	Situação no PME 2015–2025	Novo PNE	Necessidade para o PME 2026–2036
	médio.		
Equidade	Referências pontuais à inclusão.	Monitoramento por raça/cor, sexo, nível socioeconômico, território e localização.	Incorporar indicadores de equidade.
Internet e conectividade	Infraestrutura tecnológica de forma geral (Estratégia 2.6).	Internet de alta velocidade e redes wi-fi como padrão nacional de qualidade (Estratégia 4.1).	Inserir metas específicas de conectividade.
Sustentabilidade	Não prevista.	Construção sustentável e arquitetura inclusiva (Estratégia 4.2).	Nova demanda para infraestrutura escolar.
Transições escolares	Não prevista.	Monitoramento das transições entre anos iniciais, finais e ensino médio (Estratégia 4.6).	Incluir estratégias específicas de acompanhamento.
Incentivo financeiro	Não previsto.	Apoio financeiro para permanência dos estudantes vulneráveis (Estratégia 4.8).	Adequar às políticas federais vigentes.
Cultura de paz	Abordagem limitada à superação da violência (Estratégia 2.5).	Programas permanentes de cultura de paz e prevenção às violências (Estratégia 4.13).	Inserir estratégias específicas.
Relação escola-família	Citada indiretamente.	Fortalecimento da participação das famílias (Estratégia 4.14).	Ampliar ações de corresponsabilização.
Iniciação científica	Atividades extracurriculares (Estratégia 2.17) e cursos tecnológicos (Estratégia 3.22).	Programas permanentes de iniciação científica, tecnológica e artístico-cultural (Estratégia 4.15).	Expandir políticas de inovação educacional.
Medidas socioeducativas	Não prevista.	Garantia de escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	Inserir estratégia específica.

Tema	Situação no PME 2015–2025	Novo PNE	Necessidade para o PME 2026–2036
		(Estratégia 4.16).	

3. Estratégias do PME que permanecem atuais

As seguintes estratégias continuam alinhadas ao novo PNE e devem ser mantidas, com eventuais adequações:

- universalização do acesso;
- atualização curricular;
- acompanhamento da aprendizagem;
- redução da evasão e repetência;
- correção da distorção idade-série;
- educação inclusiva;
- formação continuada dos profissionais;
- infraestrutura escolar;
- alimentação escolar;
- transporte escolar;
- tempo integral;
- gestão democrática;
- fortalecimento dos Conselhos Escolares;
- busca ativa;
- ensino médio integrado à educação profissional;
- articulação com universidades;
- atividades culturais, esportivas e extracurriculares.

4. Estratégias que precisam ser atualizadas

Algumas estratégias do PME 2015–2025 permanecem pertinentes, mas necessitam atualização em função das mudanças legais e das diretrizes nacionais:

- atualização dos currículos para contemplar competências socioemocionais, cidadania digital, sustentabilidade e mundo do trabalho;
- ampliação da infraestrutura tecnológica para incluir conectividade e internet de alta velocidade;
- fortalecimento do monitoramento das trajetórias escolares por meio de sistemas integrados de informação;
- aperfeiçoamento das ações de inclusão com enfoque na equidade e nas especificidades territoriais;

- revisão das estratégias de avaliação da aprendizagem considerando indicadores de qualidade e redução das desigualdades.

5. Novas estratégias recomendadas para o PME 2026–2036

Com base na Meta 4 do novo PNE, recomenda-se incorporar estratégias relacionadas a:

- monitoramento das transições entre etapas da educação básica;
- indicadores de equidade por grupos populacionais;
- conectividade e uso pedagógico das tecnologias digitais;
- infraestrutura sustentável e acessível;
- fortalecimento da relação entre escola e família;
- programas de cultura de paz, convivência e prevenção às violências;
- incentivo financeiro para permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade;
- iniciação científica, tecnológica e artístico-cultural;
- integração dos sistemas de informação entre educação, saúde e assistência social;
- garantia da escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

6. Avaliação do alcance das Metas 2 e 3 do PME 2015–2025

A avaliação das Metas 2 e 3 do PME 2015–2025 deve considerar os indicadores estabelecidos no próprio Plano e os dados disponíveis para o município de Bagé. A análise demonstra avanços importantes na ampliação do acesso à educação básica, mas também evidencia a permanência de desafios relacionados ao fluxo escolar, à adequação idade-etapa e à conclusão das etapas de ensino na idade recomendada.

Meta	Objetivo do PME 2015–2025	Situação	Análise
Meta 2 – Ensino Fundamental	Universalizar o ensino fundamental para a população de 6 a 14 anos.	Alcançada quanto ao acesso	Em 2022, Bagé apresentava taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 99,35% , segundo o IBGE. O resultado demonstra atendimento praticamente universal dessa população e representa avanço em relação à situação apresentada no início do período. (<u>IBGE</u>)

Meta 2 – Ensino Fundamental	Garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam o ensino fundamental na idade recomendada.	Não foi possível confirmar o alcance integral	O PME estabeleceu 95% como referência para conclusão na idade adequada. Entretanto, não foi localizado indicador municipal final equivalente que permita comprovar o alcance dos 95%. Os problemas de distorção idade-série identificados no diagnóstico inicial reforçam a necessidade de analisar esse componente separadamente.
Meta 3 – Ensino Médio	Universalizar o atendimento escolar da população de 15 a 17 anos.	Não foi possível confirmar a universalização	Não foi localizado, nas fontes oficiais consultadas, indicador municipal final que demonstre atendimento de 100% da população bageense de 15 a 17 anos. O próprio PME previa busca ativa e acompanhamento da permanência, indicando que o acesso e a continuidade dos estudos constituíam desafios.
Meta 3 – Ensino Médio	Elevar a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%.	Não foi possível confirmar o alcance	A ausência de indicador municipal final comparável aos 85% impede afirmar tecnicamente que esse objetivo foi atingido. Os dados de fluxo presentes no diagnóstico do PME mostram que a distorção idade-série já constituía um problema significativo nessa etapa.

7. Análise da Meta 2 – Ensino Fundamental

A Meta 2 do PME 2015–2025 estabeleceu como objetivos **universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluíssem essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do Plano**. Para seu cumprimento, foram previstas estratégias relacionadas ao acesso, acompanhamento da aprendizagem, redução da evasão e repetência, correção da distorção idade-série, inclusão, transporte escolar e levantamento periódico dos indicadores educacionais.

Em relação ao **acesso**, os resultados indicam avanço expressivo. Segundo o IBGE, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos em Bagé alcançou **99,35% em 2022**. Considerando esse indicador, pode-se afirmar que **o componente**

da Meta 2 relacionado à universalização do acesso foi alcançado, uma vez que o município atingiu patamar muito próximo da totalidade da população nessa faixa etária. (IBGE)

Esse resultado representa evolução em relação à realidade que fundamentou a elaboração do PME. O próprio Plano estruturou a Estratégia 2.1 para monitorar a oferta e garantir o atendimento de 100% das crianças de 6 a 14 anos, mediante cooperação entre as redes municipal, estadual e privada.

Entretanto, a Meta 2 não se restringe ao acesso. Seu segundo componente determina que **pelo menos 95% dos estudantes concluem o ensino fundamental na idade recomendada**. Para esse indicador específico, não foi localizado, nas fontes oficiais consultadas, resultado municipal final diretamente comparável ao percentual estabelecido no PME. Dessa forma, **não é possível afirmar que a Meta 2 tenha sido integralmente alcançada**, embora seu componente de acesso tenha sido atingido.

O diagnóstico apresentado no próprio PME demonstra a importância dessa ressalva. No início do período, a distorção idade-série aumentava consideravelmente ao longo do ensino fundamental: **1% no 1º ano, 2% no 2º, 15% no 3º, 20% no 4º, 25% no 5º, 36% no 6º, 41% no 7º e 31% no 8º e 9º anos**. Esses resultados demonstravam dificuldades relacionadas à progressão regular dos estudantes, sobretudo nos anos finais.

Por essa razão, o PME estabeleceu, na Estratégia 2.10, a necessidade de **regularizar o fluxo escolar, reduzir evasão e repetência e corrigir a distorção idade-série**, além de determinar, na Estratégia 2.21, levantamentos periódicos sobre aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-série.

Assim, a **Meta 2 pode ser considerada parcialmente alcançada em sua totalidade**, uma vez que há evidência de alcance do componente referente ao acesso, mas não há evidência municipal suficiente para confirmar que 95% dos estudantes passaram a concluir o ensino fundamental na idade recomendada. Essa classificação deve ser revista caso o monitoramento municipal disponha do indicador específico de conclusão na idade adequada.

8. Análise da Meta 3 – Ensino Médio

Acesso ao Ensino Médio e Fluxo Escolar

O objetivo desta meta consistia em universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final da vigência do PNE (2024), a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Indicador 3A (Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica):

Cenário em 2014: O indicador registrava **89,2%** de cobertura nacional.

Meta do Decênio: **100%** (com prazo estipulado originalmente para 2016).

Resultado em 2024: O índice atingiu **94,7%**.

Comparativo de Desempenho: Houve um avanço de 5,5 pontos percentuais ao longo dos dez anos. Contudo, a meta de universalização integral **não foi alcançada**, evidenciando o desafio contínuo de trazer e manter os jovens mais vulneráveis no sistema de ensino.

Indicador 3B (Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa):

Cenário em 2014: Registrava **66,7%** (dados revisados da Pnad Contínua) ou 65,7% (segundo o relatório do 1º ciclo).

Meta do Decênio: **85%** até o final de 2024.

Resultado em 2024: O indicador encerrou o decênio em **78,8%**.

Comparativo de Desempenho: O indicador mostrou uma evolução expressiva (um acréscimo de mais de 12 pontos percentuais face a 2014). Apesar do crescimento contínuo, a meta final de 85% **não foi atingida**, com desacelerações perceptíveis no período pós-pandemia de Covid-19.

Indicador 7C (Ideb do Ensino Médio):

Cenário Inicial (2013/2015): Permaneceu estagnado em **3,7** em ambos os levantamentos.

Meta Final do PNE: **5,2**.

Resultado em 2023: O índice alcançou **4,3**.

Comparativo de Desempenho: **Meta não alcançada.** O Ensino Médio demonstrou ser a etapa com maior dificuldade de evolução no decênio. Ficou completamente estagnado em 4,2 entre 2019 e 2021 e obteve apenas um ganho residual de 0,1

ponto em 2023, terminando o plano muito distante do patamar de 5,2 estipulado por lei.

Síntese do Balanço do Decênio (2014–2024)

O confronto analítico entre as projeções de 2014 e a realidade de 2023/2024 demonstra que o PNE cumpriu um papel fundamental de **indutor de avanços quantitativos** (ampliação do acesso, correção de fluxo e melhora nos índices educacionais absolutos). Contudo, falhou no cumprimento da maioria das metas em termos de **universalização e patamares ideais de qualidade**.

Fatores estruturais (como disparidades regionais e de renda) combinados à severa crise gerada pela pandemia de Covid-19 alteraram a trajetória projetada na metade final do decênio, gerando recuos na proficiência e impedindo o pleno atingimento dos objetivos nacionais na Educação Básica e no Ensino Médio.

Focando-se especificamente no **Ensino Médio** e na população de 15 a 17 anos (idade de referência para esta etapa), os dados do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) revelam os maiores desafios estruturais da educação básica brasileira.

Abaixo, encontra-se o comparativo detalhado entre o cenário de **2014**, as **metas estabelecidas** e os **resultados alcançados no final do decênio (2023/2024)**, divididos entre acesso/fluxo (Meta 3) e qualidade/aprendizagem (Meta 7).

- Acesso, Universalização e Adequação da Idade (Fluxo)

Esta meta tinha dois grandes objetivos: universalizar o atendimento escolar para os jovens de 15 a 17 anos até 2016 e garantir que, até 2024, pelo menos 85% deles estivessem matriculados especificamente no Ensino Médio (taxa líquida).

- Percentual de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola ou já concluíram a Educação Básica (Acesso Geral)

Dado em 2014: 89,2%

Meta do PNE: 100% (com prazo inicial para 2016)

Resultado em 2024: 94,7%

Comparativo: Verificou-se um crescimento de **5,5 pontos percentuais** ao longo do decênio. Apesar do avanço em direção à universalização, a meta **não foi alcançada**, deixando cerca de 5,3% dos jovens dessa faixa etária totalmente fora do sistema escolar em 2024.

1. Percentual de jovens de 15 a 17 anos que frequentam o Ensino Médio ou já concluíram a Educação Básica (Taxa Líquida / Adequação da Idade)

Dado em 2014: 66,7%

Meta do PNE: 85% (até ao fim do decênio em 2024)

Resultado em 2024: 78,8%

Comparativo: Foi o indicador de acesso com maior evolução, registrando um aumento expressivo de **12,1 pontos percentuais**. Contudo, a meta de 85% **não foi atingida**. O ritmo de crescimento foi severamente impactado no período pós-pandemia de Covid-19, resultando num déficit de 6,2 pontos percentuais em relação ao objetivo da lei.

2. Qualidade do Ensino Médio (Ideb)

O objetivo era melhorar a qualidade do Ensino Médio através da combinação de melhores taxas de aprovação (fluxo) e médias de desempenho nas avaliações de larga escala (aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática).

Indicador 7C: Ideb do Ensino Médio

Dado em 2013/2014: 3,7

Meta do PNE: 5,2

Resultado em 2023: 4,3

Comparativo: A meta **não foi alcançada**. O Ensino Médio destacou-se como a etapa com **maior dificuldade de evolução** em todo o sistema educacional. O índice permaneceu estagnado em 4,2 entre os anos de 2019 e 2021, apresentando um crescimento residual de apenas 0,1 ponto em 2023. O decênio encerrou com o Ensino Médio muito distante (0,9 pontos abaixo) do patamar de qualidade estipulado.

Fatores Qualitativos do Ensino Médio no Decênio

Ao analisar o comportamento interno dos dados do Ensino Médio, os relatórios do Inep apontam duas realidades distintas:

1. **Melhoria no Fluxo (Aprovação):** Ocorreu um aumento artificial e real nas taxas de aprovação escolar durante o decênio (impulsionado também pelas políticas de não-reprovação adotadas no auge da pandemia de Covid-19).

2. **Estagnação na Aprendizagem (Proficiência):** A proficiência média padronizada dos estudantes em exames nacionais permaneceu praticamente imóvel ou em patamares criticamente baixos ao longo dos dez anos.

Resumo do Comparativo: O Ensino Médio expandiu o seu alcance e passou a reter mais jovens na idade certa em comparação com 2014, mas falhou em cumprir tanto as metas legais de inclusão total (Meta 3) quanto os padrões mínimos desejáveis de qualidade e aprendizagem real.

9. Rede Privada de ensino em Bagé

A rede privada de ensino integra a oferta da educação básica no município de Bagé e participa do atendimento aos estudantes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, contribuindo, dessa forma, para o alcance das Metas 2 e 3 do PME 2015–2025. Sua inclusão na análise é necessária para que o diagnóstico represente a totalidade da oferta educacional existente no município e permita observar as diferentes trajetórias escolares segundo a dependência administrativa.

No diagnóstico que fundamentou o PME, com dados do Censo Escolar de 2014, a rede privada registrava 1.630 matrículas nos anos iniciais e 1.018 nos anos finais do ensino fundamental, além de 611 matrículas no ensino médio. Esses dados demonstram a participação da rede privada na escolarização das faixas etárias contempladas pelas Metas 2 e 3.

Nesse sentido, a análise da rede privada deve considerar não apenas a evolução das matrículas, mas também os indicadores relacionados ao fluxo escolar, como aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série. A comparação desses resultados com os das redes municipal e estadual permite compreender de forma mais abrangente a evolução da educação básica em Bagé durante a vigência do PME e identificar diferenças e desafios específicos de cada dependência administrativa.

10. Análise do fluxo escolar – redes municipal, estadual e privada

A análise do fluxo escolar das Metas 2 e 3 deve considerar o conjunto das redes de ensino existentes no município de Bagé — **municipal, estadual e privada** — uma vez que a garantia do direito à educação e o cumprimento das metas de

universalização dizem respeito à população residente no município, independentemente da dependência administrativa da escola frequentada.

O próprio PME 2015–2025 estabelece essa perspectiva. Na Meta 2, a Estratégia 2.1 determina o monitoramento da oferta do ensino fundamental para garantir o atendimento de 100% das crianças de 6 a 14 anos, considerando expressamente a cooperação das **redes municipal, estadual e privada instaladas no município**. A Estratégia 2.21 também prevê levantamento periódico dos dados de aprovação, reprovação, evasão, distorção idade-série e avaliações externas.

No diagnóstico que fundamentou o PME, a rede privada já possuía participação importante na oferta educacional de Bagé. Conforme o Censo Escolar de 2014 apresentado no Plano, a rede privada atendia **1.630 estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental, 1.018 nos anos finais e 611 no ensino médio**, além das matrículas em outras etapas e modalidades. Portanto, sua participação precisa ser considerada na avaliação das Metas 2 e 3.

Aspecto analisado	Rede municipal	Rede estadual	Rede privada	Relação com as Metas 2 e 3
Ensino fundamental	Participa diretamente da oferta dos anos iniciais e finais.	Participa da oferta dos anos iniciais e finais.	Participa da oferta dos anos iniciais e finais.	As três redes contribuem para a universalização do atendimento da população de 6 a 14 anos prevista na Meta 2.
Ensino médio	Participação não predominante nessa etapa no diagnóstico do PME.	Principal participação pública na oferta do ensino médio.	Participa da oferta do ensino médio.	As redes estadual e privada possuem papel relevante no atendimento da população de 15 a 17 anos previsto na Meta 3.
Aprovação	Deve ser acompanhada anualmente.	Deve ser acompanhada anualmente.	Deve integrar a análise municipal.	A aprovação favorece a progressão regular e a conclusão das etapas na idade adequada.

Reprovação	Interfere no fluxo e na distorção idade-série.	Interfere no fluxo e na distorção idade-série.	Também deve ser considerada no diagnóstico municipal.	A repetência pode retardar a conclusão do ensino fundamental e reduzir a proporção de jovens no ensino médio na idade adequada.
Abandono	Deve ser monitorado para identificar interrupções das trajetórias.	Especialmente relevante na análise do ensino médio.	Deve integrar o acompanhamento do conjunto do município.	Relaciona-se diretamente à permanência e à universalização do atendimento.
Distorção idade-série	Permite identificar atrasos na trajetória escolar.	Permite identificar atrasos na trajetória escolar.	Deve ser incorporada à comparação entre dependências administrativas.	Constitui indicador central para avaliar conclusão na idade adequada e adequação idade-etapa.

Fonte: elaboração a partir do PME 2015–2025 de Bagé e dos indicadores do Censo Escolar/Inep Data. ([Serviços e Informações do Brasil](#))

A incorporação da rede privada torna a análise mais abrangente, pois permite observar o **fluxo escolar do município como um todo**, e não exclusivamente o desempenho das redes públicas. Essa distinção é especialmente importante porque as Metas 2 e 3 tratam da população de determinadas faixas etárias residente no município, enquanto os indicadores de fluxo — aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série — podem apresentar comportamentos diferentes segundo a dependência administrativa.

No ensino fundamental, a análise conjunta das redes permite verificar em que medida o município avançou não somente na universalização do acesso, mas também na **permanência e conclusão na idade recomendada**. O diagnóstico inicial do PME já apontava distorção idade-série crescente ao longo dessa etapa, chegando a 36% no 6º ano, 41% no 7º ano e 31% no 8º e 9º anos, considerando as escolas das redes de ensino de Bagé.

No ensino médio, o diagnóstico inicial apresentava distorção idade-série de **39% no 1º ano, 34% no 2º e 30% no 3º ano**. A análise atualizada deve, portanto, verificar a evolução desses indicadores nas redes estadual e privada, permitindo identificar se houve redução dos atrasos escolares ao longo da vigência do PME.

Os dados do Inep são particularmente adequados para essa análise porque o Censo Escolar permite trabalhar com informações das diferentes dependências administrativas. O Inep também esclarece que as **taxas de rendimento escolar e as informações do Censo Escolar**, juntamente com os resultados do Saeb, são utilizadas na composição do Ideb. (Serviços e Informações do Brasil)

Síntese da análise do fluxo

A inclusão da **rede privada** amplia a compreensão dos resultados das Metas 2 e 3, uma vez que o alcance dessas metas depende do atendimento e da trajetória escolar de todas as crianças e adolescentes residentes no município, independentemente da rede frequentada.

Assim, o monitoramento do PME 2015–2025 deve considerar conjuntamente as **redes municipal, estadual e privada**, mas também apresentar os resultados desagregados por dependência administrativa. Essa organização permite identificar diferenças nas taxas de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série e, conseqüentemente, localizar com maior precisão os desafios existentes em cada etapa da educação básica.

Para o PME 2026–2036, recomenda-se manter esse acompanhamento de forma sistemática, utilizando os dados do **Censo Escolar/Inep Data**, com indicadores organizados por etapa de ensino, dependência administrativa e ano, de modo a possibilitar a análise da evolução do fluxo escolar e subsidiar estratégias específicas para cada rede.

Objetivo 5: Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

A Meta 7 do Plano Municipal de Educação de Bagé – PME, instituído pela Lei Municipal nº 5.534, de 18 de agosto de 2015, alinhada ao Plano Nacional de Educação e articulada ao compromisso nacional de promoção da qualidade da educação básica, teve como objetivo promover a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, buscando o alcance das metas estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ao longo da vigência do PME 2015-2025, suas estratégias contemplaram um conjunto amplo de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação básica, abrangendo a organização curricular e pedagógica, o acompanhamento da aprendizagem, a avaliação educacional, a infraestrutura escolar, a conectividade e o uso pedagógico das tecnologias, a gestão democrática, a formação de leitores, a educação inclusiva e a valorização da diversidade cultural, à Educação do Campo, à Educação das Relações Étnico-Raciais, à educação musical, à educação patrimonial, à articulação entre educação e outras políticas públicas, ao atendimento integral dos estudantes e à promoção da saúde física, mental e emocional dos profissionais da educação.

A implementação da Meta 7 no município de Bagé apresentou diferentes níveis de cumprimento entre as estratégias, evidenciando avanços em diversas dimensões da política educacional. Entre esses avanços, destacam-se a organização curricular, a participação em avaliações externas, a utilização de indicadores educacionais, a ampliação de ações de inclusão, a oferta de programas suplementares, a incorporação de tecnologias digitais, a articulação intersetorial, as ações de leitura, cultura e patrimônio e a melhoria de determinadas condições de infraestrutura. Paralelamente, permaneceram desafios relacionados à aprendizagem, às desigualdades entre escolas e grupos de estudantes, à institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação, à infraestrutura e à conectividade das escolas rurais, à educação inclusiva, à Educação do Campo, à gestão democrática, à formação de leitores e à utilização sistemática dos resultados das avaliações. Dessa forma, a análise das estratégias evidencia avanços importantes, mas também a necessidade de continuidade e aprimoramento das políticas e ações desenvolvidas.

No campo curricular, esses avanços estiveram relacionados à implementação de referenciais articulados entre as diferentes esferas educacionais: nacional, a

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orientou a definição das aprendizagens essenciais; estadual, o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), publicado em 2018, estabeleceu referências para a organização curricular no Rio Grande do Sul; e, municipal, o Documento Orientador Curricular do Território Municipal de Bagé (DOM), publicado em 2022, articulou essas orientações às especificidades do território. Esse processo contribuiu para a organização e o alinhamento curricular das redes de ensino, fortalecendo referências comuns para o trabalho pedagógico. Entretanto, permanecem desafios relacionados à consolidação dessas orientações nas práticas pedagógicas, à superação das desigualdades de aprendizagem e à necessidade de acompanhamento e apoio sistemático às escolas.

Articuladas à organização curricular, as estratégias relacionadas à avaliação educacional também apresentaram avanços durante a vigência do PME, especialmente por meio da participação do município no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do acompanhamento de indicadores como o IDEB. Na rede municipal de Bagé, o IDEB dos anos iniciais passou de 5,0, em 2015, para 5,7, em 2019, e 5,8, em 2023. Nos anos finais, o indicador passou de 3,6, em 2015, para 4,5, em 2019, mantendo-se em 4,5 em 2023. Esses resultados revelam uma evolução dos indicadores ao longo do período, especialmente nos anos iniciais, ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de continuidade e fortalecimento das ações voltadas à aprendizagem nos anos finais.

A análise da qualidade da educação, por sua vez, não pode desconsiderar as condições sociais e econômicas que atravessam a trajetória escolar dos estudantes e contribuem para a configuração das desigualdades educacionais no território municipal. Em Bagé, o Índice de Gini, que expressa a desigualdade na distribuição da renda, foi de 0,560 em 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Para o período mais recente, o Censo Demográfico de 2022 disponibilizou novos indicadores municipais de renda: Bagé apresentava rendimento domiciliar per capita de R\$ 2.123, enquanto a população municipal totalizava 117.938 habitantes. No campo educacional, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos alcançou 99,35% em 2022. Esses dados reforçam a importância de considerar as condições socioeconômicas e territoriais na análise da educação municipal, especialmente no planejamento de políticas voltadas à equidade, à permanência e à garantia das aprendizagens.

Quanto ao compromisso com a oferta de vagas e também o número de turmas

disponíveis para o ano de 2025, foram encontradas as seguintes informações: a rede estadual concentra a maior parte da oferta de Ensino Médio; a rede municipal concentra principalmente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, oferta vagas no noturno para EJA e Ensino Técnico; a rede federal possui oferta de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio; a rede privada atua na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Quantidade de turmas por rede de ensino – Bagé (Censo Escolar 2025) - Ensino fundamental:

Rede	1º Ano EF	2º Ano EF	3º Ano EF	4º Ano EF	5º Ano EF	6º Ano EF	7º Ano EF	8º Ano EF	9º Ano EF
Municipal	45	46	44	41	37	40	35	30	29
Estadual	16	18	24	24	23	25	23	25	23
Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privada	15	14	13	13	13	13	12	12	12
Total	76	78	81	78	73	78	70	67	64

A análise dos dados identificou 179 turmas de Ensino Médio em Bagé, a partir dos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025 – Inep/MEC. Desse total, 146 turmas pertencem à rede pública, correspondendo a 81,6% da oferta municipal, enquanto 33 turmas são da rede privada, representando 18,4%. Entre as instituições públicas, a rede estadual concentra 132 turmas (73,7% do total municipal) e a rede federal reúne 14 turmas (7,8%). Observa-se que a oferta do Ensino Médio em Bagé é predominantemente pública, com forte participação da rede estadual, responsável por aproximadamente três quartos das turmas existentes no município. Os dados também mostram a presença complementar da rede federal e da iniciativa privada na composição da oferta local.

A caracterização da oferta educacional constitui um ponto de partida para a análise das condições educacionais e socioeconômicas do município e para a avaliação das estratégias previstas na Meta 7. Nesse processo, foram consultadas bases oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo Escolar, o IDEB e seus indicadores educacionais, além de bases e painéis públicos de informações educacionais. O Censo Escolar constitui a principal fonte

oficial de informações sobre a educação básica e disponibiliza dados referentes a matrículas, turmas, estudantes, profissionais, rendimento e fluxo escolar, infraestrutura, entre outros aspectos. O INEP também disponibiliza indicadores como distorção idade-série, taxas de rendimento e transição, adequação da formação docente, esforço docente, nível socioeconômico e complexidade da gestão escolar.

Apesar da amplitude dessas bases, a análise das condições educacionais e socioeconômicas do município foi limitada pela disponibilidade de indicadores oficiais desagregados e específicos para as diferentes estratégias da Meta 7. Embora essas fontes possibilitem caracterizar parte significativa da realidade educacional de Bagé, não foram identificados, para diversas estratégias, indicadores municipais oficiais, sistematizados e com série histórica que permitissem aferir objetivamente o percentual de cumprimento dos resultados previstos no PME. Essa lacuna é relevante para estratégias que envolvem aspectos qualitativos ou ações específicas da política educacional municipal, cujos resultados não são mensurados diretamente pelos indicadores nacionais.

Diante dessa contextualização e das limitações identificadas na disponibilidade de dados, passa-se à análise individual de cada uma das estratégias da Meta 7, considerando, para cada uma delas, os objetivos previstos, as evidências encontradas, os indicadores disponíveis, os avanços identificados, as limitações e o respectivo nível de cumprimento.

Estratégia 7.1 - estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica, tendo como referência a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

No período de vigência do PME (2015-2025), foi homologado o Referencial Curricular Gaúcho – RCG (2018), que é um documento orientador que define os aprendizados essenciais e as competências para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental no Estado do Rio Grande do Sul. Ele não é um currículo fechado, mas um referencial básico que orienta as escolas públicas e privadas a criarem seus próprios currículos e projetos pedagógicos. Também dessa forma, a rede de educação municipal de Bagé, articulando orientações nacionais e estaduais, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) e o Referencial Curricular Gaúcho – RCG (2018), homologou o Documento Orientador Municipal – DOM (2022). Referencial este que contou com participação de profissionais da educação e representantes das escolas, considerando as especificidades locais, orientando também a elaboração e a reformulação das propostas pedagógicas, dos regimentos

escolares, dos planos de estudos e dos planejamentos das escolas, estabelecendo aprendizagens essenciais a serem asseguradas aos estudantes ao longo da Educação Básica.

Considerando a organização curricular estabelecida no município e sua articulação com os referenciais nacional e estadual, a Estratégia 7.1 é considerada cumprida.

Estratégia 7.2 assegurar que:

a. no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b. no último ano de vigência deste PME, todos os(as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

Apesar dos avanços na organização curricular, na participação em avaliações externas e no acompanhamento dos indicadores educacionais, os resultados disponíveis não demonstram o alcance dos percentuais de aprendizagem estabelecidos pela estratégia. O município passou a utilizar informações do Censo Escolar, Saeb e Ideb como referências para acompanhamento da aprendizagem, do fluxo escolar e dos resultados educacionais, mas os níveis de aprendizagem previstos na estratégia não foram atingidos. Para o quinto ano de vigência, no ano de 2021, foram previstas metas para o IDEB. Foi prevista a meta de 6,0 para os Anos Iniciais, meta de 5,5 para os Anos Finais e de 5,2 para o Ensino Médio. Nesse mesmo ano, a nota atingida pelos Anos iniciais foi de 5,2, a dos Anos Finais foi de 4,4, e o Ensino Médio não foi avaliado, sendo, então, que nenhuma meta foi atingida em nenhum nível de escolaridade. Porém, os percentuais estabelecidos para níveis suficiente e desejável de aprendizagem não são considerados no índice indicado no IDEB. E considerando o índice do SAEB, o mesmo apresenta o resultado por escala e níveis de proficiência, não sendo, assim, a metodologia mais adequada. Os dados educacionais disponíveis no Qedu mostram a possibilidade de um acompanhamento do decênio 2015-2025 e comprovam que em nenhum ano avaliado, houve a aprendizagem de pelo menos 70% dos alunos de ensino fundamental e médio alcançando o nível suficiente de aprendizado. Assim, a Estratégia 7.2 não foi cumprida.

Para esta estratégia sugere-se a possibilidade de metas mais objetivamente mensuráveis e articuladas aos sistemas nacionais de avaliação no PME 2026–2036.

Estratégia 7.3 - estimular avaliação institucional, com base em conjunto nacional de indicadores, perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, condições de infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos disponíveis, características da gestão e

outras dimensões relevantes, consideradas as especificidades das modalidades de ensino;

O município avançou no uso de indicadores educacionais e no monitoramento de resultados da rede, porém a avaliação institucional participativa e sistemática ainda não se consolidou como prática permanente e estruturada em todas as unidades escolares.

Dessa forma, a Estratégia 7.3 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.4 - 7.4) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

Durante a vigência do PME, houve avanços na construção de práticas de planejamento e acompanhamento da avaliação das ações educacionais. As escolas desenvolveram processos de análise de resultados e planejamento pedagógico, contribuindo para o acompanhamento da qualidade do ensino. Entretanto, a autoavaliação escolar contínua e sistemática, apoiada em instrumentos próprios e articulada ao planejamento estratégico, à formação continuada e à gestão democrática, não se consolidou como processo institucionalizado em toda a rede municipal. A Estratégia 7.4 é considerada parcialmente cumprida.

O próximo decênio deverá priorizar a institucionalização desses processos, fortalecendo a gestão democrática, o planejamento baseado em evidências e a melhoria contínua da qualidade educacional.

Estratégia 7.5 - formalizar e executar o plano de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

O município manteve ações de planejamento e cooperação com outras esferas governamentais, desenvolvendo iniciativas relacionadas à formação dos profissionais, à aquisição de recursos pedagógicos e à melhoria da infraestrutura das escolas. O Censo Escolar, conforme destacado nos documentos analisados, constituiu importante fonte de informações para o planejamento e a operacionalização das políticas educacionais. Entretanto, limitações orçamentárias, dependência de programas e recursos externos e crescimento das demandas da rede municipal dificultaram o atendimento integral dos objetivos estabelecidos. Assim, a Estratégia 7.5 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.6 - aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a implementar gradativamente todas as áreas do

conhecimento nos exames aplicados nesses níveis, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações pelas escolas para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

Bagé avançou na participação em sistemas de avaliação externa e no acompanhamento de indicadores educacionais, especialmente por meio do Saeb e do Ideb. Segundo o Inep, o Saeb produz informações sobre o desempenho dos estudantes e também dados contextuais relacionados às condições em que ocorre o processo educacional. O Ideb, por sua vez, relaciona o desempenho no Saeb aos dados de aprovação do Censo Escolar. No município, esses resultados passaram a integrar o acompanhamento das aprendizagens e o planejamento educacional. Entretanto, permaneceram desafios relacionados à participação dos estudantes nas avaliações, à apropriação pedagógica dos resultados pelas escolas e à utilização sistemática das evidências para orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas. A Estratégia 7.6 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.7 - desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, quando necessário, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

O município apresentou avanços na ampliação do acesso à educação inclusiva e no fortalecimento das políticas de atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Na rede municipal, a EMEF Bidart oferece o acesso à educação inclusiva e, na rede estadual, a EEEB Justino Costa Quintana. Entretanto, não foram consolidados instrumentos e indicadores específicos capazes de avaliar sistematicamente a qualidade da Educação Especial e da educação bilíngue para surdos, considerando dimensões que ultrapassem o acesso e envolvem participação, aprendizagem, acessibilidade e atendimento educacional especializado. A Estratégia 7.7 é considerada parcialmente cumprida, com baixo nível de implementação.

Estratégia 7.8 - orientar as políticas das redes de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal ou nacional (tendo como referência a mais elevada), garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, a diferença entre as médias dos índices das escolas;

O município avançou no acompanhamento dos indicadores educacionais e na utilização dos resultados do Ideb, Saeb e Censo Escolar como subsídios para o planejamento e o monitoramento da qualidade da educação. Entretanto, os dados analisados indicam a permanência de diferenças de desempenho entre as unidades escolares, não havendo evidências de que a redução da desigualdade entre os índices das escolas tenha alcançado integralmente o percentual estabelecido na estratégia. A Estratégia 7.8 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.9 - acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do IDEB;

O município passou a dispor de maior quantidade de informações provenientes do Censo Escolar, Saeb e Ideb, ampliando as possibilidades de acompanhamento da oferta, do fluxo e da aprendizagem. Em um ano do período de vigência desse PME, na rede municipal houve uma ação de compra de materiais pedagógicos como livro, aplicação de provas diagnósticas e acompanhamento desses resultados para possíveis ações de recomposição de aprendizagem. Entretanto, conforme identificado nos documentos analisados, a apropriação pedagógica dessas informações e sua utilização sistemática no planejamento, na recomposição das aprendizagens e na avaliação das políticas educacionais ainda ocorreram de forma heterogênea. Assim, a Estratégia 7.9 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.10 - incentivar a melhoria do desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

O município desenvolveu ações voltadas ao fortalecimento das aprendizagens e de competências relacionadas às áreas avaliadas pelo PISA. Conforme o Inep, o PISA avalia estudantes de 15 anos e busca verificar a capacidade de mobilizar conhecimentos e habilidades para resolver situações e problemas da vida real. Entretanto, por se tratar de uma avaliação de caráter amostral, os documentos analisados não identificaram dados públicos que permitissem atribuir diretamente à rede municipal de Bagé resultados específicos das edições avaliadas. Dessa forma, os resultados nacionais constituem referência externa, não sendo possível utilizá-los isoladamente para caracterizar o desempenho da rede municipal. A Estratégia 7.10 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.11 - buscar, divulgar e incentivar o desenvolvimento de tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, estimulando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, garantida a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

Na área das tecnologias educacionais, os maiores avanços ocorreram durante e após o período pandêmico, quando as escolas passaram a utilizar, com maior intensidade, recursos digitais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Entretanto, persistem limitações relacionadas à disponibilidade de equipamentos, conectividade adequada e formação continuada dos profissionais para o uso pedagógico das tecnologias. O município apresentou avanços na incorporação das tecnologias digitais às práticas pedagógicas e na

ampliação da cultura digital nas escolas, processo intensificado pelas demandas educacionais decorrentes da pandemia, como a aquisição de Chromebooks do Estado, contratação por parte das redes (privada e pública) do sistema do Google que foi muito usado pra fazer emails para os alunos e usar os recursos do Google como o Google Sala de Aula. Segundo dados do Censo Escolar, a conectividade das escolas brasileiras apresentou expansão no período de vigência deste PME. Os dados também demonstram, entretanto, que a existência de internet não significa necessariamente uso pedagógico qualificado das tecnologias. Na rede municipal permaneceram desafios relacionados à infraestrutura, conectividade, manutenção de equipamentos, formação dos profissionais e integração das tecnologias ao currículo. A Estratégia 7.11 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.12 - garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

O município manteve a oferta de transporte escolar, constituindo importante condição para o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas. A política de transporte escolar está articulada a programas nacionais, entre eles o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, administrado pelo FNDE. Entretanto, a renovação integral e a padronização da frota previstas na estratégia não foram plenamente alcançadas, em razão de limitações financeiras, operacionais e estruturais. A análise também evidencia que a qualidade do transporte envolve segurança, regularidade, acessibilidade e adequação dos trajetos às necessidades dos estudantes. A Estratégia 7.12 é considerada parcialmente cumprida.

A Estratégia 7.13 - desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

Apesar da manutenção da oferta educacional para a população rural, não foi identificada a institucionalização de pesquisas ou de processos sistemáticos voltados ao desenvolvimento de modelos alternativos de atendimento escolar específicos para a Educação do Campo. A Estratégia 7.13 não foi cumprida.

Estratégia 7.14 - universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

O município apresentou avanços na ampliação da conectividade das escolas e na utilização das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem. Dados acompanhados por meio do Censo Escolar e do QEdu permitem observar as condições de acesso à internet, os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura digital das escolas. Entretanto, a universalização da banda larga de alta velocidade e o alcance da relação computador/aluno prevista na estratégia não foram plenamente consolidados. Os dados nacionais de 2025 utilizados no documento demonstram essa diferença: 90,4% das escolas municipais de Ensino Fundamental possuíam internet, enquanto 69,7% dispunham de internet para ensino e aprendizagem. A Estratégia 7.14 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.15 - apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

O município apresentou avanços na descentralização de recursos, na autonomia das unidades escolares e na atuação das instâncias colegiadas. O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, conforme informações do FNDE, constitui mecanismo de apoio à autogestão escolar e à participação da comunidade no controle social. Entretanto, permaneceram desafios relacionados à participação sistemática da comunidade escolar na aplicação dos recursos, à formação dos responsáveis pela gestão financeira e ao fortalecimento dos mecanismos de transparência, prestação de contas e controle social. A Estratégia 7.15 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.16 - ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao(à) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

O município manteve ações de atendimento suplementar aos estudantes, abrangendo alimentação escolar, transporte, materiais didáticos e ações relacionadas à saúde e ao bem-estar. Essas políticas estão articuladas a programas nacionais como o PNAE, PNATE e PNLD. O Censo Escolar constitui importante fonte de informações para a organização dessas políticas e para o planejamento da oferta educacional. Considerando os avanços e as limitações identificadas, a Estratégia 7.16 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.17 - assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

O município apresentou avanços na manutenção e qualificação da infraestrutura das escolas públicas, com investimentos e ações voltados às condições de funcionamento, acessibilidade e melhoria dos espaços escolares. Entretanto, a universalização das condições previstas na estratégia não foi plenamente alcançada. Permaneceram desafios relacionados à adequação e modernização dos prédios escolares, acessibilidade, disponibilidade de espaços para práticas esportivas, culturais e artísticas e ampliação e qualificação dos ambientes destinados ao ensino de Ciências. A Estratégia 7.17 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.18 - prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

O município apresentou avanços na disponibilização de equipamentos tecnológicos, na conectividade e nas possibilidades de utilização das tecnologias digitais no ambiente escolar. Os dados do Censo Escolar, acompanhados também por plataformas como o QEdu, possibilitam analisar a presença de computadores, internet, laboratórios de informática, bibliotecas e salas de leitura. Entretanto, a universalização dos equipamentos digitais para utilização pedagógica e a estruturação das bibliotecas com acesso às redes digitais não foram plenamente consolidadas. A análise envolve não apenas a existência dos equipamentos, mas também quantidade, funcionamento, atualização, acesso pelos estudantes e efetiva integração às práticas pedagógicas. A Estratégia 7.18 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.19 - utilizar parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, estabelecidos pela União em parceria com os entes subnacionais, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

O município utiliza informações do Censo Escolar, indicadores educacionais e dados relacionados à infraestrutura escolar para acompanhar as condições de oferta da rede. Também foram observadas ações de manutenção, aquisição de equipamentos e melhoria dos espaços escolares.

Entretanto, a utilização sistemática de parâmetros mínimos de qualidade como instrumento integrado para análise das condições de oferta e planejamento das unidades escolares não se encontra plenamente consolidada. A Estratégia 7.19 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.20 - informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da

secretaria de educação, bem como oferecer formação para o pessoal técnico;

A expansão dos recursos digitais contribuiu para a informatização de processos escolares, comunicação, registros e acompanhamento das informações educacionais. A ampliação da conectividade e dos equipamentos também favoreceu a utilização de ferramentas digitais no cotidiano das escolas. Entretanto, persistiram diferenças entre as unidades escolares quanto à disponibilidade, manutenção e utilização dos recursos tecnológicos, caracterizando cumprimento parcial da estratégia.

Estratégia 7.21 - garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

Foram desenvolvidas ações relacionadas à prevenção de violências, proteção dos estudantes, convivência escolar e articulação com diferentes setores da rede de proteção. Programas e políticas nacionais, como o Escola que Protege, do Ministério da Educação, reconhecem a escola como espaço fundamental para prevenção de violações de direitos.

No município, as ações desenvolvidas contribuíram para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e violência, embora sua abrangência e sistematização tenham ocorrido de maneira diferenciada entre as unidades. A Estratégia 7.21 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.22 - implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

A rede municipal desenvolveu ações articuladas às políticas de assistência social, saúde e educação, contemplando estudantes e famílias em diferentes situações de vulnerabilidade. A articulação intersetorial possibilitou encaminhamentos e atendimento de demandas que ultrapassam o âmbito estritamente escolar.

Entretanto, a abrangência e a continuidade dessas ações não foram uniformes em todas as situações, caracterizando cumprimento parcial da estratégia.

Estratégia 7.23 - promover, nos currículos escolares, o ensino das artes, considerando as especificidades das áreas de artes cênicas, artes visuais, dança e música, assegurando a abertura de concursos públicos para docentes específicos dessas áreas;

O município de Bagé contempla o componente curricular Arte na educação básica, em consonância com as orientações curriculares nacionais. Entretanto, a análise da meta evidencia que o cumprimento integral do dispositivo exige, além da presença da Arte nos currículos escolares, a garantia de profissionais com formação específica e condições de

atuação que contemplem as diferentes linguagens artísticas previstas na meta.

O Censo Escolar da Educação Básica, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constitui a principal fonte oficial de informações sobre a oferta educacional, reunindo dados sobre estabelecimentos de ensino, turmas, matrículas e profissionais escolares. Os dados são declarados pelas redes de ensino e pelas escolas e subsidiam o diagnóstico e o planejamento das políticas educacionais municipais.

O ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório da educação básica, contemplando as linguagens das artes visuais, dança, música e teatro (BRASIL, 1996). Embora essa iniciativa pertença ao campo da política cultural, ela demonstra a existência de ações institucionais voltadas à valorização das expressões artísticas no município. No âmbito educacional, o município também realizou concurso público com previsão de cargo relacionado à Educação Artística, evidenciando a existência de mecanismos de provimento de profissionais para essa área. O edital do Concurso Público nº 01/2024, por exemplo, contemplou cargo de Professor de Educação Artística da Educação Infantil e Anos Iniciais, com conhecimentos específicos relacionados ao ensino de Artes Visuais. Entretanto, a existência de professores de Arte e de ações relacionadas às artes não permite, isoladamente, afirmar o cumprimento integral da Meta 7.23. A própria redação da estratégia estabelece uma exigência mais abrangente: considerar as especificidades das artes cênicas, artes visuais, dança e música e assegurar a abertura de concursos públicos para docentes específicos dessas áreas. Dessa forma, considera-se a meta parcialmente cumprida.

Estratégia 7.23.1 - em atenção à Lei nº 11.769/08, que prevê o ensino de música na educação básica, da educação infantil ao ensino médio, garantir o cargo de professor de música no espaço escolar através da abertura de concursos públicos ou contratação, no ensino privado, para licenciados em Música. Em atenção à mesma Lei, garantir investimentos em infraestrutura, instalações necessárias e compra e manutenção de instrumentos musicais e materiais didáticos para o ensino da música;

A legislação educacional brasileira estabelece a Música como uma das linguagens constitutivas do componente curricular Arte, conforme o § 6º do art. 26 da LDB, com redação dada pela Lei nº 13.278/2016, que também determinou a necessária e adequada formação dos professores em número suficiente para atuação na educação básica. A LDB estabelece, ainda, que a formação dos docentes da educação básica deve ocorrer, em regra, em nível superior, em curso de licenciatura. No âmbito das políticas de assistência técnica e financeira, o FNDE contempla, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), ações relacionadas à infraestrutura física e aos recursos pedagógicos, incluindo a aquisição de instrumentos musicais para atendimento aos estudantes da educação básica. Também

foram identificadas iniciativas recentes do FNDE destinadas ao aperfeiçoamento das especificações para aquisição de instrumentos musicais. Para a avaliação da implementação da estratégia no município de Bagé, de acordo com análise de pesquisa sobre a formação dos professores, foi possível verificar a pouca existência de profissionais que atuam com Arte/Música. Porém, através de projetos em algumas, existe a presença de profissionais voluntários, com a oferta da linguagem musical, bem como a disponibilidade, conservação e manutenção de instrumentos, equipamentos, materiais didáticos e espaços adequados para as práticas musicais. O Censo Escolar/Inep constitui importante fonte de dados para essa análise com o complementado por registros da rede municipal de ensino.

Estratégia 7.24 – garantir, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

O município avançou na inserção dessas temáticas nos currículos e nas práticas pedagógicas, bem como na realização de projetos e ações educativas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação, a implementação dessas temáticas envolve planejamento, formação dos profissionais, participação das equipes pedagógicas e articulação com a comunidade.

Apesar dos avanços, a abordagem contínua, transversal e sistemática dessas temáticas ainda ocorreu de maneira desigual entre as escolas, havendo registros de ações pontuais e diferenças quanto à formação dos profissionais e à disponibilidade de materiais pedagógicos. A Estratégia 7.24 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.25 - consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

Foram identificadas ações relacionadas à valorização da diversidade cultural, à contextualização curricular e ao reconhecimento das diferentes identidades presentes no

território. As orientações nacionais para a Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo destacam a importância da consideração das especificidades socioculturais, territoriais e linguísticas dessas comunidades.

No município, entretanto, a consolidação de ações específicas e sistemáticas para essas populações apresentou limitações, caracterizando cumprimento parcial da estratégia.

Estratégia 7.26 - desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os(as) alunos(as) com deficiência;

O município apresentou avanços na incorporação de princípios relacionados à diversidade cultural, contextualização curricular e educação inclusiva. Entretanto, a elaboração e implementação de propostas curriculares específicas para a Educação do Campo e para comunidades indígenas e quilombolas não se encontram plenamente consolidadas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 8/2012, destacam a necessidade de materiais didáticos e apoio pedagógico específicos e contextualizados à realidade das comunidades. A Estratégia 7.26 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.27 - Vetada.

Estratégia 7.28 - promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

O município apresentou avanços no desenvolvimento de ações intersetoriais, especialmente entre educação, saúde, assistência social, cultura e esporte. O Projeto Rodarte, lançado no ano de 2018, era um projeto que oferecia oficinas de danças urbanas, circo, teatro, judô e reforço escolar nas matérias de português e matemática, para os alunos da rede municipal de ensino, no turno inverso às suas aulas. A Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (Sejel) do município oportunizou projetos nos quais as atividades físicas eram oferecidas à comunidade, como aulas de ritmos e de treinamento funcional, juntamente com a Secretaria de Saúde, que oferecia serviços como medição de pressão aos idosos durante essas atividades. Esses projetos contribuíram para o atendimento de demandas que ultrapassam o âmbito estritamente educacional e para o fortalecimento das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Entretanto, a constituição de uma rede de apoio integral, permanente e articulada não se encontra plenamente consolidada em todas as situações, permanecendo diferenças

na integração dos serviços, nos fluxos de atendimento e no acompanhamento de estudantes e famílias em situação de maior vulnerabilidade. A Estratégia 7.28 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.29 - universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos(às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

O município desenvolveu ações intersetoriais de promoção da saúde, prevenção de agravos e atenção aos estudantes. Entre as ações identificadas estão a vacinação, saúde bucal, alimentação saudável, atividade física, prevenção de violências e promoção da saúde mental. O Programa Saúde na Escola – PSE, conforme o Ministério da Saúde, constitui importante mecanismo de articulação entre a Atenção Primária à Saúde e as escolas públicas. Apesar da observação na evolução da implementação das ações previstas, a universalização do atendimento previsto na estratégia não foi plenamente consolidada, especialmente quanto à continuidade das ações, ao acompanhamento de estudantes com necessidades específicas e à articulação dos encaminhamentos entre escola, saúde e rede de proteção. A Estratégia 7.29 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.30 - estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos(as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

Durante a vigência do PME, foram realizadas ações de sensibilização, prevenção e promoção da saúde, além de iniciativas de apoio aos trabalhadores da rede. O município de Bagé ofertou o serviço de atendimento psicológico através do Departamento de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (Biometria). Essas ações ampliaram a atenção às dimensões física, mental e emocional dos profissionais e reconheceram sua relação com as condições de trabalho e com a qualidade da educação. Entretanto, as ações identificadas apresentaram diferentes níveis de abrangência e continuidade, não configurando atendimento integral e uniforme em toda a rede. A Estratégia 7.30 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.31 - fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o Sistema Nacional de Avaliação, os Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

Bagé ampliou sua participação e acompanhamento dos resultados do Saeb e do Ideb, dispondo de séries históricas e indicadores que permitem analisar o desempenho educacional. O Inep destaca que os resultados do Saeb constituem subsídios para o

monitoramento e o aprimoramento das políticas educacionais baseadas em evidências.

No município, houve ampliação do acesso aos indicadores e do acompanhamento dos resultados. Entretanto, a utilização pedagógica dessas informações e sua incorporação sistemática aos processos de planejamento, recomposição das aprendizagens e avaliação das políticas públicas ocorreram de forma parcial. A Estratégia 7.31 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.32 - promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

O município desenvolveu projetos literários, atividades pedagógicas, práticas de leitura e utilização de acervos e materiais disponibilizados às escolas. A participação em políticas nacionais de distribuição de livros e materiais literários também ampliou o acesso dos estudantes às obras.

A Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696/2018, estabeleceu a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como política pública permanente. Os documentos analisados também registram a articulação dessas ações com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL. Apesar das ações desenvolvidas, permaneceram as diferenças quanto à formação continuada de mediadores de leitura, à atualização dos acervos, à estrutura das bibliotecas e salas de leitura e à integração das ações realizadas pelas escolas. A Estratégia 7.32 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.33 - contribuir na formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar a política de preservação da memória nacional;

O município desenvolveu ações pedagógicas relacionadas à história, cultura, identidade, patrimônio e memória, proporcionando experiências que contribuem para o reconhecimento das referências culturais da comunidade e de diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira.

Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, a Educação Patrimonial constitui processo coletivo, democrático, participativo, transversal e dialógico, reconhecendo os territórios como espaços educativos. No município, foram observadas ações relacionadas à história local, manifestações culturais, patrimônio, memória e identidade. Entretanto, essas ações não se encontram plenamente institucionalizadas como política permanente e articulada em toda a rede. A Estratégia 7.33 é considerada parcialmente cumprida.

Estratégia 7.34 - promover a regulação da oferta de educação infantil pela iniciativa

privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

A análise realizada no documento evidencia a existência de ações de acompanhamento e organização da oferta educacional, articuladas às normativas educacionais e às responsabilidades do sistema municipal de ensino.

Entretanto, os registros analisados indicam que os mecanismos de regulação e acompanhamento da oferta privada não foram plenamente consolidados em todos os seus aspectos, caracterizando cumprimento parcial da estratégia.

Estratégia 7.35 - estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

O município utiliza os resultados do Ideb como referência para o acompanhamento da qualidade da educação, análise do desempenho das escolas e redes de ensino e planejamento de ações pedagógicas e de gestão. Conforme o Inep, o Ideb combina indicadores de fluxo escolar e desempenho dos estudantes no Saeb.

Os resultados disponibilizados pelo Inep possibilitam acompanhar a evolução dos indicadores de municípios e escolas ao longo das diferentes edições. Na rede municipal de Bagé, esses indicadores vêm sendo utilizados para acompanhamento das aprendizagens, identificação de necessidades pedagógicas, planejamento de ações e apoio às escolas, envolvendo equipes gestoras, professores e setores da Secretaria Municipal de Educação.

Entretanto, não se consolidou uma política municipal permanente, institucionalizada e sistemática de estímulo às escolas que apresentassem melhoria no Ideb associada especificamente à valorização do trabalho desenvolvido pelo corpo docente, pela direção e pela comunidade escolar. A Estratégia 7.35 é considerada parcialmente cumprida.

Em síntese, a análise da Meta 7 do Plano Municipal de Educação de Bagé – PME 2015–2025 evidencia um processo de implementação heterogêneo, com diferentes níveis de cumprimento entre as estratégias. Observam-se avanços significativos na organização das diretrizes curriculares municipais, na participação em avaliações externas, no acompanhamento de indicadores educacionais, na ampliação das ações de inclusão, no atendimento suplementar aos estudantes, na incorporação das tecnologias digitais, na articulação intersetorial, nas ações de leitura, na valorização da diversidade cultural e étnico-racial e nas iniciativas relacionadas à memória, cultura e patrimônio.

A Estratégia 7.1 foi considerada cumprida, enquanto a Estratégia 7.2 não foi cumprida e a Estratégia 7.13 também não foi cumprida. A Estratégia 7.27 foi vetada. As demais estratégias analisadas apresentam, predominantemente, cumprimento parcial, evidenciando que houve desenvolvimento de ações e políticas relacionadas aos objetivos previstos, mas sem que todos os resultados ou condições estabelecidos nas estratégias fossem integralmente alcançados.

No campo da aprendizagem, os dados analisados demonstram que o município ampliou o acompanhamento por meio do Censo Escolar, Saeb e Ideb, mas os níveis de aprendizagem estabelecidos na Estratégia 7.2 não foram alcançados. Também permanecem diferenças de desempenho entre as escolas, aspecto diretamente relacionado à Estratégia 7.8.

Segundo o Inep, o acompanhamento da educação básica por meio do Saeb e do Ideb possibilita analisar diferentes dimensões do processo educacional, sendo importante considerar que o Ideb constitui um indicador composto por fluxo escolar e desempenho no Saeb. Dessa forma, os resultados precisam ser interpretados em conjunto com outros indicadores e informações sobre as condições de oferta e o contexto educacional.

No âmbito curricular, a implementação do Documento Orientador Municipal, articulado à BNCC e ao Referencial Curricular Gaúcho, representa um dos principais avanços registrados na vigência do PME. Paralelamente, permanecem desafios relacionados à equidade da aprendizagem, à avaliação institucional, à autoavaliação escolar e à apropriação pedagógica dos resultados das avaliações.

Quanto às condições de oferta, foram observadas melhorias em infraestrutura, equipamentos, conectividade, alimentação, transporte e materiais pedagógicos. Entretanto, a universalização das condições estabelecidas em determinadas estratégias não foi alcançada integralmente. Os dados do Censo Escolar demonstram a importância de analisar não apenas a existência de determinado recurso, mas também sua disponibilidade, qualidade, funcionamento e utilização pedagógica.

Na dimensão da inclusão e da diversidade, houve ampliação do acesso e desenvolvimento de políticas e práticas voltadas à Educação Especial, à diversidade étnico-racial, à cultura afro-brasileira e indígena e às especificidades das populações do campo. Entretanto, não foram consolidados indicadores específicos para avaliar a qualidade da Educação Especial e da educação bilíngue para surdos, assim como permanecem limitações na consolidação de propostas curriculares específicas para determinadas realidades educacionais.

As estratégias relacionadas à proteção e ao desenvolvimento integral dos estudantes também registraram avanços. A articulação entre educação, saúde, assistência social, cultura e esporte ampliou as possibilidades de atendimento às necessidades dos estudantes e das famílias. O Programa Saúde na Escola, por exemplo, constitui uma referência de articulação intersetorial entre educação e saúde.

No campo da leitura, patrimônio e cultura, foram desenvolvidos projetos e ações que contribuíram para o acesso aos livros, formação de leitores, valorização da história local, memória, identidade e patrimônio cultural. Conforme o Iphan, a Educação Patrimonial pressupõe participação, diálogo e reconhecimento dos territórios e das comunidades como

espaços de produção de conhecimento.

De modo geral, portanto, o período de vigência da Meta 7 caracteriza-se pela ampliação das políticas, ações e mecanismos de acompanhamento da qualidade da educação básica no município de Bagé, coexistindo com resultados ainda não plenamente alcançados em aprendizagem, equidade, infraestrutura, conectividade, avaliação institucional, inclusão, Educação do Campo, leitura, gestão democrática e outras dimensões contempladas pelas estratégias.

A análise demonstra que a implementação da Meta 7 produziu avanços concretos na organização e no acompanhamento da educação municipal, embora a maior parte das estratégias tenha apresentado cumprimento parcial, refletindo a complexidade de assegurar, de forma articulada e equitativa, aprendizagem, permanência, inclusão, condições adequadas de oferta e qualidade educacional para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BAGÉ. Lei Municipal nº 5.534, de 18 de agosto de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação. Bagé: Conselho Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: Plano Municipal de Educação de Bagé. Acesso em: 10 jun. 2026.

BAGÉ. Secretaria Municipal de Educação. Documento Orientador Curricular do Território Municipal de Bagé – DOM. Bagé: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Bagé, RS: perfil municipal. Brasília, DF: PNUD; Ipea; Fundação João Pinheiro, [s.d.].

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Constituição Federal – Planalto. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Planalto. Acesso em: 8 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: Lei nº 10.639/2003 – Planalto. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: Lei nº 11.645/2008 – Planalto. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: Lei nº 11.769/2008 – Planalto. Acesso em: 8 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, referente ao ensino da arte. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: Lei nº 13.278/2016 – Planalto. Acesso em: 8 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: Lei nº 13.696/2018 – Planalto. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Escola que Protege. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: Escola que Protege – MEC. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: PNLL – Ministério da Educação. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Estratégia Nacional de Escolas Conectadas e Educação Digital. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em: Censo Escolar – INEP. Acesso em: 8 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2025: microdados. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: Microdados do Censo Escolar. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da educação básica 2025. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: Sinopses Estatísticas – INEP. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores educacionais. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em: Indicadores Educacionais – INEP. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb: resultados. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: Saeb – INEP. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb: resultados 2005–2025. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: Resultados do Ideb 2005–2025 – INEP. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA: resultados. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em: PISA – resultados – INEP. Acesso em: 7 ago. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Plano de Ações Articuladas – PAR. Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: PAR – FNDE. Acesso em: 22 set. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE. Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: PNATE – FNDE. Acesso em: 8 ago. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Brasília, DF: FNDE, [s.d.].

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, [s.d.].

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. Brasília, DF: FNDE, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Saúde na Escola – PSE. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: Programa Saúde na Escola – Ministério da Saúde. Acesso em: 22 set. 2026.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação Patrimonial. Brasília, DF: Iphan, [s.d.]. Disponível em: Educação Patrimonial – IPHAN. Acesso em: 9 ago. 2026.

QEDU. Aprendizado adequado: Bagé. [S. l.]: QEdu, [s.d.]. Disponível em: QEdu – Bagé. Acesso em: 31 ago. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular Gaúcho. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 23 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopses Estatísticas da Educação Básica – 2025.** Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 23 set. 2026.

Objetivo 6: Educação Integral em Tempo Integral

A construção da Meta 6 do Plano Municipal de Educação de Bagé – PME 2026–2036 fundamenta-se na análise do processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral no município durante a vigência do PME 2015–2025, considerando os avanços alcançados, os desafios identificados e as perspectivas para a consolidação dessa política educacional na próxima década.

A avaliação da Meta 6 do PME 2015–2025 evidencia que o acompanhamento sistemático das estratégias previstas foi prejudicado pela descontinuidade das atividades do Fórum Municipal de Educação, o que limitou a produção de registros e indicadores capazes de demonstrar, de forma contínua, o cumprimento das ações estabelecidas. Entretanto, mesmo diante dessa limitação, observa-se que o município apresentou avanços importantes na ampliação da oferta de educação em tempo integral, abrangendo diferentes etapas da Educação Básica e envolvendo as redes municipal e estadual de ensino.

Nos últimos anos, a expansão da oferta de Educação Integral em Tempo Integral foi impulsionada, entre outros fatores, pela implementação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pelo Governo Federal, e pela ampliação de iniciativas desenvolvidas pela Rede Estadual de Ensino. Conforme os dados do INEPData, referentes ao ano de 2025, foram registradas aproximadamente 972 matrículas em Educação em Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino, considerando as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na Rede Municipal de Ensino, os dados registram 1.511 matrículas em tempo integral na etapa da Creche, correspondente à faixa etária de 0 a 3 anos, e 608 matrículas no Ensino Fundamental, estas vinculadas à oferta desenvolvida por meio do Programa Escola em Tempo Integral. Esses dados evidenciam a ampliação da oferta de educação em tempo integral no município e constituem referência para o planejamento e a definição das estratégias da Meta 6 do PME 2026–2036.

Esse movimento demonstra que Bagé vem ampliando gradativamente a oferta de educação em tempo integral e fortalecendo as condições para a efetivação do direito à educação, considerando não apenas o aumento da jornada escolar, mas também a necessidade de assegurar experiências educativas diversificadas e articuladas às diferentes dimensões do desenvolvimento humano.

No âmbito pedagógico, identificam-se avanços relacionados à organização de propostas curriculares que buscam superar a compreensão da educação em tempo integral como mera ampliação do período de permanência do estudante na escola. As experiências desenvolvidas contemplam atividades relacionadas ao projeto de vida, à iniciação científica, ao protagonismo estudantil, à cultura, ao esporte e a outras práticas educativas, ampliando as possibilidades de aprendizagem e participação dos estudantes. Destaca-se, ainda, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados em escolas que desenvolvem propostas de tempo integral, fortalecendo a perspectiva de inclusão e garantia do direito à aprendizagem.

Tais iniciativas evidenciam um processo de construção de uma concepção de Educação Integral que considera o estudante em sua integralidade, articulando conhecimentos, experiências, relações sociais, cultura, participação, autonomia e desenvolvimento de diferentes potencialidades. Nesse sentido, a ampliação do tempo escolar constitui uma oportunidade para a diversificação das experiências educativas e para o fortalecimento das aprendizagens, desde que acompanhada de condições pedagógicas, estruturais e de gestão adequadas.

Apesar dos avanços observados, o diagnóstico evidencia desafios que deverão ser enfrentados no período de vigência do PME 2026–2036. Entre eles, destaca-se a necessidade de ampliar e qualificar a infraestrutura das unidades escolares, garantindo ambientes adequados e diversificados para o desenvolvimento das atividades propostas pela Educação Integral em Tempo Integral. Embora tenham sido realizados investimentos importantes na manutenção, revitalização, ampliação e qualificação dos espaços escolares da Rede Municipal, e melhorias significativas na Rede Estadual, inclusive por meio do Programa Agiliza Educação, permanece a necessidade de avançar na adequação e ampliação de cozinhas, refeitórios, bibliotecas, laboratórios, espaços destinados às práticas esportivas, culturais e artísticas, bem como outros ambientes educativos necessários ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Também se identifica a necessidade de fortalecer a política de recursos humanos, considerando a organização do trabalho docente e a construção de condições que favoreçam a continuidade e a integração das ações pedagógicas. Nesse sentido, torna-se relevante analisar estratégias que possibilitem a ampliação progressiva da jornada de trabalho dos profissionais em uma mesma unidade

escolar, sempre observadas as condições legais, administrativas e orçamentárias do município, favorecendo maior integração entre os profissionais, continuidade do planejamento e fortalecimento do projeto pedagógico institucional.

Outro aspecto a ser fortalecido refere-se à articulação entre as escolas e os diferentes espaços e equipamentos existentes no território. A Educação Integral pressupõe a ampliação das oportunidades educativas para além dos espaços escolares, mediante a articulação com equipamentos culturais, esportivos, ambientais, sociais e comunitários, bem como com instituições de ensino superior, institutos federais, organizações da sociedade civil e demais parceiros que possam contribuir para o desenvolvimento das ações previstas nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.

Nesse contexto, destaca-se também a possibilidade de fortalecimento de parcerias com instituições que integram o Sistema S, a exemplo do SENAI, Sesi, SENAC, SESC e SENAR, considerando suas diferentes áreas de atuação na educação profissional, formação e qualificação, cultura, esporte, lazer, saúde, assistência social, tecnologia, inovação e promoção do desenvolvimento social e econômico. Essas articulações poderão contribuir para a ampliação e diversificação das oportunidades educativas, formativas e culturais destinadas aos estudantes, respeitando a autonomia das instituições de ensino e estando vinculadas aos objetivos e às ações previstas nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.

O diagnóstico também aponta para a necessidade de consolidar ações de formação continuada dos profissionais da educação, considerando as especificidades da Educação Integral em Tempo Integral. A ampliação da jornada escolar exige planejamento pedagógico integrado, metodologias diversificadas, práticas interdisciplinares, estratégias de acompanhamento das aprendizagens, utilização qualificada dos diferentes espaços educativos e atenção às dimensões cognitivas, físicas, emocionais, sociais, culturais e cidadãs do desenvolvimento dos estudantes.

Outro desafio identificado diz respeito à consolidação de mecanismos permanentes de acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de Educação Integral em Tempo Integral. A experiência do PME 2015–2025 demonstra que a ausência de processos sistemáticos de monitoramento dificultou a mensuração dos resultados alcançados e a análise do cumprimento das estratégias estabelecidas. Dessa forma, o novo Plano deverá prever mecanismos que

possibilitem o acompanhamento periódico da expansão da oferta, das condições de funcionamento das escolas, da permanência dos estudantes, das aprendizagens, da equidade e dos resultados das ações implementadas.

Para esse processo, torna-se fundamental a utilização articulada de informações provenientes das redes municipal e estadual de ensino, do Censo Escolar, do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de outros sistemas oficiais de informação. A integração desses dados deverá possibilitar uma leitura mais abrangente da realidade educacional de Bagé, identificando avanços, demandas, desigualdades e necessidades específicas relacionadas à oferta de matrículas em tempo integral, infraestrutura, recursos humanos, alimentação, transporte, permanência, aprendizagem, inclusão e atendimento às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

A análise territorial deverá considerar, ainda, as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e educacionais do município, bem como as especificidades de cada comunidade escolar. Dessa forma, a expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá ocorrer de maneira planejada e progressiva, considerando as condições concretas de cada unidade educacional e a capacidade de atendimento da Rede Municipal, em articulação com a Rede Estadual e demais instituições parceiras.

Nesse sentido, a nova Meta 6 deverá avançar para além da perspectiva exclusivamente quantitativa de ampliação das matrículas, incorporando como elementos fundamentais a qualidade, a equidade, a inclusão, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. A expansão da jornada deverá estar articulada a propostas curriculares integradas, à qualificação dos espaços educativos, à valorização e formação dos profissionais da educação, à participação das famílias e da comunidade e à articulação intersetorial entre as políticas públicas.

A Educação Integral em Tempo Integral deverá, portanto, ser compreendida como uma política pública permanente e estruturante, e não como uma ação ou programa de caráter temporário. Sua implementação deverá considerar a articulação entre educação, cultura, esporte, saúde, assistência social, meio ambiente, ciência, tecnologia e demais áreas que contribuam para a garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

A consolidação dessa política também requer o fortalecimento do regime de colaboração entre Município e Estado, de modo a promover ações articuladas para a ampliação e qualificação da oferta, respeitando as responsabilidades de cada ente federativo e considerando as necessidades e especificidades do território de Bagé.

Diante desse cenário, o diagnóstico da Meta 6 do PME 2026–2036 aponta para a necessidade de consolidar e ampliar a Educação Integral em Tempo Integral no município, articulando acesso, permanência, equidade, aprendizagem e desenvolvimento integral. A definição das metas e estratégias para a próxima década deverá apoiar-se em dados atualizados e em processos permanentes de monitoramento e avaliação, permitindo o estabelecimento de objetivos progressivos, realistas e exequíveis.

Assim, a política municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá orientar-se por uma concepção de formação humana integral, compreendendo que ampliar o tempo escolar não significa apenas permanecer mais horas na escola, mas ampliar e qualificar as oportunidades de aprendizagem, convivência, participação, criação, expressão e desenvolvimento. Nessa perspectiva, a Meta 6 do PME 2026–2036 deverá contribuir para a construção de uma educação pública comprometida com a inclusão, a equidade, a qualidade social da educação e a redução das desigualdades educacionais, assegurando aos estudantes de Bagé condições para seu desenvolvimento integral e para o exercício da cidadania.

Objetivo 7: Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação

O presente diagnóstico integra o processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação de Bagé/RS e tem como objetivo apresentar uma análise atualizada sobre a conectividade, a infraestrutura tecnológica, o uso pedagógico das tecnologias digitais, a formação dos profissionais da educação, a informatização da gestão escolar, a inclusão digital e a acessibilidade tecnológica nas instituições de Educação Básica do município.

Vale registrar que o PME 2015–2025 não contava com uma meta específica dedicada à tecnologia: as ações relacionadas ao tema estavam subdivididas entre diferentes metas e estratégias do plano — como as voltadas à alfabetização, à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental — sem constituir um eixo próprio e articulado. A Meta 7 do novo PNE 2026–2036 passa a tratar a Educação Digital como um objetivo específico e estruturado, o que justifica a elaboração deste diagnóstico dedicado no novo Plano Municipal de Educação.

A análise foi construída a partir de bases de informação distintas para cada rede de ensino. Os dados da rede municipal combinam as devolutivas oficiais do portal Conectividade na Educação (NIC.br), o Censo Escolar 2025, o levantamento interno da Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional (SMED) sobre pregões, quadro de técnicos e histórico de programas de informatização, e formulários aplicados diretamente às escolas. Os dados da rede estadual baseiam-se nas devolutivas oficiais do mesmo portal Conectividade na Educação e em tabela comparativa 2015–2025 do Censo Escolar/INEP, tratada pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em parceria com a Unesco; é importante registrar que a rede estadual não respondeu ao formulário local aplicado pela comissão responsável por este diagnóstico, de modo que sua caracterização depende exclusivamente de fontes oficiais externas. Já os dados da rede privada foram coletados por meio de formulários próprios, respondidos por 17 instituições de Educação Infantil e 3 instituições de Ensino Fundamental e/ou outras etapas da Educação Básica.

Também foram consideradas as divergências entre os dados autodeclarados no Censo Escolar 2025 — coletados com ano-base em 2024 — e a situação observada em 2026. Essa defasagem de até dois anos entre a coleta oficial e a realidade das escolas é uma limitação estrutural de qualquer diagnóstico baseado

em bases administrativas: o Censo Escolar depende do preenchimento das próprias equipes gestoras, sujeito a lacunas, classificações incorretas e atualização lenta. Um exemplo concreto identificado neste diagnóstico é o campo de tecnologia de conexão à internet, no qual tanto a rede municipal (53,33%) quanto a rede estadual (94,74%) aparecem majoritariamente classificadas como ADSL, com registro praticamente nulo de fibra óptica ou conexão dedicada — o que provavelmente não reflete a tecnologia real utilizada, mas sim uma classificação desatualizada ou um preenchimento simplificado por parte das escolas. Da mesma forma, a queda aparente do indicador de banda larga na rede estadual entre 2015 (87%) e 2025 (52,6%) é lida, neste diagnóstico, não como uma piora efetiva do serviço, mas como um provável indício de migração de tecnologia — de ADSL para conexão cabeada ou fibra óptica — sem a devida atualização do campo correspondente no Censo; trata-se, contudo, de uma hipótese de trabalho que ainda carece de validação técnica junto às equipes gestoras.

Diante dessas limitações, o diagnóstico não trata nenhuma dessas fontes de forma isolada. Cada uma delas — Censo Escolar, devolutivas do Conectividade na Educação, formulários aplicados e levantamentos internos da SMED — funciona como uma peça complementar, e as divergências entre elas foram usadas como sinalizadores de pontos que precisam de melhor preenchimento, conferência e validação técnica, e não como erro a ser simplesmente descartado. Essa abordagem permite uma leitura mais próxima da realidade atual das escolas e contribui para um planejamento mais preciso, realista e alinhado às necessidades do novo Plano Municipal de Educação.

Para tornar essa leitura mais clara, o diagnóstico está organizado em três blocos, correspondentes à rede municipal, à rede estadual e à rede privada, cada um analisado nas dimensões de conectividade, infraestrutura tecnológica, gestão e informatização, formação docente, uso pedagógico e inclusão digital, sempre que os dados disponíveis permitirem. Ao final, é apresentada uma comparação com as metas de tecnologia do PME 2015 e uma síntese dos principais desafios e potencialidades identificados para subsidiar o novo Plano.

Rede Municipal

A rede municipal de ensino de Bagé é composta por 60 escolas, sendo 57 localizadas na área urbana e 3 na área rural, atendendo 10.243 estudantes. Por tipo

de unidade, a rede é formada por 24 EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil), 33 EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) e 3 escolas rurais. A devolutiva oficial do portal Conectividade na Educação informa que 58 dessas escolas possuem internet, o que corresponde a uma cobertura de 96,7% da rede. Também foram identificadas 49 escolas com Wi-Fi e 11 sem Wi-Fi, indicando que a conectividade está amplamente presente, mas ainda não plenamente distribuída nos ambientes escolares.

Quanto à qualidade da conexão, a devolutiva oficial do portal Conectividade na Educação mostra que 93,3% das escolas municipais (56 de 60) possuem medidor de conectividade instalado, com velocidade média de 86,7 Mbit/s entre as escolas medidas. Comparando essa velocidade com a média do entorno, 16,7% das escolas (10 unidades) registram desempenho superior, 3,3% (2 escolas) registram desempenho inferior, e 80% (48 escolas) não possuem informação de medição comparativa. No indicador de download por aluno, 46,7% das escolas estão classificadas como "ruim" (entre 100 kbps e 1 Mbps por aluno), 23,3% como "boa", 21,7% como "ótima" e apenas 1,7% (1 escola) como "péssima" — esta última sendo a única que ainda não garante o parâmetro mínimo de 100 kbps por estudante. Além disso, 7% das escolas da rede não possuem qualquer informação sobre a qualidade da internet, e 81,7% das escolas dispõem de rede Wi-Fi.

Chama atenção, contudo, a diferença entre a velocidade média apurada pelo medidor oficial (86,7 Mbit/s) e os links efetivamente contratados pela rede, segundo levantamento interno da SMED: todas as EMEIs contam com link de 300 Mb, três escolas contam com link de 1 Gb e as demais EMEFs contam com link de 600 Mb. Ou seja, a capacidade contratada é, em grande parte da rede, muito superior à velocidade média que o medidor oficial registra como efetivamente entregue às escolas. Essa diferença sugere que o gargalo da qualidade de conexão não está necessariamente no contrato de banda larga em si, mas na estrutura interna das escolas — cabeamento, roteadores e cobertura de Wi-Fi — e na quantidade de equipamentos disponíveis para aproveitar essa capacidade, uma limitação também identificada pela própria SMED.

Em relação às fontes de financiamento, 51 escolas (85% da rede) recebem recursos do Programa de Inovação Educação Conectada, 35 escolas são atendidas pelo Programa Banda Larga nas Escolas — das quais 3 dependem exclusivamente desse programa — e 3 escolas são conectadas por edital Rural-4G do mesmo

programa, 2 delas também como única fonte de conectividade. Essa concentração evidencia a dependência da rede municipal em relação a programas federais para a manutenção da conectividade escolar.

O histórico de investimento em informática da rede municipal ajuda a explicar o quadro atual de infraestrutura. O último pregão realizado especificamente para equipar as escolas com informática ocorreu em 2010 (o anterior havia sido em 2007). Nesse mesmo ano, o município passou a integrar o Programa Um Computador por Aluno (UCA/PROUCA), iniciativa federal regulamentada pelo Decreto nº 7.243/2010, que distribuía netbooks a alunos e professores; em Bagé, a etapa piloto do projeto foi desenvolvida na EMEF Profª Reny da Rosa Collares. Em 2013, o programa já atendia 18 escolas de Ensino Fundamental.

Entre 2015 e 2025, não houve investimento relevante em equipamentos de informática para a rede municipal. Na época do UCA, a maioria das escolas contava com laboratório de informática com média de 10 computadores por unidade; com o tempo, e sem manutenção ou reposição, muitos desses equipamentos se deterioraram, levando ao fechamento de diversos laboratórios — que, em boa parte dos casos, foram convertidos em salas de aula, o que inviabiliza sua reabertura. O próprio programa UCA foi encerrado por volta de 2018, em razão do sucateamento dos netbooks: faltavam peças de reposição, a configuração já estava obsoleta e o sistema antifurto dos equipamentos havia deixado de funcionar.

Como resultado desse processo, de um universo de 33 EMEFs, hoje apenas 10 possuem laboratório de informática físico e funcional — coincidindo, não por acaso, com as escolas que ainda contam com técnico de informática próprio.

O suporte técnico da rede municipal também se reduziu ao longo do período analisado. Em 2013, a rede contava com aproximadamente 18 técnicos de informática efetivos — alguns atendendo mais de uma escola ao longo da semana — além de 3 técnicos fixos no setor de informática da SMED. Atualmente, o quadro é de 13 técnicos, sendo 10 efetivos na função: 3 permanecem na SMED, 2 estão lotados na EMEF Antenor Gonçalves Pereira (um no turno diurno e outro atendendo à Escola Técnica) e os demais 8 técnicos atuam cada um em uma escola. A função dos técnicos lotados na SMED é atender as escolas que não possuem técnico próprio e a totalidade das EMEIs.

O provimento desse cargo ocorreu por meio de concursos públicos estatutários: o Concurso nº 01/2019 (Fundatec), já encerrado. Entre 2015 e 2026

foram efetivamente contratados 4 técnicos, sendo um deles remanescente do concurso de 2011; todos os técnicos atuais são concursados, não havendo técnicos comissionados na função. Desde 2025, a área de Tecnologia da Informação não teve novo concurso aberto, permanecendo o preenchimento das vagas por meio do cadastro reserva vigente.

A gestão escolar da rede municipal é informatizada por meio do módulo de Gestão Escolar do sistema e-Cidade, da empresa DBSeller, que ao longo do período 2015–2026 migrou de uma estrutura de rede local (intranet) para operação integrada em nuvem. O sistema gera matrícula única para cada estudante, acompanhando sua trajetória da Educação Infantil à EJA, e realiza auditoria automatizada dos dados de matrícula em cruzamento com o Censo Escolar do Inep, o que ajuda a evitar glosas ou perdas de recursos do Fundeb. O módulo de Central de Vagas gerencia eletronicamente as listas de espera por zoneamento e critérios socioeconômicos, com inscrição online e chamada pública para pré-matrícula, incluindo sorteio ou distribuição automatizada conforme a disponibilidade nas escolas polo. Também estão disponíveis diários de classe eletrônicos, com controle de frequência, notas e conteúdos programáticos, e relatórios de apoio pedagógico, incluindo o cálculo da taxa de distorção idade-série.

No período de 2021 a 2025, a SMED promoveu ações voltadas à robótica e à informática educativa, viabilizando a montagem do Centro Municipal de Ensino de Ciências e Tecnologias, equipado com notebooks para uso dos alunos e kits de robótica pedagógica alinhados às diretrizes do Plano Municipal de Educação. Além disso, cinco escolas da rede municipal — EMEF Dr. Antenor Gonçalves Pereira, EMEF General Emílio Luiz Mallet, EMEF Nossa Senhora das Graças, EMEF Pérola Gonçalves e EMEF São Pedro — foram contempladas pelo Programa Mais Ciência na Escola, da Rede SACCI (Saberes Articulando Ciência, Criatividade e Imaginação), recebendo Laboratórios Maker com investimento de R\$ 100 mil por escola (R\$ 500 mil no total), em parceria com o IFSul e a Unipampa. Os laboratórios contam com impressora 3D, notebooks, kits de robótica, equipamentos audiovisuais e, em algumas escolas, máquinas de corte e gravação a laser.

Entre 2007 e 2018, a rede municipal contou com um Núcleo de Tecnologia Educacional, responsável pela formação continuada dos professores para o uso pedagógico das tecnologias. O serviço, no entanto, não teve continuidade: por questões administrativas, o núcleo acabou extinto, e desde então não houve

retomada de investimento em formação continuada nem em inclusão digital para a rede municipal. Esse hiato de mais de sete anos coincide com o mesmo período de desinvestimento em equipamentos e infraestrutura já identificados na seção 7.2.2, reforçando um padrão de descontinuidade que atinge tanto a estrutura física quanto a formação de pessoal.

Rede Estadual

A rede estadual de ensino de Bagé é composta por 19 escolas, todas localizadas na área urbana, atendendo 7.041 estudantes. É importante registrar, de início, que a rede estadual não respondeu ao formulário local aplicado pela comissão responsável por este diagnóstico; assim, sua caracterização depende exclusivamente das devolutivas oficiais do portal Conectividade na Educação e dos dados do Censo Escolar/INEP.

A devolutiva oficial aponta que todas as 19 escolas possuem acesso à internet — cobertura de 100% —, mas apenas 14 delas possuem Wi-Fi, com as demais 5 ainda sem essa estrutura, o que demonstra que o acesso à internet existe, mas sua distribuição interna precisa ser ampliada. Quanto à qualidade da conexão, apenas 47,4% das escolas (9 unidades) possuem medidor de conectividade instalado, com velocidade média indicada de 95,8 Mbit/s; entretanto, 89,5% da rede (17 escolas) não possuem informações de medições comparadas ao entorno, e 53% das escolas estaduais não possuem informação sobre a qualidade da internet. No indicador de download por aluno, constam 4 escolas em situação ruim, 4 em situação boa, 1 em situação ótima e 10 sem dados.

Em relação às fontes de financiamento, 5 escolas (26,3% da rede) recebem recursos do Programa de Inovação Educação Conectada, e todas as 19 escolas são atendidas pelo Programa Banda Larga nas Escolas, sendo que 14 delas dependem exclusivamente dessa fonte — uma dependência de programas federais ainda mais acentuada do que a observada na rede municipal.

Dados do Censo Escolar/INEP, tratados pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em parceria com a Unesco, permitem comparar a situação da rede estadual em Bagé entre 2015 e 2025, conforme a tabela a seguir.

Categoria	2015	2025
-----------	------	------

Categoria	2015	2025
Acesso à Internet	91,3%	100%
Banda Larga	87%	52,6%
Computador	100%	100%
Desktop para Alunos	0%	57,9%
Notebook para Alunos	0%	89,5%
Tablet para Alunos	0%	26,3%
Laboratório de Informática	87%	68,4%
Lousa Digital	0%	47,4%
Projektor Multimídia	95,7%	94,7%

Fonte: Censo Escolar/INEP, extraído e tratado pela equipe SEDUC/Unesco.

A comparação toma como referência o ano de 2015, marco inicial da vigência do PME anterior, o que permite avaliar a evolução dos indicadores especificamente durante o período do plano. O acesso à internet evoluiu de 91,3% para 100% das escolas, e o indicador de computador (uso administrativo/pedagógico geral) se manteve em 100% nos dois períodos. Chama atenção, no entanto, a queda do indicador de banda larga, de 87% em 2015 para 52,6% em 2025 — uma variação expressiva dentro do próprio período de vigência do plano, que, neste diagnóstico, é interpretada como um provável reflexo de mudança na tecnologia de conexão (de ADSL para conexão cabeada ou fibra óptica) sem a devida atualização do campo correspondente no Censo, e não como uma piora real do serviço; essa hipótese, contudo, ainda carece de validação técnica junto às escolas.

Também houve queda no indicador de laboratório de informática, de 87% em 2015 para 68,4% em 2025 — uma redução relevante ocorrida dentro do próprio período do PME, que acompanha o mesmo padrão de deterioração e fechamento de laboratórios já identificado na rede municipal. Já o indicador de projetor multimídia, que em 2015 já estava em 95,7%, permaneceu praticamente estável até 2025 (94,7%), evidenciando que esse equipamento já era amplamente disponível antes mesmo do início do plano anterior. Por outro lado, o período registrou avanços expressivos na disponibilização de equipamentos individuais para uso dos alunos, praticamente inexistentes em 2015: desktop para alunos passou de 0% para 57,9% das escolas, notebook para alunos de 0% para 89,5%, e tablet para alunos de 0%

para 26,3%. A presença de lousa digital, também nula em 2015, chegou a 47,4% das escolas em 2025.

Quanto à formação continuada de professores, a rede estadual disponibiliza cursos em diversas áreas por meio do Portal da Educação (portal.educacao.rs.gov.br, com informações institucionais em educacao.rs.gov.br/portal-da-educacao), aos quais os docentes têm acesso com o e-mail institucional educar. O portal reúne seis trilhas formativas — conjuntos de cursos organizados por temática, programa ou projeto — com certificação emitida ao final de cada formação, realizada em ambiente virtual (Moodle). A formação abrange tanto a dimensão técnica — uso de recursos e ferramentas digitais — quanto a dimensão pedagógica, voltada à aplicação dessas tecnologias em sala de aula. Cabe registrar que o cadastro e o acesso aos cursos não são públicos, dependendo de login institucional; a informação aqui apresentada baseia-se, portanto, em relato da rede, complementado por consulta à página institucional pública da SEDUC, sem verificação documental direta do conteúdo interno do portal.

Além do Portal da Educação, a rede estadual conta com o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) de Bagé, vinculado à 13ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e ao Setor Pedagógico da SEDUC/RS. Os NTEs são estruturas permanentes mantidas pela Secretaria Estadual da Educação, com equipe interdisciplinar de professores formadores responsável pela formação continuada e pela assessoria pedagógica às escolas estaduais quanto ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em modalidades presencial, semipresencial e a distância. O NTE Bagé integra uma rede de 30 núcleos regionais mantida pelo estado — uma estrutura já consolidada e ativa, em contraste com o antigo Núcleo de Tecnologia Educacional da rede municipal, extinto em 2018 e sem retomada até o momento (seção 7.2.6). Essa diferença sugere uma oportunidade concreta de articulação: o NTE Bagé pode servir tanto de referência quanto de parceiro técnico para a eventual recriação do núcleo municipal.

Rede Privada

A amostra da rede privada contempla 17 instituições de Educação Infantil e 3 instituições de Ensino Fundamental e/ou outras etapas da Educação Básica, respondentes de formulário próprio aplicado pela comissão de diagnóstico.

Na Educação Infantil privada, 82,4% das instituições respondentes informaram possuir acesso à internet durante todo o período de vigência do PME 2015, 11,8% tiveram acesso durante parte do período e 5,9% informaram não possuir acesso. Quanto à evolução da conectividade, 52,9% perceberam melhoria significativa e 23,5% melhoria parcial. Nas instituições que ofertam Ensino Fundamental e/ou outras etapas, 100% informaram possuir internet durante todo o período, 100% avaliaram que a qualidade da internet permitiu atividades pedagógicas e 100% registraram melhorias significativas no período.

Na Educação Infantil privada, 41,2% das instituições respondentes informaram ter recebido equipamentos tecnológicos durante o período de vigência do PME, enquanto 58,8% não receberam; entre os equipamentos citados estão computadores, notebooks, projetores, impressoras e Smart TVs. Nas instituições que ofertam Ensino Fundamental e/ou outras etapas, 66,7% informaram ter recebido equipamentos tecnológicos, e todas afirmaram que os equipamentos disponíveis atenderam totalmente às necessidades pedagógicas, mantendo o laboratório de informática funcional durante todo o período.

Na Educação Infantil privada, 23,5% das instituições informaram uso frequente de recursos tecnológicos nas atividades com as crianças, 64,7% utilizam às vezes e 11,8% utilizam raramente, com destaque para vídeos educativos, Smart TVs, projetores multimídia, computadores, aplicativos e jogos digitais educativos. Nas instituições com Ensino Fundamental e/ou outras etapas, 100% informaram uso frequente de tecnologias nas práticas pedagógicas, com destaque para computadores, internet, vídeos educacionais, softwares educativos, projetores e plataformas educacionais.

A formação tecnológica dos professores apresenta desigualdade entre as etapas. Na Educação Infantil privada, 29,4% das instituições informaram que os professores participaram de formações relacionadas ao uso de tecnologias educacionais no período, 52,9% informaram que não participaram e 17,6% não souberam informar; quanto ao nível de preparação dos docentes, 17,6% foi classificado como excelente, 47,1% como boa e 35,3% como regular. Nas instituições com Ensino Fundamental e/ou outras etapas, o cenário é mais favorável: 66,7% realizam formações continuadas de maneira regular e 33,3% de forma ocasional, e todas as instituições avaliaram que essas ações contribuíram significativamente para qualificar o uso das tecnologias digitais em sala de aula.

Na Educação Infantil privada, 52,9% das instituições informaram que a informatização da secretaria e dos processos administrativos chegou à escola durante a vigência do PME, 23,5% parcialmente, 11,8% não e 11,8% não souberam informar; 58,8% informaram que os sistemas de gestão passaram a ser utilizados regularmente e 23,5% parcialmente. Nas instituições com Ensino Fundamental e/ou outras etapas, 100% informaram que houve informatização dos processos administrativos e que os sistemas facilitam muito a gestão escolar.

Na Educação Infantil privada, apenas 11,8% das instituições informaram ter recebido recursos tecnológicos para atendimento de crianças com deficiência, enquanto 76,5% não receberam e 11,8% não souberam informar; quanto à disponibilização de tecnologia assistiva, 23,5% informaram possuir recursos, 64,7% não possuem e 11,8% não souberam informar. Nas instituições com Ensino Fundamental e/ou outras etapas, 66,7% informaram utilizar recursos tecnológicos para apoiar estudantes com deficiência e 33,3% indicaram uso parcial; entretanto, quanto ao recebimento de equipamentos ou recursos de tecnologia assistiva, 66,7% não souberam informar e apenas 33,3% responderam positivamente.

Comparação com as Metas de Tecnologia do PME 2015

O quadro a seguir relaciona as principais estratégias de tecnologia do PME 2015 com a situação observada neste diagnóstico.

Estratégia do PME 2015 (resumo)	Situação	Observação
Dotar as escolas de infraestrutura material, didático-pedagógica e tecnológica em até 5 anos.	Não cumprida	Queda de laboratórios e sucateamento do UCA na rede municipal; queda também na rede estadual (87% → 68,4%, 2015–2025).
Fomentar tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.	Parcial	LabMaker e Centro Municipal de Ciências e Tecnologias (2021–2025), mas concentrados em poucas escolas.
Promover formação inicial e continuada de professores para alfabetização com novas tecnologias.	Parcial	Rede municipal teve Núcleo de Tecnologia Educacional entre 2007 e 2018, extinto por questões administrativas, sem retomada até hoje; rede estadual oferece formação técnica e pedagógica via Portal da Educação.
Desenvolver tecnologias educacionais para Ed.	Sem dados	Não há levantamento sobre adoção de softwares livres/recursos educacionais

Estratégia do PME 2015 (resumo)	Situação	Observação
Infantil, Fundamental e Médio, com preferência a softwares livres.		abertos.
Universalizar em 5 anos o acesso à banda larga e triplicar a relação computador/aluno.	Parcial	Acesso alto em ambas as redes públicas (96,7% e 100%), mas a relação computador/aluno não avançou — pelo contrário, houve fechamento de laboratórios.
Prover equipamentos e recursos tecnológicos a todas as escolas públicas.	Não cumprida	Apenas 10 de 33 EMEFs municipais com laboratório funcional; sem dados detalhados de equipamentos na rede estadual.
Informatizar integralmente a gestão das escolas e da secretaria, com formação do pessoal técnico.	Cumprida (municipal)	Sistema e-Cidade (DBSeller), migrado para nuvem; sem dados equivalentes para a rede estadual.
Ampliar portal eletrônico com materiais didáticos acessíveis para professores.	Sem dados	Não há levantamento sobre uso de portais de materiais didáticos no período.
Manter e ampliar a informatização da SMED e das unidades escolares municipais.	Cumprida	e-Cidade em operação e migrado de intranet para nuvem no período analisado.

Duas estratégias do PME 2015 (institucionalização de acervo digital acessível para cursos de graduação e fortalecimento de laboratórios de IES/ICTs) referem-se ao Ensino Superior e à pesquisa científica, fora do recorte da Educação Básica tratado neste diagnóstico, e por isso não constam no quadro acima.

Objetivo 8: Sustentabilidade Socioambiental na Educação

No contexto local, Bagé está inserida no Bioma Pampa, ecossistema exclusivo da América do Sul, que apresenta redução expressiva de sua vegetação nativa. Dados do MapBiomas indicam que, entre 1985 e 2024, a vegetação campestre do Pampa brasileiro foi reduzida de 9,8 milhões para 5,9 milhões de hectares, correspondendo a uma perda aproximada de 40% da área registrada em 1985. No mesmo período, a cobertura de vegetação nativa do bioma diminuiu cerca de 30%. Em 2024, as áreas ocupadas por atividades humanas correspondiam a 45,6% do Pampa brasileiro, enquanto a vegetação nativa representava 44,5%. Esses dados evidenciam mudanças expressivas na ocupação do território e reforçam a necessidade de ações de conservação, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental contextualizada às características do bioma.

A realidade de Bagé também registra eventos meteorológicos que interferem diretamente na infraestrutura e no funcionamento da rede educacional. Em 23 de setembro de 2023, uma forte chuva de granizo atingiu o município e provocou danos na estrutura de 42 escolas municipais. Segundo registro oficial da Prefeitura de Bagé, 17 dessas escolas ficaram completamente danificadas, impedindo o recebimento dos alunos. A rede municipal precisou realizar reparos nas unidades atingidas para restabelecer as condições de funcionamento e possibilitar o retorno dos estudantes às atividades escolares. O episódio demonstra que eventos climáticos extremos já produziram impactos concretos sobre a infraestrutura escolar e sobre a continuidade das atividades educacionais no município. Em 2025, a situação voltou a se manifestar: o Decreto Municipal nº 130/2025 registrou que as chuvas intensas ocorridas entre 16 e 19 de junho provocaram infiltrações, danos em telhados e forros e interrupção ou limitação de atividades em escolas e outros prédios públicos. Registros posteriores da Prefeitura também apontaram a existência de infiltrações em 48 escolas municipais, incluindo problemas em telhados que permaneciam desde a tempestade de granizo de 2023. Diante desse histórico, o planejamento educacional precisa incorporar medidas de prevenção, preparação, resposta e adaptação, incluindo manutenção preventiva de telhados, calhas, instalações elétricas e sistemas de drenagem; avaliação periódica das condições estruturais das unidades; monitoramento de alertas meteorológicos; definição de protocolos para suspensão ou reorganização das atividades em situações de risco;

estabelecimento de fluxos de comunicação entre escolas, SMED, Defesa Civil e famílias; organização de alternativas para continuidade das atividades pedagógicas; procedimentos para proteção de estudantes e profissionais; e planejamento da recuperação das unidades após eventos extremos. Essas medidas devem estar articuladas aos instrumentos municipais de proteção e defesa civil, de forma a reduzir os impactos sobre as comunidades escolares e contribuir para a continuidade do direito à educação.

A ocorrência de eventos extremos deve ser analisada também em conjunto com os períodos de estiagem e as situações de escassez hídrica registradas no município. Em 2025, Bagé decretou situação de emergência em razão da estiagem prolongada, com impactos sobre o abastecimento de água e sobre diferentes setores da população. Esse cenário evidencia que a sustentabilidade socioambiental, no contexto educacional, envolve não apenas ações de preservação ambiental, mas também a capacidade das escolas e do poder público de prevenir riscos, responder a situações de emergência e assegurar a continuidade do processo educativo diante de eventos que afetam a infraestrutura, o abastecimento, a mobilidade e as condições de permanência dos estudantes nas unidades escolares.

Nesse contexto, Bagé possui registros de ações educativas desenvolvidas por escolas, órgãos públicos, universidades e instituições de pesquisa. Entre essas experiências destaca-se o projeto **Escola Amiga das Árvores**, desenvolvido pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e outras instituições. O projeto-piloto foi iniciado em 2023 na EMEF Vereador Carlos Mário, com atividades de sensibilização de estudantes e professores, palestras, oficinas, plantios e manejo das árvores existentes no espaço escolar. Em 2024, a iniciativa foi ampliada para as EMEF Reny Collares e EMEF Nicanor Peña, incorporando ações de formação e mobilização de professores e a integração da temática ambiental a diferentes componentes curriculares. Em 2025, o projeto foi desenvolvido também na **EMEF Professora Creusa Brito Giorgis**, com atividades voltadas à conservação do Bioma Pampa, identificação de espécies arbóreas, plantios colaborativos, cuidados com mudas, leitura da paisagem, trilhas educativas e formação docente. O registro institucional do projeto apresenta a relação das escolas participantes e descreve as atividades

desenvolvidas, permitindo identificar a continuidade da iniciativa e sua ampliação no município.

A experiência do Escola Amiga das Árvores também passou a incorporar a formação continuada dos profissionais da educação. Em 2026, a UNIPAMPA ofertou o curso de extensão **“Escola Amiga das Árvores: Formação em Pátios Verdes e Bioconstrução para Educação Ambiental Escolar”**, com carga horária de 180 horas e 200 vagas, destinado a gestores educacionais, técnicos de Secretarias de Educação, coordenadores pedagógicos, professores da Educação Básica e integrantes de instâncias de governança da Educação Ambiental. A formação contempla educação climática, arborização escolar, pátios verdes, hortas e pomares pedagógicos, biodiversidade, tecnologias sociais e bioconstrução, ampliando a experiência do projeto para a formação dos profissionais e para o planejamento dos espaços escolares.

Outra ação registrada no município é o projeto **“Bioma Pampa – um despertar para os futuros cientistas”**, desenvolvido pela Embrapa Pecuária Sul em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A iniciativa aproxima estudantes da pesquisa agropecuária e das características do Bioma Pampa, utilizando atividades educativas relacionadas à ciência, à sustentabilidade e à conservação ambiental. A parceria possibilita o contato dos estudantes com pesquisadores e com conhecimentos produzidos sobre o território em que vivem, aproximando a Educação Básica das instituições de pesquisa existentes no município.

Também existem registros de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção ao Bioma Pampa (SEMAPA) junto às escolas. Entre elas está a realização de palestra sobre arborização urbana e atividade prática de plantio de 20 mudas de espécies nativas com estudantes da Escola Estadual Senador Getúlio Vargas. A atividade associou informações sobre arborização e conservação ambiental à participação prática dos estudantes no plantio de espécies nativas.

No campo da educação para a conservação dos recursos hídricos, destaca-se a atuação do Departamento de Água, Arroios e Esgotos de Bagé (DAEB). Durante a programação do Junho Verde de 2024, estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Frei Plácido participaram de visita à Estação de Tratamento de Água e ao Memorial da Água, conheceram as etapas do tratamento

da água e participaram de palestra sobre a história da hidráulica de Bagé e o consumo consciente. A atividade utilizou uma estrutura pública do município como espaço de aprendizagem e relacionou conhecimentos sobre abastecimento, tratamento e uso responsável da água.

A programação do **Junho Verde de 2024** também registrou articulação entre diferentes instituições do município. Participaram das atividades a SMED, SEMAPA, DAEB, Secretaria de Cultura, Secretaria de Saúde, UNIPAMPA, URCAMP, Tenalli Engenharia e Vigilância Ambiental, com palestras, mostras e outras atividades realizadas junto às escolas municipais. O registro oficial da Prefeitura identifica essas instituições como parceiras da programação e informa que as atividades foram direcionadas aos estudantes da rede municipal, evidenciando uma ação educativa construída de forma interinstitucional.

Os registros identificados demonstram a existência, no município, de ações educativas relacionadas à arborização, conservação do Bioma Pampa, biodiversidade, recursos hídricos, sustentabilidade, pesquisa científica e educação climática. Entretanto, para a elaboração deste diagnóstico, foram consultadas páginas institucionais da Prefeitura Municipal de Bagé, SMED, DAEB, UNIPAMPA e seus programas de extensão, além dos atos normativos e decretos municipais disponíveis nos portais oficiais. Nessas fontes, foram localizados registros de projetos e atividades específicas, mas não foi localizado, até o momento, um banco de dados municipal consolidado que permita acompanhar, de forma periódica e integrada, o número de escolas envolvidas em projetos permanentes de Educação Ambiental, a quantidade de estudantes e profissionais participantes, a continuidade das ações, seus resultados pedagógicos ou os impactos produzidos sobre os espaços escolares.

Também não foram localizados, nas páginas institucionais e documentos municipais consultados, levantamentos periódicos que apresentem, de forma integrada, o número de escolas com hortas pedagógicas, áreas verdes, sistemas de coleta seletiva, ações de eficiência energética, reaproveitamento de água, estratégias de conforto térmico ou protocolos específicos de prevenção e adaptação aos eventos climáticos extremos. Da mesma forma, não foi localizado, nas fontes consultadas, um levantamento municipal periódico que permita dimensionar a presença do Bioma Pampa nos currículos escolares ou acompanhar sistematicamente a participação dos estudantes em ações socioambientais. A

ausência desses registros consolidados nas fontes consultadas não significa ausência dessas práticas nas escolas, mas indica uma lacuna de sistematização das informações necessárias para o acompanhamento da política de sustentabilidade socioambiental na educação.

Os registros existentes, por outro lado, demonstram que o município já possui projetos, parcerias e experiências que podem constituir uma base para o fortalecimento dessa política. O desafio identificado está em sistematizar essas experiências, estabelecer indicadores, acompanhar sua continuidade, registrar sua abrangência e ampliar o acesso das escolas às ações e aos processos de formação. Nesse sentido, o fortalecimento da Meta 8 implica articular as iniciativas existentes ao currículo, à gestão escolar, à formação continuada dos profissionais da educação, à qualificação dos espaços escolares, à prevenção e preparação para eventos climáticos e à participação da comunidade.

Considerando a redução da vegetação nativa do Bioma Pampa, os eventos meteorológicos que já provocaram danos e interrupções nas atividades escolares de Bagé, os registros de estiagem e escassez hídrica e as experiências locais de Educação Ambiental já desenvolvidas, o Plano Municipal de Educação poderá estabelecer metas, estratégias e indicadores voltados à ampliação e ao acompanhamento dessas ações. A institucionalização desse processo permitirá transformar experiências desenvolvidas por diferentes escolas e instituições em uma política educacional contínua, com mecanismos de registro, monitoramento e avaliação, vinculada às características ambientais do município e à necessidade de preparar as comunidades escolares para a conservação do território, a prevenção de riscos e os efeitos das mudanças climáticas.

Fontes dos dados:

Chuva de granizo de 2023 e 42 escolas atingidas: [Prefeitura de Bagé – Escolas municipais normalizam atividades após reparos](#)

Danos estruturais persistentes e 48 escolas com infiltrações: [Prefeitura de Bagé – Vistoria em escolas e prédios públicos](#)

Chuvas intensas de junho de 2025 e impactos nas escolas: [Decreto Municipal nº 130/2025](#)

Plano de Contingência municipal: [Prefeitura de Bagé – Plano de Contingência para evento climático](#)

Escola Amiga das Árvores – incluindo a EMEF Creusa Brito Giorgis: [UNIPAMPA – Escola Amiga das Árvores](#)

Junho Verde 2024 e instituições participantes: [Prefeitura de Bagé – Início das atividades do Junho Verde](#)

Objetivo 9: Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

1. Apresentação e finalidade do diagnóstico

O presente diagnóstico integra a análise da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Escolar Indígena no município de Bagé/RS, considerando o período de 2015 a 2025, e tem como finalidade subsidiar a construção, a revisão e o monitoramento do Objetivo 9 do Plano Municipal de Educação. A análise busca reconhecer as condições concretas de acesso, permanência, continuidade dos estudos e atendimento educacional das populações que vivem em territórios rurais, quilombolas e indígenas, considerando as especificidades territoriais, culturais, sociais e étnico-raciais que atravessam o direito à educação.

A elaboração toma como base o diagnóstico municipal encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional (SMED), informações da Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS), dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), especialmente do Censo Escolar, e informações institucionais relativas à organização da rede municipal. A leitura integrada dessas fontes permite identificar avanços na manutenção do atendimento educacional em territórios rurais e, simultaneamente, lacunas históricas de produção, sistematização e monitoramento de dados específicos.

É importante registrar que o diagnóstico original não dispõe de uma série histórica anual consolidada para todas as variáveis entre 2015 e 2025. Por essa razão, os valores apresentados como referência quantitativa são diferenciados entre dados documentados e estimativas para fins de planejamento. Essa distinção é fundamental para que o Plano Municipal de Educação não transforme aproximações em estatísticas oficiais e, ao mesmo tempo, possa estabelecer como ação do Objetivo 9 a recomposição da série histórica e a institucionalização de indicadores específicos.

2. Educação do Campo: caracterização da oferta e do território

A Educação do Campo constitui uma dimensão permanente da política educacional de Bagé, considerando a extensão territorial do município e a presença de comunidades rurais que dependem de escolas próximas às suas localidades ou de transporte escolar para acessar outras unidades de ensino. No período analisado, o atendimento municipal esteve organizado principalmente por meio das Escolas Municipais Rurais de Ensino Fundamental (EMREF) Simões Pires, Líbio Vinhas e Favorino Mércio, localizadas em áreas rurais e vinculadas a comunidades distribuídas em diferentes territórios do município.

As escolas rurais atendem comunidades como Coxilha das Flores/Palmas, Pedra Grande e Olhos d'Água/Joca Tavares, algumas localizadas a grandes distâncias da área urbana. Essa configuração territorial produz desafios específicos para a política educacional, sobretudo no que se refere ao deslocamento diário dos estudantes, à manutenção das estradas, à organização das rotas, à permanência dos profissionais, à oferta de etapas subsequentes e à garantia de continuidade da escolarização.

A oferta educacional nas unidades rurais contempla a Educação Infantil, nas etapas de Pré-Escola I e II, e o Ensino Fundamental. A EMREF Simões Pires apresenta uma condição diferenciada por ofertar também os Anos Finais do Ensino Fundamental, ampliando a possibilidade de continuidade dos estudos no próprio território rural. Nas demais situações, após a conclusão dos Anos Iniciais, parte significativa dos estudantes precisa deslocar-se para escolas municipais ou estaduais que ofertam os Anos Finais, fazendo do transporte escolar uma política estruturante de acesso e permanência.

3. Dimensão quantitativa do atendimento das escolas rurais (2015–2025)

Os dados disponíveis permitem estabelecer, pelo menos, uma referência quantitativa para o início do período analisado. Segundo a estatística de matrícula inicial da Rede Municipal de 2015, as três escolas rurais consideradas neste diagnóstico registravam 117 matrículas: 89 estudantes na EMREF Simões Pires, 15 na EMREF Líbio Vinhas e 13 na EMREF Favorino Mércio. Esse registro demonstra que, já no início do período de vigência do planejamento educacional analisado, as escolas rurais constituíam equipamentos públicos essenciais para o atendimento das comunidades do campo.

Considerando que não foi localizada, na documentação disponibilizada para este diagnóstico, uma série anual consolidada de matrículas das três escolas para todos os anos de 2015 a 2025, não é metodologicamente adequado apresentar como dado oficial um total acumulado de estudantes atendidos na década. Para fins de planejamento do Objetivo 9, entretanto, pode-se registrar como estimativa preliminar de ordem de grandeza que o conjunto das escolas rurais realizou aproximadamente 1.000 a 1.200 atendimentos-matrícula ao longo da década, tomando como referência o patamar de 117 matrículas identificado em 2015 e a permanência da oferta das escolas no período. Esse intervalo deve ser tratado expressamente como estimativa de planejamento, e não como número oficial de estudantes distintos atendidos.

A diferença entre 'estudantes atendidos' e 'atendimentos-matrícula' precisa ser preservada. Um mesmo estudante pode aparecer em mais de um ano da série histórica; portanto, o somatório anual não representa necessariamente o número de pessoas diferentes que passaram pelas escolas. Para a versão definitiva do Plano Municipal de Educação, recomenda-se que a SMED reconstrua a série anual de 2015 a 2025, escola por escola, contemplando matrículas, transferências, concluintes e estudantes transportados.

4. Transporte escolar rural como condição de acesso e permanência

No contexto territorial de Bagé, o transporte escolar não pode ser compreendido apenas como serviço logístico. Ele constitui uma condição material para a efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes residentes no meio rural, especialmente quando a escola da comunidade não oferta determinada etapa ou quando o estudante reside em localidades distantes das unidades educacionais.

Durante o período analisado, o transporte escolar esteve relacionado tanto ao atendimento de estudantes matriculados nas escolas rurais quanto ao deslocamento de estudantes que residem no interior e frequentam escolas localizadas na área urbana ou instituições da rede estadual. Essa característica amplia a relevância do transporte para a garantia da continuidade dos estudos e para a redução das barreiras territoriais de acesso.

Para 2025, há registro oficial de que 518 estudantes das redes municipal e estadual utilizavam o serviço de transporte escolar no início do ano letivo, sendo 229

estudantes da rede municipal e 289 da rede estadual. A informação municipal também registra que o serviço alcançava estudantes residentes na zona rural que estudavam na área urbana, além daqueles matriculados nas escolas localizadas no interior. Portanto, os 518 estudantes constituem uma referência do atendimento do transporte escolar em 2025, mas não podem ser interpretados como o total de estudantes exclusivamente rurais nem como acumulado do período 2015–2025.

Em relação ao acumulado de 2015 a 2025, não há, na documentação disponível para este diagnóstico, uma série histórica anual que permita afirmar quantos estudantes foram transportados em cada ano e, conseqüentemente, quantos atendimentos de transporte ocorreram no conjunto da década. Essa lacuna deve ser incorporada ao próprio Objetivo 9 como uma necessidade de gestão: criar registro anual de estudantes transportados, rotas, quilometragem, tempo médio de deslocamento, frequência do serviço, interrupções provocadas pelas condições das estradas e estudantes que necessitam do transporte para acessar etapas não ofertadas em sua comunidade.

Como referência adicional para dimensionar a importância do serviço, dados municipais divulgados em 2024 informavam 553 estudantes utilizando a frota municipal e 29 linhas na zona rural, com veículos percorrendo diariamente mais de 4 mil quilômetros. Esse dado não deve ser somado aos 518 estudantes de 2025, pois corresponde a período e critério de atendimento diferentes; sua função neste diagnóstico é evidenciar a dimensão territorial e operacional do transporte escolar em Bagé.

5. Educação Escolar Quilombola e a Comunidade de Palmas

Bagé possui a Comunidade Quilombola de Palmas, situada na zona rural, cuja relação com a educação pública municipal precisa ser analisada de forma articulada à Educação do Campo. Os estudantes da comunidade são atendidos prioritariamente pela EMREF Simões Pires, que oferta Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, além do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A localização territorial da comunidade e as distâncias envolvidas reforçam a necessidade de políticas educacionais que articulem acesso, permanência, transporte, currículo, identidade, participação comunitária e valorização dos saberes quilombolas.

Um dos principais limites identificados no período 2015–2025 refere-se à inexistência de registros sistemáticos da autodeclaração quilombola no ato da matrícula. Como consequência, não foi possível consolidar, de maneira confiável, o número de estudantes quilombolas atendidos anualmente pela rede municipal, tampouco produzir uma série histórica específica sobre frequência, aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série, rendimento, permanência e participação em avaliações externas.

A ausência desses registros não significa ausência de estudantes quilombolas. Ao contrário, evidencia uma lacuna de informação que precisa ser enfrentada como questão de gestão educacional. A produção de dados de pertencimento étnico-racial e territorial, respeitados os procedimentos legais e a autodeclaração, é necessária para que o município conheça sua demanda, dimensione recursos, acompanhe trajetórias escolares e formule políticas específicas.

Nesse sentido, o Objetivo 9 deverá prever mecanismos permanentes de identificação e acompanhamento dos estudantes quilombolas, articulando os dados de matrícula, Censo Escolar, transporte, frequência, aprendizagem e continuidade dos estudos com processos de escuta da comunidade. A Educação Escolar Quilombola deve ser compreendida não apenas como localização geográfica de estudantes, mas como política educacional comprometida com território, memória, identidade, cultura, história e participação comunitária.

6. Educação Escolar Indígena

Em relação à Educação Escolar Indígena, o diagnóstico apresenta situação distinta, pois foram identificados dados consolidados sobre a presença de estudantes indígenas no município. No período analisado, foram registrados 27 estudantes indígenas, sendo 19 matriculados na Rede Pública Municipal e 8 na Rede Estadual. Na rede municipal, esses estudantes estiveram distribuídos entre as EMEFs São Pedro, Peri Coronel, Nicanor Pena, Pérola Gonçalves, Arideu Monteiro e Telmo Candiota. Na Rede Estadual, o atendimento ocorre na Escola Estadual Martinho Saraiva, localizada junto à Aldeia Ámba Mirim, com presença de professor indígena para o desenvolvimento das atividades específicas da comunidade.

Ainda que o quantitativo identificado seja reduzido, a garantia do direito à educação dos estudantes indígenas exige políticas permanentes de valorização das

identidades, dos conhecimentos, das culturas, das línguas e das histórias dos povos indígenas. Também se faz necessário acompanhar frequência, aprendizagem, rendimento, fluxo, permanência e participação em avaliações, evitando que a reduzida quantidade de estudantes seja utilizada como justificativa para a ausência de políticas específicas.

7. Acesso, permanência, aprendizagem e continuidade dos estudos

A análise integrada do período 2015–2025 evidencia que a existência física das escolas rurais representa uma condição fundamental, mas não suficiente, para assegurar o direito à educação com equidade. O acesso precisa ser analisado em conjunto com permanência, frequência, aprendizagem, transporte, infraestrutura, atendimento educacional especializado, continuidade entre etapas e condições de participação das famílias e comunidades.

No caso das populações rurais, as distâncias territoriais podem ampliar custos, tempo de deslocamento e dependência do transporte escolar. Quando determinada etapa não é ofertada no território de residência, a continuidade escolar passa a depender da articulação entre escola, transporte, família, SMED e rede estadual. Assim, o planejamento municipal precisa acompanhar não apenas quantos estudantes estão matriculados, mas também quantos precisam deslocar-se para concluir determinada etapa da Educação Básica.

Para as populações quilombolas e indígenas, o acompanhamento deve incorporar indicadores de pertencimento e identidade, sempre respeitando a autodeclaração e as especificidades dos grupos. A ausência de dados desagregados dificulta identificar desigualdades que podem permanecer invisíveis quando os estudantes são contabilizados apenas no conjunto geral da rede.

8. Infraestrutura, currículo e especificidades territoriais

A política de Educação do Campo requer que o currículo dialogue com o território e com os modos de vida das comunidades, sem reduzir a educação rural a uma simples localização da escola. A organização pedagógica deve considerar conhecimentos relacionados ao trabalho, à cultura, ao ambiente, à produção da vida, às memórias comunitárias e às relações sociais presentes no território, articulando-os aos conhecimentos científicos e aos direitos de aprendizagem previstos para cada etapa.

Da mesma forma, a Educação Escolar Quilombola demanda práticas pedagógicas que reconheçam a história e a identidade da Comunidade de Palmas, valorizem seus saberes e fortaleçam a relação escola-território. A presença de estudantes quilombolas em uma escola rural não elimina a necessidade de uma abordagem específica da Educação Escolar Quilombola; ao contrário, requer articulação entre as duas dimensões.

Na Educação Escolar Indígena, a valorização das identidades, das histórias, das culturas, das línguas e dos conhecimentos tradicionais deve orientar a formação dos profissionais e a organização curricular, em consonância com a Lei nº 11.645/2008. A política municipal precisa, portanto, articular currículo, formação continuada e participação das comunidades.

9. Lacunas identificadas e necessidades para o novo Objetivo 9

A principal lacuna identificada no diagnóstico 2015–2025 é a inexistência de uma base municipal integrada e longitudinal capaz de acompanhar as populações do campo, quilombolas e indígenas ao longo de sua trajetória escolar. A insuficiência de dados não permite afirmar, para todo o período, quantos estudantes foram atendidos anualmente pelas escolas rurais, quantos foram transportados, quantos estudantes quilombolas estiveram matriculados ou quais foram as taxas específicas de permanência, aprendizagem, aprovação e conclusão.

Essa lacuna precisa ser convertida em agenda de política pública. O novo Objetivo 9 deve estabelecer a criação de um sistema municipal de acompanhamento da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Escolar Indígena, integrado aos registros escolares e aos dados do Censo Escolar. Esse sistema deverá permitir a construção de séries históricas anuais e o acompanhamento de indicadores de acesso, permanência, frequência, transporte, aprendizagem, rendimento, fluxo, distorção idade-série, abandono, evasão, conclusão, continuidade dos estudos e atendimento pelo AEE.

Também se evidencia a necessidade de qualificar os registros de cor/raça e pertencimento quilombola, promover processos permanentes de formação dos profissionais da educação e fortalecer a participação das comunidades na definição, acompanhamento e avaliação das políticas. A gestão dos dados deve estar vinculada à tomada de decisão, evitando que o diagnóstico seja apenas descritivo e fazendo com que as informações produzidas orientem ações, recursos e prioridades.

10. Síntese para a construção do Objetivo 9 do PME

O diagnóstico do período 2015–2025 permite afirmar que Bagé possui uma estrutura pública de atendimento educacional às populações do campo e dispõe de mecanismos de transporte escolar que são decisivos para garantir acesso e permanência. Em 2015, as três escolas rurais consideradas no diagnóstico registravam 117 matrículas, evidenciando a existência de uma demanda educacional territorializada desde o início do período analisado. Em 2025, o transporte escolar alcançava 518 estudantes das redes municipal e estadual, número que demonstra a dimensão do serviço, embora não represente exclusivamente estudantes rurais nem permita reconstruir o acumulado da década.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico evidencia que a existência da oferta não foi acompanhada, ao longo de todo o período, por um sistema municipal suficientemente estruturado de produção e análise de indicadores específicos. A ausência de série histórica de matrículas rurais, de estudantes transportados, de pertencimento quilombola e de indicadores de trajetória escolar limita a capacidade do município de avaliar desigualdades e dimensionar com precisão as necessidades das comunidades.

Dessa forma, a construção do Objetivo 9 do Plano Municipal de Educação deve combinar garantia de acesso com políticas de permanência, aprendizagem, continuidade dos estudos, transporte escolar, valorização dos territórios e produção sistemática de dados. O objetivo deve contemplar metas mensuráveis e mecanismos de monitoramento capazes de acompanhar, anualmente, a situação educacional das populações do campo, quilombolas e indígenas.

Como diretriz estruturante, recomenda-se que o Objetivo 9 seja orientado pela garantia do direito à educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e socialmente referenciada para as populações do campo, quilombolas e indígenas, com fortalecimento das escolas rurais, qualificação do transporte escolar, valorização das identidades e saberes territoriais, formação continuada dos profissionais, articulação intersetorial e institucionalização de um sistema municipal de indicadores. Essa perspectiva permite que o Plano Municipal de Educação avance de um diagnóstico centrado na existência da oferta para um planejamento baseado em evidências, com capacidade efetiva de monitorar acesso, permanência, aprendizagem e continuidade das trajetórias escolares.

11. Indicadores prioritários para o monitoramento do Objetivo 9

Matrículas: Número anual de estudantes matriculados em cada escola rural, por etapa, sexo, cor/raça e pertencimento quilombola/indígena, quando declarado.

Atendimento das escolas rurais: Número de estudantes atendidos anualmente pelas EMREFs e evolução das matrículas entre 2015 e o ano de monitoramento.

Transporte escolar: Número de estudantes transportados, número de rotas, quilometragem, frequência do serviço, interrupções e tempo médio de deslocamento.

Continuidade dos estudos: Percentual de estudantes que concluem os Anos Iniciais e ingressam nos Anos Finais, identificando deslocamentos para escolas urbanas ou estaduais.

Permanência e fluxo: Frequência, abandono, evasão, aprovação, reprovação e distorção idade-série dos estudantes do campo, quilombolas e indígenas.

Aprendizagem: Resultados de avaliações internas e externas, com acompanhamento das desigualdades e das especificidades territoriais.

Educação Escolar Quilombola: Número de estudantes quilombolas identificados por autodeclaração, trajetória escolar, frequência, aprendizagem, transporte e participação comunitária.

Educação Escolar Indígena: Número de estudantes indígenas, escolas de atendimento, frequência, permanência, aprendizagem e continuidade dos estudos.

AEE e inclusão: Número de estudantes que necessitam e recebem Atendimento Educacional Especializado.

Formação e currículo: Número de profissionais formados e ações curriculares desenvolvidas sobre Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena.

12. Nota técnica sobre os dados quantitativos

Os quantitativos deste diagnóstico devem ser utilizados com distinção entre dado oficial e estimativa. O valor de 117 matrículas em 2015 corresponde ao somatório das três escolas rurais consideradas no diagnóstico e encontra respaldo em estatística oficial de matrícula inicial. O valor de 518 estudantes transportados em 2025 corresponde à informação divulgada pela Prefeitura de Bagé para o início do ano letivo e inclui estudantes das redes municipal e estadual, inclusive residentes na zona rural que estudam em unidades urbanas.

A estimativa de aproximadamente 1.000 a 1.200 atendimentos-matrícula nas três escolas rurais entre 2015 e 2025 é apresentada exclusivamente como referência preliminar para planejamento e deverá ser substituída pelo total oficial após a recomposição da série histórica anual. Da mesma forma, não se recomenda registrar no PME um total acumulado de estudantes transportados de 2015 a 2025 enquanto os registros anuais não forem recuperados. O dado de 2025 deve funcionar como linha de base recente, e a primeira ação de monitoramento do novo Objetivo 9 deve ser a reconstrução da série 2015–2025.

Referências documentais e fontes utilizadas

BAGÉ. Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Educação. Lei/Projeto de Lei nº 045, de 2 de junho de 2015. Documento municipal consultado para identificação de diretrizes relacionadas à oferta de educação às populações do campo e ao transporte escolar.

BAGÉ. Prefeitura Municipal. Estudantes da zona rural têm acesso garantido às escolas, através do serviço de transporte. 18 fev. 2025. Fonte para o dado de atendimento do transporte escolar em 2025.

BAGÉ. Prefeitura Municipal. Prefeitura mantém manutenção preventiva dos veículos escolares. 5 fev. 2024. Fonte complementar para dimensionamento da frota, linhas rurais e estudantes atendidos.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Matrícula Inicial por Etapa e/ou modalidade de ensino – Rede Municipal – 2015. Fonte para as matrículas de 2015 nas escolas rurais de Bagé.

BRASIL. Ministério da Educação. Transporte Escolar. Informações sobre políticas de apoio ao transporte escolar de estudantes residentes na zona rural.

Objetivo 10: Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

A Meta 4 do Plano Municipal de Educação reafirma o compromisso das redes de ensino municipal, estadual e privada com a consolidação de uma política de Educação Especial na perspectiva inclusiva, assegurando o direito de todos os estudantes à educação, à participação, à aprendizagem e ao desenvolvimento integral. Essa perspectiva compreende a escola como espaço de acolhimento, respeito às diferenças e valorização das potencialidades de cada estudante, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem com qualidade.

A política de educação inclusiva desenvolvida no município está fundamentada nos princípios e marcos legais nacionais e internacionais que asseguram o direito à educação das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, destacando-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), entre outros dispositivos que orientam a construção de sistemas educacionais inclusivos.

As Diretrizes da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva para a Rede Municipal de Ensino de Bagé: Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) – traçando o caminho, Bagé/RS 2024. O documento reúne diretrizes pedagógicas e orientações operacionais para auxiliar escolas e profissionais da educação no atendimento aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, que são o público da Educação Especial Inclusiva.

Um marco importante a destacar-se na trajetória do município no que diz respeito à Educação Inclusiva foi a criação das Diretrizes da Educação Especial na perspectiva Inclusiva para Rede Municipal de Ensino de Bagé, que reafirma o compromisso da rede municipal de ensino com a efetivação dessa política que já vem sendo consolidada através de uma concepção em que a escola reconhece o sucesso do estudante e o estimula a desenvolver-se na sua totalidade, a qual tem a

intenção de normatizar, orientar e subsidiar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da educação, que qualificam as ações inclusivas.

As diretrizes desse documento demonstram o comprometimento das profissionais envolvidas com a educação especial na rede municipal, sendo resultado de um trabalho reflexivo e colaborativo do Setor de Educação Inclusiva com as professoras do AEE.

Nesse contexto, a Educação Especial constitui uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, ofertando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), recursos, serviços e estratégias que complementam e suplementam a escolarização, sem substituí-la. A matrícula dos estudantes público da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular, aliada à oferta do AEE, à formação continuada dos profissionais, à disponibilização de recursos de acessibilidade e ao fortalecimento das redes de apoio, constitui elemento essencial para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Assim, as ações desenvolvidas pela rede municipal, estadual e privada expressam um processo contínuo de construção coletiva, pautado na qualificação das práticas pedagógicas, na eliminação de barreiras e na garantia de oportunidades educacionais equitativas. A Meta 4 representa, portanto, o compromisso de avançar na consolidação de uma escola que reconheça e valorize a diversidade, assegurando a cada estudante o direito de aprender, participar e desenvolver-se em sua integralidade.

No monitoramento da Meta 4, verificou-se que parte das estratégias foi implementada, enquanto outras permanecem parcialmente cumpridas ou ainda não foram executadas; essas correspondem à estratégia 4.1, que menciona a oferta de Estimulação Essencial em parceria com as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social. Na sequência, temos a estratégia 4.2, que trata sobre a identificação e encaminhamento de crianças nascidas em condições de risco, visando ao pleno processo de aprendizagem e desenvolvimento global.

A identificação e o acompanhamento precoce de crianças nascidas em condições de risco contribuem para a prevenção e a identificação de possíveis alterações no desenvolvimento, possibilitando a adoção de medidas de acompanhamento e apoio de forma articulada entre as políticas públicas. A estratégia busca assegurar atenção individualizada às necessidades de cada criança, favorecendo seu desenvolvimento integral, sua aprendizagem, participação

e inclusão, sem estabelecer relação automática entre condição de nascimento e deficiência ou dificuldades de aprendizagem.

Ainda na meta 4, identificamos o não cumprimento na integralidade da estratégia 4.3, que se refere a implementar uma Comissão composta por Saúde, Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar, Centros Especializados e Ministério Público, visando garantir as articulações necessárias para a garantia do Plano. No que se refere à estratégia 4.4, a qual menciona o preenchimento do Censo Escolar, podemos afirmar que nas esferas que compreendem o Município e Estado estão sendo efetivadas, o que já não podemos identificar na rede privada.

A estratégia 4.5, que contempla a oferta de Salas de Recursos Multifuncionais, a disponibilização de profissionais especializados para atuação nesses espaços e a garantia de formação continuada, encontra-se atendida conforme as demandas apresentadas pelas redes de ensino. Considerando a diversidade e a constante mudança das necessidades educacionais dos estudantes, faz-se necessário o acompanhamento permanente da demanda, bem como a manutenção e a ampliação dos espaços, dos profissionais especializados e das ações de formação continuada. Já na estratégia 4.6, que prevê a promoção de ações de assessoramento, grupos de estudos e produção de materiais acessíveis, em articulação com as escolas e com diferentes áreas profissionais, como Saúde, Assistência Social, Informática e áreas afins, encontra-se atendida parcialmente. Embora sejam desenvolvidas ações de orientação, assessoramento e produção de recursos voltados à inclusão, faz-se necessário fortalecer e ampliar as parcerias intersetoriais, de modo a responder de forma mais articulada às demandas e necessidades dos estudantes e dos profissionais que atuam na educação especial inclusiva.

Quanto à estratégia 4.7, que se refere à Acessibilidade, foi parcialmente cumprida, necessitando de adaptação de prédios e mobiliários para assegurar a acessibilidade. Na sequência, a Estratégia 4.8, que contempla o transporte escolar acessível, foi atingida parcialmente, considerando que sua efetivação depende das demandas apresentadas e da necessidade de adequação da frota escolar, de acordo com o perfil e as necessidades dos alunos matriculados.

No que se refere à estratégia 4.9, que visa garantir meios de comunicação, materiais, equipamentos e recursos acessíveis, incluindo LIBRAS, intérprete, educação bilíngue, atendimento educacional especializado e sistema Braille,

assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem de alunos com deficiência visual e surdez, salienta-se que precisa ser ampliada quanto aos profissionais, com ênfase na especialização em Braille. Subsequente, na estratégia 4.10, da garantia de programas de identificação e orientação de alunos com altas habilidades ou superdotação, em parceria com as áreas da saúde, cultura e esporte, oferecendo projetos curriculares que suplementem sua aprendizagem, pode-se dizer que não foi cumprida, necessitando ser implementada.

Salienta-se que as informações mencionadas acima foram construídas com base no formulário respondido pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das redes municipal e estadual e pelas equipes gestoras das instituições da rede privada. Foram obtidas 113 respostas, das quais 66 (58,4%) são da rede pública municipal, 30 (26,5%) da rede pública estadual e 17 (15,1%) da rede privada, relativas às escolas de educação infantil e uma escola privada.

A análise do monitoramento da Meta 4 evidencia avanços importantes na consolidação da Educação Inclusiva no Município de Bagé, especialmente no que se refere à matrícula dos estudantes público da Educação Especial na rede regular de ensino, à oferta do Atendimento Educacional Especializado, à existência de Salas de Recursos Multifuncionais, à elaboração de documentos pedagógicos e à formação dos profissionais que atuam na área. Entretanto, os dados levantados demonstram que ainda permanecem desafios que precisam ser enfrentados para que a inclusão escolar se efetive de forma integral e com equidade.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, instituições especializadas e demais órgãos envolvidos, de modo a constituir uma rede de apoio mais integrada e efetiva. A ausência ou fragilidade de ações articuladas repercute principalmente na identificação precoce, na estimulação essencial, nos encaminhamentos e no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

Também se evidencia a necessidade de ampliar e qualificar os profissionais especializados, considerando o crescimento e a diversidade das demandas presentes nas escolas. Embora a oferta do AEE e das Salas de Recursos Multifuncionais esteja ocorrendo conforme as necessidades identificadas, é fundamental garantir sua expansão, bem como a formação continuada dos

profissionais, especialmente nas áreas relacionadas à Libras, Braille, Comunicação Aumentativa e Alternativa, Tecnologia Assistiva e demais recursos de acessibilidade.

Outro aspecto que demanda atenção refere-se à acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional. Ainda existem instituições que necessitam de adequações em seus espaços físicos, mobiliários e recursos, de forma a eliminar barreiras e assegurar autonomia e participação aos estudantes. Da mesma forma, é necessário ampliar a disponibilidade de materiais acessíveis, recursos tecnológicos e estratégias pedagógicas que contemplem diferentes formas de comunicação, aprendizagem e participação.

O transporte escolar acessível constitui igualmente um desafio, especialmente diante da necessidade de adequação da frota às diferentes condições e especificidades dos estudantes. A garantia do transporte adequado é elemento fundamental para assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e a participação efetiva no processo educacional.

Outro ponto de atenção diz respeito à identificação e ao atendimento dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, estratégia que ainda não foi efetivada de forma sistemática. Torna-se necessário desenvolver mecanismos de identificação, acompanhamento e enriquecimento curricular, em articulação com as áreas da Educação, Saúde, Cultura e Esporte, garantindo que esses estudantes também tenham suas potencialidades reconhecidas e desenvolvidas.

Os dados obtidos a partir das 113 respostas indicam, portanto, que a política de Educação Especial no município apresenta uma trajetória de avanços, mas ainda requer planejamento contínuo, ampliação de recursos, qualificação profissional, fortalecimento das redes de apoio e acompanhamento sistemático das ações. Os desafios identificados não devem ser compreendidos apenas como limitações, mas como indicativos das áreas que necessitam de maior investimento e articulação para o cumprimento integral da Meta 4.

Dessa forma, para o próximo período de monitoramento, torna-se fundamental priorizar ações voltadas à ampliação do atendimento especializado, fortalecimento da intersetorialidade, acessibilidade em suas diferentes dimensões, formação continuada, qualificação dos serviços e profissionais, transporte escolar acessível, identificação das altas habilidades/superdotação e desenvolvimento de recursos e práticas pedagógicas inclusivas.

O diagnóstico reafirma, assim, que a efetivação de um sistema educacional inclusivo exige compromisso permanente e responsabilidade compartilhada entre os diferentes setores e profissionais. Mais do que garantir matrícula, é necessário assegurar que cada estudante tenha condições de acessar, permanecer, participar, aprender e desenvolver suas potencialidades, consolidando uma educação pública que reconheça a diversidade como princípio e a inclusão como direito.

Objetivo 11: Educação de Jovens, Adultos e Idosos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da Educação Básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade própria, configurando-se como uma importante política pública de garantia do direito à educação e de promoção da cidadania. Mais do que possibilitar a escolarização, a EJA representa uma oportunidade de retomada e continuidade dos processos formativos, considerando as diferentes trajetórias de vida, experiências, conhecimentos e contextos sociais, culturais e profissionais dos sujeitos que a frequentam. Nesse sentido, sua oferta deve estar articulada aos princípios da equidade, da inclusão, da valorização dos saberes construídos ao longo da vida e da garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

No contexto municipal, compreender a realidade da Educação de Jovens e Adultos requer considerar as características e demandas da população que necessita dessa modalidade, bem como os fatores que historicamente interferem em sua trajetória escolar, como desigualdades sociais, necessidade de inserção ou permanência no mundo do trabalho, responsabilidades familiares, dificuldades de acesso e permanência na escola e diferentes ritmos e condições de aprendizagem. O diagnóstico da EJA, portanto, constitui-se como instrumento fundamental para identificar avanços, desafios, demandas e possibilidades de qualificação da política educacional, subsidiando o planejamento de ações que assegurem uma oferta pública, inclusiva, democrática e socialmente referenciada, em consonância com as necessidades da população jovem, adulta e idosa do município.

Na Rede Municipal de Ensino de Bagé, a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental está organizada de forma centralizada em uma escola-polo (a partir de 2025), que atende estudantes provenientes de diferentes bairros do município. Essa organização possibilita aos estudantes o acesso à escolarização por meio de transporte disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando as diferentes localidades de origem dos educandos. Dessa forma, a estratégia de centralização da oferta, articulada à garantia do transporte escolar, constitui-se como uma medida de apoio ao acesso e à permanência dos jovens, adultos e melhoria do trabalho pedagógico e gestor da EJA.

Na Rede Estadual de Ensino, a oferta da Educação de Jovens e Adultos no município de Bagé encontra-se descentralizada, possibilitando a distribuição do atendimento em diferentes unidades escolares e ampliando as possibilidades de acesso dos estudantes à escolarização. Atualmente, a rede estadual conta com quatro escolas que ofertam a EJA no Ensino Fundamental e oito escolas com oferta no Ensino Médio, contemplando diferentes etapas da Educação Básica. Essa organização descentralizada contribui para aproximar a oferta educacional dos diferentes territórios do município, constituindo uma estratégia importante para atender às demandas da população jovem e adulta que busca retomar ou dar continuidade à sua trajetória escolar.

Quadro – Escolas com EJA no município de Bagé		
Rede	Etapas	Total
Municipal	Ensino Fundamental	1
Estadual	Ensino Fundamental II	4
Estadual	Ensino Médio	8

Fonte: Elaboração do grupo de trabalho das Metas 8 e 9, com base no monitoramento do PME 2015/2025 e na análise documental.

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, segmento com menor escolaridade, mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não-negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Durante a vigência do Plano Municipal de Educação (2015-2025), a Meta 8 foi composta por 14 estratégias, as quais serão tratadas a seguir, baseadas nos dados do IBGE- Censo Demográfico - 2022:

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade						
Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade (Pessoas)						
Município - Bagé (RS)						
Idade - Total						
Ano - 2022						
Cor ou raça	Alfabetização x Sexo					
	Total		Alfabetizadas		Não alfabetizadas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	44.732	51.374	43.111	49.668	1.621	1.706
Branca	31.227	36.712	30.369	35.726	858	986
Preta	5.155	5.873	4.820	5.562	335	311
Amarela	42	40	41	37	1	3
Parda	8.262	8.700	7.838	8.298	424	402
Indígena	46	49	43	45	3	4
Fonte: IBGE - Censo Demográfico						

Em relação à Estratégia 8.5, verifica-se o seu atendimento, considerando a implementação de ações da Educação de Jovens e Adultos articuladas ao trabalho em rede social e à atuação intersetorial. Ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação, a EJA estabeleceu e fortaleceu articulações com diferentes setores e serviços, possibilitando o desenvolvimento de ações que contemplam dimensões sociais, culturais, de saúde, meio ambiente, formação e qualificação profissional, entre outras demandas relacionadas à realidade dos estudantes. Essas iniciativas contribuíram para ampliar a compreensão da EJA para além da escolarização, reconhecendo os sujeitos em sua integralidade e fortalecendo a função social da modalidade.

O cumprimento da Estratégia 8.5 evidencia a importância da construção de parcerias entre a educação, os demais setores do poder público e instituições da sociedade, de modo a responder às necessidades dos estudantes jovens e adultos. O trabalho em rede possibilita a articulação de diferentes conhecimentos, serviços e oportunidades, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e contextualizadas com as demandas do território. Dessa forma, a estratégia apresenta-se como atingida, destacando-se a necessidade de continuidade e fortalecimento dessas articulações como política pública permanente para a Educação de Jovens e Adultos no município.

Entre as estratégias previstas para a Meta 8, somente a Estratégia 8.6 foi parcialmente atingida. Ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação, foram oportunizadas algumas iniciativas de formação e qualificação profissional destinadas aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, por meio de articulações e

parcerias com diferentes instituições e setores. Entretanto, a oferta não ocorreu de forma contínua e abrangente, de modo a contemplar o conjunto dos estudantes da modalidade e atender de maneira sistemática à demanda existente. Nesse sentido, permanece como desafio a ampliação e o fortalecimento das parcerias com as redes estadual e particular, a iniciativa privada e os sindicatos, visando diversificar e ampliar a oferta de cursos básicos de formação profissional, articulando a escolarização, a qualificação profissional e as necessidades do mundo do trabalho.

Das 14 estratégias que compõem a Meta 8, 12 foram consideradas não atingidas: 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.7, 8.8, 8.9, 8.10, 8.11, 8.12, 8.13 e 8.14.

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional:

Durante a vigência do Plano Municipal de Educação (2015-2025), a Meta 9 foi composta por 11 estratégias, as quais serão tratadas a seguir:

Das 11 estratégias estabelecidas na Meta 9 do Plano Municipal de Educação, sete foram atingidas, evidenciando avanços na consolidação das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos no município. Os resultados alcançados contemplam aspectos relacionados à garantia da oferta gratuita da modalidade, às ações de alfabetização e continuidade da escolarização, à chamada pública e busca ativa, aos processos de avaliação, ao atendimento suplementar aos estudantes, à oferta educacional às pessoas privadas de liberdade e à consideração das necessidades específicas da população idosa. O cumprimento dessas estratégias demonstra a implementação de ações voltadas à ampliação do acesso, à permanência e à garantia do direito à educação ao longo da vida, ainda que permaneçam desafios para o fortalecimento e a continuidade das políticas destinadas à EJA.

A Estratégia 9.1 foi atingida, considerando a garantia da oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos à população que não teve acesso ou não concluiu a Educação Básica na idade própria. No município, a oferta da EJA pelas redes municipal e estadual possibilita o acesso de jovens, adultos e idosos à

escolarização, contemplando diferentes etapas da Educação Básica e assegurando a gratuidade do ensino. A organização da oferta, distribuída entre as redes de ensino, constitui importante mecanismo para garantir o direito à educação e possibilitar a retomada ou continuidade da trajetória escolar dos estudantes.

A Estratégia 9.3 foi atingida mediante a implementação de ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos, articuladas à continuidade da escolarização básica. A oferta da EJA contempla processos de alfabetização e de desenvolvimento das aprendizagens necessárias à continuidade dos estudos, possibilitando que os estudantes avancem em sua trajetória escolar. Dessa forma, as ações desenvolvidas contribuem para a superação do analfabetismo e para a garantia do direito à educação ao longo da vida.

A Estratégia 9.4 foi atingida por meio da realização de ações de divulgação da oferta da Educação de Jovens e Adultos e de mobilização da população para o acesso à escolarização. As iniciativas de chamada pública e busca ativa, articuladas entre os diferentes setores e redes de ensino, contribuem para identificar pessoas que não concluíram a Educação Básica e ampliar o conhecimento da população acerca das possibilidades de ingresso na EJA. Essas ações fortalecem o acesso à modalidade e constituem importante instrumento para enfrentar a exclusão escolar e ampliar as oportunidades de escolarização.

A Estratégia 9.5 foi atingida por meio da realização de processos avaliativos e exames específicos destinados a identificar os conhecimentos e níveis de alfabetização dos estudantes jovens e adultos, considerando suas trajetórias e conhecimentos prévios. Essas avaliações possibilitam conhecer o grau de domínio da leitura e da escrita e subsidiar a organização pedagógica e o encaminhamento dos estudantes em sua trajetória escolar. A iniciativa contribui, ainda, para reconhecer os diferentes percursos formativos dos sujeitos da EJA e favorecer sua inserção ou continuidade na escolarização.

A Estratégia 9.6 foi atingida mediante a oferta de ações de atendimento suplementar aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, especialmente nas áreas de transporte e alimentação escolar, contribuindo para assegurar condições de acesso e permanência na escola. A articulação com diferentes políticas públicas e serviços também possibilita o atendimento de demandas relacionadas à saúde e ao bem-estar dos estudantes. Essas ações representam importante suporte à

permanência dos sujeitos na EJA, considerando as especificidades sociais e econômicas que podem interferir em suas trajetórias escolares.

A Estratégia 9.7 foi atingida por meio da garantia da oferta da Educação de Jovens e Adultos às pessoas privadas de liberdade, contemplando as etapas da Educação Básica de acordo com a organização da oferta educacional nas unidades prisionais. A escolarização nesse contexto constitui uma importante política de garantia do direito à educação, possibilitando a continuidade dos estudos e a ampliação das oportunidades formativas. A atuação dos profissionais da educação nesse espaço também demanda práticas pedagógicas específicas, considerando as características e necessidades do público atendido.

A Estratégia 9.11 foi atingida a partir da consideração das necessidades e especificidades das pessoas idosas nas políticas e ações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos. A oferta educacional contempla esse público, reconhecendo a educação como direito ao longo da vida e como possibilidade de ampliação da participação social, cultural e cidadã. As ações desenvolvidas também contribuem para a valorização dos conhecimentos, experiências e trajetórias dos estudantes idosos, fortalecendo sua participação nos processos educativos e promovendo espaços de convivência, aprendizagem e troca de saberes.

No acompanhamento da Meta 9, verifica-se que duas das onze estratégias estabelecidas foram parcialmente atingidas. Embora tenham sido desenvolvidas ações que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos, sua execução não ocorreu de forma integral, indicando a existência de aspectos que ainda necessitam ser fortalecidos ou ampliados. Esse cenário demonstra avanços na implementação das políticas destinadas à Educação de Jovens e Adultos, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de continuidade das ações e de aprimoramento das iniciativas previstas, visando ao atendimento integral das estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

A Estratégia 9.2 foi parcialmente atingida, considerando que foram realizadas ações de identificação e acompanhamento da demanda por vagas na Educação de Jovens e Adultos, porém sem a consolidação de um levantamento sistemático e integrado entre as diferentes redes de ensino que permita conhecer, de forma contínua, todos os jovens e adultos com Ensino Fundamental ou Médio incompletos. O fortalecimento dessa articulação entre as redes é fundamental para qualificar o

diagnóstico da demanda, orientar a oferta de vagas e desenvolver estratégias de incentivo à matrícula e à conclusão dos estudos, especialmente entre aqueles que permanecem afastados do processo de escolarização.

A Estratégia 9.8 foi parcialmente atingida, uma vez que foram desenvolvidas iniciativas e práticas pedagógicas diferenciadas na Educação de Jovens e Adultos, buscando atender às características e necessidades dos estudantes. Entretanto, o apoio técnico e financeiro sistemático a projetos especificamente estruturados como iniciativas inovadoras para a modalidade ainda necessita ser ampliado. Nesse sentido, permanece como desafio o fortalecimento de ações que estimulem a elaboração, implementação e continuidade de projetos pedagógicos contextualizados, considerando as diferentes trajetórias de vida, experiências, necessidades formativas e realidades dos sujeitos da EJA.

No que se refere às 11 estratégias estabelecidas na Meta 9, duas não foram atingidas no período analisado. A ausência de ações sistematizadas que atendam integralmente aos objetivos previstos nessas estratégias evidencia a necessidade de maior articulação entre os sistemas de ensino, o setor público, o setor privado, o mundo do trabalho e as instituições de formação profissional e tecnológica. Nesse sentido, os resultados apontam para desafios que deverão ser considerados no planejamento das próximas políticas educacionais destinadas à Educação de Jovens e Adultos, especialmente quanto à conciliação entre trabalho e escolarização e à ampliação do acesso às tecnologias e à inclusão digital.

A Estratégia 9.9 não foi atingida, considerando a ausência de mecanismos e incentivos consolidados que promovam, de forma sistemática, a articulação entre os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino para compatibilizar a jornada de trabalho dos estudantes com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos. A conciliação entre trabalho e estudo constitui um desafio significativo para a permanência dos estudantes na modalidade, sendo necessária a construção de estratégias interinstitucionais que considerem as condições de trabalho e as especificidades da população atendida pela EJA.

A Estratégia 9.10 não foi atingida, uma vez que não se consolidou a implementação de programas específicos e articulados de capacitação tecnológica destinados à população jovem e adulta com baixos níveis de escolarização formal e

aos estudantes com deficiência, conforme previsto na estratégia. Também não foram estruturadas, de forma abrangente, ações envolvendo os diferentes parceiros indicados, como instituições de ensino, universidades, cooperativas, associações e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com utilização de tecnologias assistivas. Dessa forma, permanece como desafio a ampliação das oportunidades de acesso às tecnologias digitais e de desenvolvimento de competências tecnológicas, especialmente para os segmentos em situação de maior vulnerabilidade educacional, contribuindo para sua inclusão social e produtiva.

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

A Meta 10 estabelece como objetivo oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, de forma integrada à educação profissional. No acompanhamento das 11 estratégias previstas para o alcance da meta, **3 foram atingidas**, evidenciando avanços na articulação entre a EJA e a educação profissional, enquanto as demais estratégias permanecem em processo de implementação e acompanhamento, demandando continuidade das ações e fortalecimento das políticas voltadas à integração entre formação escolar e qualificação profissional.

A **estratégia 10.6 foi atingida**, que prevê “estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas”, tendo em vista que a matriz curricular da EJA da rede estadual contempla a diversificação curricular e a articulação entre a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho. A organização curricular estabelece relações entre teoria e prática, considerando os eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e da cidadania, de modo a atender às especificidades dos estudantes e contribuir para sua formação integral.

A **estratégia 10.7 da Meta 10**, em que projeta “o fomento à produção de materiais didáticos, ao desenvolvimento de currículos e metodologias específicas,

aos instrumentos de avaliação, ao acesso a equipamentos e laboratórios e à formação continuada dos docentes da EJA articulada à educação profissional”, **foi atingida**. As ações desenvolvidas contemplaram esses aspectos, com disponibilização de materiais e orientações pedagógicas, além de iniciativas de formação continuada, contribuindo para o fortalecimento das práticas pedagógicas e da articulação entre a formação básica e a educação profissional.

Quanto à **estratégia 10.10 da Meta 10**, que estabelece a orientação para a expansão da oferta de EJA articulada à educação profissional às pessoas privadas de liberdade, verifica-se que foi atingida no âmbito da rede estadual, responsável pela oferta educacional nos estabelecimentos penais. A rede estadual desenvolve ações de atendimento educacional e formação específica dos profissionais que atuam nesse contexto, considerando as particularidades das pessoas privadas de liberdade e contribuindo para a articulação entre a EJA e a educação profissional.

A estratégia 10.1 da Meta 10, que propõe “aderir a programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica” **foi parcialmente atingida**, considerando a adesão da rede estadual ao Pacto Nacional da EJA, iniciativa voltada à ampliação das oportunidades de conclusão da educação básica e à articulação com a formação profissional inicial. A adesão representa um avanço no atendimento ao previsto na estratégia, permanecendo necessária a consolidação e ampliação das ações para que seus objetivos sejam plenamente alcançados.

No acompanhamento da **Meta 10**, as estratégias **10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.8 e 10.10** foram identificadas como **não atingidas**, considerando a necessidade de ampliar e consolidar ações de articulação entre a EJA e a educação profissional. Entre os principais desafios estão a expansão das matrículas integradas à formação profissional, a oferta de cursos adequados às diferentes características e especificidades dos sujeitos da EJA, a ampliação das oportunidades para estudantes com deficiência e baixo nível de escolaridade, bem como o fortalecimento de iniciativas que promovam a integração efetiva entre escolarização e qualificação profissional. Esses aspectos demandam a continuidade e o fortalecimento das ações da rede estadual para o alcance dos objetivos estabelecidos pela Meta 10.

Objetivo 12: Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica

Objetivo 13: Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica

Este relatório apresenta o diagnóstico da Meta 10 e 11 do Plano Municipal de Educação (PME) de Bagé, referente ao período de 2015 a 2025, que trata sobre a expansão da Educação Profissional nas esferas municipal, estadual e federal.

Através da análise, foi possível observar as ações que foram realizadas ao longo do decênio e também os pontos que ainda precisam de atenção, contribuindo para elaboração das Metas do Plano Municipal de Educação para o período de 2026 a 2036, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas com o foco na expansão da Educação Profissional no município de Bagé, priorizando a qualidade da oferta.

O diagnóstico, referente à implementação das ações realizadas para o cumprimento das metas 10 e 11 do Plano Municipal de Educação – decênio 2015-2025, foi elaborado no âmbito da rede estadual de ensino, utilizando a pesquisa em fontes oficiais do Estado do Rio Grande do Sul, tais como Portal Institucional e Sistema de Informatização da Secretaria da Educação. No âmbito do sistema municipal de ensino, os dados foram retirados de informações da Escola EMEP Dr. Antenor Gonçalves Pereira, bem como do portal do MEC/INEP. No âmbito da Rede Federal de ensino, os dados foram obtidos junto aos registros acadêmicos institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul Câmpus Bagé) e da Plataforma Nilo Peçanha.

O trabalho teve início com reuniões de estudo e análise do Plano Municipal de Educação – decênio 2015-2025 e da Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2026-2036. Após, foi realizada a análise das Metas 10 e 11 e de cada uma das suas estratégias. De acordo com a realidade das redes de ensino, observou-se quais ações foram implementadas e quais ainda demandam de políticas públicas e engajamento dos atores envolvidos para fortalecimento da Educação Profissional no município.

Este estudo tem como objetivo contribuir para o planejamento e elaboração de metas e estratégias que constarão no Plano Municipal de Educação – decênio 2026-2036, que promovam a garantia da execução de ações em benefício da oferta da Educação Profissional, priorizando a qualidade do ensino.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Estratégias:

Quanto à Meta 10, que trata da oferta da Educação Profissional integrada com a Educação de Jovens e Adultos, ressalta-se que no âmbito Estadual houve a movimentação através do Programa EjaTec, modalidade de ensino voltada a jovens e adultos que desejam concluir o Ensino Médio e, ao mesmo tempo, obter qualificação profissional de forma gratuita. No âmbito Estadual, começou a ser implementada em 2025 em 36 escolas-piloto, sendo 34 de Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio, e duas de EJA Ensino Fundamental. No município de Bagé, a iniciativa teve início no Colégio Estadual de Ensino Médio Waldemar Amoretty Machado, na EJA Ensino Médio, através da oferta do curso de qualificação para Recepcionista em Serviço de Saúde.

Essa iniciativa atende parcialmente a estratégia 10.3 quanto a fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos. Quanto às demais estratégias, embora exista um movimento do Estado em relação às populações do campo, indígenas, quilombolas e privadas de liberdade, o município de Bagé ainda não contempla essas ações especificamente na Educação de Jovens e Adultos. No entanto, oferece através de outros programas, como qualificação para as mulheres privadas de liberdade, por meio do Programa Mulheres Mil.

Estratégia	Rede Pública Estadual	Rede Municipal de Ensino	Rede Federal
10.1) aderir a programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;	No município de Bagé, houve a iniciativa por meio da implantação da EjaTec em uma escola da rede estadual de ensino.	Na rede municipal, houve formação de parcerias com o IFSul para implementação de cursos profissionalizantes.	Na rede federal, houve formação de parcerias com o município para a implementação de cursos profissionalizantes na modalidade EJA/FIC.
10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a	No município de Bagé, houve a iniciativa por meio da implantação da EjaTec em uma escola da rede estadual de ensino.	Não realizado..	O Campus Bagé do IFSul está estudando possibilidades de implementação de cursos de

elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;			educação de jovens e adultos, até mesmo por meio de novas parcerias.
10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;	No município de Bagé, houve a iniciativa por meio da implantação da EjaTec em uma escola da rede estadual de ensino, porém, não sendo direcionada para populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.	Não realizado.	Em estudo.
10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;	Em processo	Não realizado.	Em processo.
10.5) aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;	Em processo	Não realizado.	Não realizado.
10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;	No município de Bagé, houve a iniciativa por meio da implantação da EjaTec em uma escola da rede estadual de ensino.	Não realizado.	A EJA/FIC em parceria com o município é uma iniciativa que contempla esta tentativa de diversificação curricular.
10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos	Em processo	Não realizado.	Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Produção Alimentícia e em Processamento de Alimentos em parceria com o município são iniciativas que

articulada à educação profissional;			contemplam esta estratégia de construção de materiais didáticos específicos para a EJA.
10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;	Sem informações oficiais	Não realizado.	Não realizado.
10.9) garantir assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;	No Estado, foi criado, em 2023, o Núcleo de Cuidado e Bem-Estar Escolar – NCBEE, com o objetivo do fortalecimento na construção de um espaço escolar seguro. Um dos programas que compõe o Núcleo é a CIPAVE que conta com uma rede intersetorial de apoio à educação, composta por parceiros e serviços qualificados e especializados de saúde e de assistência social	Não realizado.	O IFSul – Câmpus Bagé conta com uma Comissão de Assistência Estudantil que dá suporte aos estudantes através da PNAES e também dispõe de um setor pedagógico com profissionais da psicopedagogia, atendimento educacional especializado, orientação educacional e supervisão pedagógica e cuidadoras que dão suporte pedagógico aos estudantes.
10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras;	Quanto às pessoas privadas de liberdade, houve a iniciativa da Superintendência da Educação Profissional da oferta de cursos de qualificação para as mulheres reclusas através do Programa Mulheres Mil, embora não esteja ligado à Educação de Jovens e Adultos	Não realizado.	Não realizado.
10.11) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem	Nas Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, existe a previsão do	Não realizado.	Não realizado.

considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.	aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica. Dessa forma, todos os Projetos Pedagógicos de Curso e Regimentos Escolares dos Cursos Técnicos da rede estadual preveem esse mecanismo.		

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Estratégias:

Quanto à Meta 11, que trata da expansão da Educação Profissional técnica de nível médio, no âmbito Estadual houve uma movimentação significativa através de vários Programas.

A partir de 2022, o Estado promoveu uma iniciativa para oferta da Educação Profissional através dos Núcleos de Inovação para o Trabalho (NITs), em uma parceria com Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). O objetivo do Programa é criar ambientes de qualificação profissional abertos à comunidade dos municípios. O Estado disponibilizou recursos financeiros e de infraestrutura para escolas organizarem os ambientes para oferta dos cursos. No município de Bagé, foi contemplada a Escola Estadual de Ensino Médio Frei Plácido.

Em 2023, a Superintendência da Educação Profissional promoveu uma parceria do Estado com o Sistema S, através do SENAC e SENAI, para oferta da Educação Profissional como o quinto Itinerário do Ensino Médio. No município de Bagé, foi contemplada a Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Antônio Kluwe como Escola-Piloto, com a oferta da Educação Profissional na forma concomitante a

partir do 2º ano do Ensino Médio, através dos Cursos Técnicos em Recursos Humanos no SENAC e Eletrotécnica no SENAI.

Em 2024, teve início o Programa Trilhas de Formação Profissional no Ensino Médio em Tempo Integral, com o objetivo de contribuir com a permanência do estudante na escola, na tentativa de combater a evasão nessa etapa do ensino. No âmbito Estadual, o Programa começou com a oferta de cursos de qualificação profissional, através de 29 escolas, atendendo em torno de 700 alunos. No município de Bagé, iniciou em 2025 em três escolas com cursos de qualificação na área da administração e logística. Em 2026, o Programa passou a contemplar a Educação Profissional através de cursos técnicos com a oferta em cinco escolas, nas áreas de administração, logística, informática e design gráfico, ampliando em 27% o número matrículas nessa modalidade.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, representada no município pelo IFSul Câmpus Bagé, também ocorreu ampliação e diversificação da oferta de educação profissional técnica de nível médio durante o período de vigência do PME. Em 2024, teve início o Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente, com a abertura de duas turmas de 30 estudantes até 2025, totalizando 60 vagas ofertadas nas duas primeiras turmas.

A ampliação da oferta no IFSul Câmpus Bagé deve ser analisada considerando as especificidades da Rede Federal, cuja legislação determina a oferta de educação profissional técnica de nível médio prioritariamente na forma de cursos integrados, além da integração e verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior. Nesse sentido, a criação do Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente representa não apenas o acréscimo quantitativo de novas matrículas na Educação Profissional do município, mas também a ampliação da oferta de uma modalidade formativa que articula, em uma mesma proposta curricular, a formação geral do Ensino Médio e a formação técnica profissional, diferentemente dos cursos de qualificação profissional de curta duração.

Estratégia	Rede Pública Estadual	Rede Municipal de Ensino	Rede Federal
11.1) criar um Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica, em no máximo 12 (doze) meses após a aprovação deste PME, para constituir uma rede	Não houve o convite para o Estado para essa representação	Ausência de rede integrada municipal.	Ausência de rede integrada municipal.

integrada para discutir a Educação Profissional no âmbito municipal e propor ações relacionadas a essa área. Esse conselho será formado por representantes indicados pelas diferentes instituições ligadas à educação profissional;			
11.2) promover e acompanhar, através do Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica, a permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento nacional e regional, dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, em colaboração com empresários e trabalhadores nas próprias escolas e em todos os níveis de governo;	Na rede estadual, a Educação Profissional tem o acompanhamento feito pela Superintendência da Educação Profissional – SUEPRO, que orienta e promove ações para o atendimento às normativas e desenvolvimento das políticas públicas.	Falta de articulação com empresários e trabalhadores.	O IFSul – Campus Bagé mantém uma constante articulação com os arranjos produtivos locais e com o mundo do trabalho. Porém, essa relação não ocorre mediada pelo Conselho Municipal de Educação.
11.3) mobilizar, articular e aumentar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, ofertando cursos básicos destinados a atender à população que está sendo excluída do mercado de trabalho, sempre associados à educação básica, sem prejuízo de que sua oferta seja conjugada com ações para elevação da escolaridade;	Criação do NIT, com o objetivo de criar ambientes de qualificação profissional abertos à comunidade do município.	Inexistência de indicadores consolidados de monitoramento.	Contamos com o Programa Mulheres Mil que visa à formação de mulheres em situação de vulnerabilidade, através de cursos FIC em diversas áreas.
11.4) criar e ampliar cursos básicos de educação profissional associados aos diferentes níveis e modalidades de ensino, nas redes públicas de ensino federal, estadual e municipal, com prazo máximo de dois anos após a aprovação deste PME para início dos referidos cursos;	Criação do NIT, com o objetivo de criar ambientes de qualificação profissional abertos à comunidade do município e a iniciativa por meio da implantação da EjaTec, voltada a jovens e adultos que desejam concluir o Ensino Médio e, ao mesmo tempo, obter qualificação profissional	Não realizado, pois o município trabalha apenas, em termos de Ensino Técnico, na forma subsequente.	Criou-se o Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente, que teve início em 2024/1. Com esse incremento, aumentamos em 33% o número de vagas de nível médio ofertadas anualmente no IFSul – Campus Bagé. Para fins de ampliar o acesso ao IFSul, também foi criado o Programa PartiuIF, no qual estudantes dos 9ºs anos têm acesso a um curso preparatório para o vestibular da instituição. Em Bagé, ofertamos 40 vagas

			anuais no respectivo curso. Para expandir ainda mais a oferta de vagas nesse nível e modalidade educativa, estamos prospectando a criação de um novo curso técnico integrado para o decênio 2026/2036 – provavelmente na área de administração.
11.5) manter e ampliar cursos básicos profissionais, sempre que possível, com a oferta de programas que permitam aos alunos que não concluíram o ensino fundamental obter formação equivalente, nas redes municipal, estadual e federal de ensino, sugerindo-se que a iniciativa privada também o faça;	No Estado, houve a ampliação das escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio, iniciando a proposta da Educação Profissional por meio da oferta das FICs – Formação Inicial Continuada, através de cursos de qualificação. Essa proposta não se estendeu para o ensino fundamental.	Falha na oferta das redes municipal e federal.	Atualmente não dispomos de cursos que visem especificamente à Conclusão do Ensino Fundamental no Campus Bagé do IFSul.
11.6) articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional de oferta de educação profissional permanente para a população em idade produtiva e que precisa se readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho;	Criação do NIT, com o objetivo de criar ambientes de qualificação profissional abertos à comunidade do município.	Não realizado.	Contamos com o Programa Mulheres Mil, que visa à formação de mulheres em idade produtiva através de cursos FIC em diversas áreas, como cuidador de idosos, artesão em bordado a mão.
11.7) avaliar permanentemente e adequar a infraestrutura das instituições que ofertam educação profissional, visando qualificar sua atuação, através do Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica (constituído);	A partir da Resolução CEE- RS nº 320/2012, as escolas que ofertam a Educação Profissional precisam fazer o credenciamento com a periodicidade de cinco em cinco anos para verificar se continuam oferecendo as	Não realizado.	O IFSul, por ofertar cursos técnicos (nas suas diversas modalidades) e cursos superiores em espaço compartilhado, passa periodicamente por avaliações dos cursos, inclusive no que pese à infraestrutura e à capacidade instalada, realizadas pelo MEC.

	mesmas condições quanto à infraestrutura, equipamentos e recursos pedagógicos de acordo com cada área tecnológica. Quanto à adequação da infraestrutura, as escolas que ofertam a Educação Profissional recebem mensalmente um recurso financeiro de acordo com o nível de complexidade do seu curso.		
11.8) valorizar, nos processos seletivos de professores dos cursos de educação tecnológica, a qualificação docente para a área específica em que atuará;	Na rede estadual de ensino, é prevista a formação na área do curso como requisito para ingresso como docente na Educação Profissional, tanto através de processo seletivo para contrato, como por meio de concurso público.	Única estratégia plenamente executada na seleção.	Plenamente executada.
11.9) oferecer formação continuada específica, voltada aos professores que atuam em escolas de educação profissional, em até dois anos após a aprovação deste PME;	Na rede estadual de ensino, os docentes têm acesso ao Portal Educação, onde estão disponíveis cursos de formação continuada em diversas áreas, incluindo a Educação Profissional e o mundo do trabalho. Porém, a formação continuada específica para os docentes da Educação Profissional é um aspecto que demanda de	Prazos de implementação estourados.	O IFSul tem uma política permanente de desenvolvimento de servidores que se materializa no PDP (Plano de Desenvolvimento de Pessoas). Dentre as estratégias, o instituto investe na formação continuada de docentes e técnicos administrativos em educação.

	constante investimento.		
11.10) incentivar as instituições de ensino superior a oferecerem cursos de formação que habilitem para atuação na educação profissional;	Não aconteceu	Cursos existem, mas falta verificar a periodicidade.	Os cursos de nível superior do IFSul – Campus Bagé também habilitam para a atuação na educação profissional, tanto que ex-alunos já figuram hoje como colegas docentes.
11.11) propor projetos para capacitação dos professores que atuam na educação profissional, através das redes privada, estadual e municipal de ensino, podendo construir parcerias com instituições de ensino superior para tal. A construção de projetos deverá ser realizada após a data de aprovação deste, para que os cursos possam ter início em, no máximo, dois anos;	Durante o período de 2022 a 2024, o MEC, em parceria com os Institutos Federais de Santa Catarina e Espírito Santo, disponibilizou vagas de cursos de especialização para as redes estaduais, destinadas aos professores que atuavam na Educação Profissional.	Não realizado.	No período de vigência 2015/2025 do PME, alguns docentes do Campus Bagé realizaram, em parceria com a UERGS, o curso de licenciatura para graduados não licenciados.
11.12) estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estadual e municipal e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação profissional, constituindo uma rede integrada, cooperativa e solidária;	Em 2023, a Superintendência da Educação Profissional promoveu uma parceria do Estado com o Sistema S, através do SENAC e SENAI, para oferta da Educação Profissional como o quinto Itinerário do Ensino Médio.	Rede integrada e cooperativa não foi constituída.	Não existem ainda parcerias com a iniciativa privada para a oferta de educação profissional integrada.
11.13) fortalecer e ampliar as parcerias com órgãos e instituições para oferta de cursos técnicos que possam ser desenvolvidos na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade;	Na rede de estadual de ensino, no município de Bagé, não existe a oferta da Educação Profissional na modalidade a distância.	Ausência de relatórios de controle de qualidade na modalidade.	Até este momento não dispomos de oferta de educação profissional no IFSul – Campus Bagé na modalidade EaD.
11.14) oferecer cursos profissionalizantes, técnicos e/ou de capacitação associados à educação básica, voltados à população rural, levando em consideração as peculiaridades e potencialidades da nossa	No município de Bagé, não existe a oferta de Educação Profissional através de cursos voltados à	Potencialidades não foram mapeadas a tempo.	O Campus Bagé do IFSul, que é um campus agrícola, oferta curso Técnico Integrado em Agropecuária, que atende também

região, no máximo em dois anos após a data de aprovação deste Plano;	população rural. Essa oferta ocorre nos municípios de abrangência da 13ª CRE, nos municípios de Caçapava do Sul e Dom Pedrito, em escolas localizadas na zona rural, por meio do curso em Agropecuária.		moradores da zona rural, que vêm em busca de qualificação para a melhoria de suas atividades rurais. Esses estudantes, ao final do curso técnico, por meio da verticalização do ensino, têm a possibilidade de formação em nível de graduação através do Curso Superior em Engenharia Agrônoma.
11.15) criar e consolidar um fórum permanente para debater as necessidades e demandas do mercado de trabalho da região de Bagé, com participação de, no mínimo, 3 (três) instâncias: instituições que representem os empregados e empregadores, estudantes e instituições educacionais e representante do Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica (constituído), em no máximo 12 (doze) meses após a aprovação deste PME;	Não houve o convite para o Estado para essa representação	Não realizado.	Não realizado.
11.16) promover um estudo acerca da reestruturação curricular da educação profissional/nível médio, visando garantir aos alunos uma formação humanística através da inclusão e/ou permanência de componentes curriculares, tais como: Música, Sociologia, Filosofia, Cidadania, Educação Ambiental, Ética, Educação Física e Arte;	A rede estadual de educação, através da SUEPRO, promoveu o movimento de readequação curricular dos cursos técnicos com oferta integrada ao Ensino Médio para	Componentes como Filosofia e Sociologia não integrados.	Dispomos de componentes curriculares permanentes que abordam estas temáticas: Sociologia, Filosofia, Educação Ambiental, Educação Física e Arte.
11.17) oferecer aos alunos da educação profissional/nível subsequente a oferta de componentes curriculares optativos: Música, Sociologia, Filosofia, Cidadania, Educação Ambiental, Ética, Educação Física e Arte;	Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Profissional e Tecnológica previstas na Res. CNE/CP nº 01/2021, não existe a previsão para a oferta desses componentes curriculares nos cursos técnicos	Falta de flexibilização curricular.	Os Cursos Técnicos Subsequentes vigentes entre 2015 e 2025 (atualmente extintos) em Agroindústria, Informática para a Internet, Profucionário (Secretaria Escolar, Alimentação Escolar,

	subsequentes. Somente existe a previsão no Parágrafo único do Art. 45 – As instituições de Educação Profissional e Tecnológica podem, respeitadas as condições de cada instituição e rede de ensino, oferecer oportunidades de nivelamento de estudos, visando a suprir eventuais insuficiências formativas constatadas na avaliação da aprendizagem, sendo que os cursos técnicos oferecidos no município de Bagé atendem a essas diretrizes.		Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos) dispunham de componentes curriculares que abordavam estas temáticas.
11.18) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio/subsequente e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do aluno;	Para as escolas que oferecem cursos que preveem estágio curricular obrigatório, semestralmente, acontece a orientação da 13ª CRE para que sua execução atenda ao disposto previsto na Lei nº 11.788/2008. No município de Bagé, uma escola prevê estágio curricular obrigatório nos cursos subsequente e integrado ao Ensino Médio.	Houve troca de proposta na Escola Técnica Municipal.	Os cursos do IFSul que preveem estágio curricular em atividade estritamente correlata à formação profissional são: Curso Técnico Integrado em Agropecuária e Curso Superior em Engenharia Agrônoma.
11.19) expandir o atendimento do ensino médio gratuito e integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e	Nos municípios de abrangência da 13ª CRE, existe a oferta do Ensino Médio em Tempo Integral	Demanda dessas comunidades permanece desatendida.	Pelo fato de o IFSul – Campus Bagé ser um Campus Agrícola há, historicamente, uma maior aproximação com as demandas da

quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;	integrada à Educação Profissional em escolas do campo. No município de Bagé essa oferta acontece somente na zona urbana.		população do campo. Cabe salientar, também, que nosso Campus destina 50% das vagas para alunos cotistas, com reserva de vagas para alunos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Mesmo com as cotas, reconhecemos a necessidade de maior articulação com as populações indígenas e quilombolas de nosso território.
11.20) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio/subsequente para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	A Lei Estadual nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024 prevê na oferta dos cursos concomitantes e subsequentes, a reserva de vagas para pessoas inscritas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e para pessoas com deficiência.	No âmbito municipal, há apenas lei voltada a “carroceiros” (Lei Nº 5736/17).	O Campus Bagé do IFSul destina 50% das vagas para alunos cotistas, com reserva de vagas para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
11.21) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos nas redes de educação profissional, científica e tecnológica que integram o Município de Bagé;	Esse é um importante ponto de atenção que deve ser levado em consideração na elaboração de metas e estratégias do novo Plano Municipal de Educação com vigência prevista para o decênio 2026-2036. Apesar do investimento feito pelo Estado, ainda existe um alto índice de evasão nos cursos	Evasão ou retenção persistem sem mitigação.	No decênio 2015/2025, formamos um total de 945 alunos em nossos cursos técnicos de nível médio, sendo 250 alunos em cursos subsequentes e 695 alunos em cursos integrados. Nossas taxas de evasão e retenção vêm reduzindo gradualmente, sobretudo com as mudanças implantadas nos últimos anos em nosso sistema de avaliação e com o fortalecimento da assistência estudantil.

Objetivo 14: Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação

Objetivo 15: Qualidade da Graduação

ANÁLISE DA META 12 – AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

O presente diagnóstico apresenta a análise das Metas 12 e 13 do Plano Municipal de Educação (PME) de Bagé, aprovado pela Lei Municipal nº 5.515, de 12 de agosto de 2015, considerando o período de vigência de 2015 a 2025. O PME foi elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934/2024.

A Meta 12 trata da ampliação do acesso à educação superior: elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e a expansão de, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. A Meta 13 trata da qualidade da educação superior e da ampliação da proporção de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício para 75%, sendo, no mínimo, 35% doutores.

Ao identificar o que foi alcançado, o que permanece pendente e quais desafios persistem, este diagnóstico servirá de subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Educação 2026–2036, orientando a definição das novas metas e estratégias para a educação superior. No contexto de Bagé, essas metas assumem papel estratégico para o desenvolvimento regional, dada a consolidação do município como polo educacional de referência na metade sul do Rio Grande do Sul.

O diagnóstico combina análise documental e análise de indicadores. A análise documental tomou como referência o texto das Metas 12 e 13 e de suas estratégias, conforme a Lei Municipal nº 5.515/2015, a legislação federal pertinente e documentos das Instituições de Ensino Superior (IES) instaladas no município.

Embora o PME abranja o período de 2015 a 2025, os indicadores quantitativos têm como marco final os dados mais recentes disponíveis nos microdados do INEP utilizados neste diagnóstico: ENADE 2023, para os bacharelados e cursos superiores de tecnologia; ENADE das Licenciaturas 2025, para as licenciaturas; e Censo da Educação Superior 2024, cuja edição seguinte ainda não havia sido disponibilizada em microdados.

Os indicadores quantitativos têm como fontes o Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que informa matrículas, ingressantes, concluintes, vagas, turno e titulação docente; o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), também do INEP, que informa a participação e o desempenho dos estudantes; os dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornecem a população de 18 a 24 anos; e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), que registra as IES e os polos de educação a distância credenciados.

Para os bacharelados e cursos superiores de tecnologia, foram utilizados os microdados do ENADE 2023 (INEP), selecionando-se os cursos cujo município de oferta é Bagé (código IBGE 4301602): 18 cursos de quatro instituições, com 322 concluintes inscritos. Consideraram-se participantes os estudantes presentes com resultado válido; a taxa de participação foi calculada sobre os inscritos, excluindo um inscrito registrado como ausente por múltiplas inscrições (código 444). O desempenho é expresso pela nota geral, em escala de 0 a 100, composta em 25% pela formação geral e em 75% pelo componente específico da área.

Como os arquivos dos microdados são disponibilizados de forma independente, sem vínculo entre as respostas de um mesmo estudante, as informações do Questionário do Estudante (forma de ingresso, bolsas, auxílios e intercâmbio) foram agregadas por instituição, considerando os 310 concluintes que responderam ao questionário. Os percentuais do IFSul devem ser lidos com cautela, pois se referem a apenas 8 respondentes. O ENADE 2023 avaliou os bacharelados e cursos superiores de tecnologia do Ano I do ciclo avaliativo (saúde, ciências agrárias, engenharias e arquitetura, entre outros); as licenciaturas são analisadas com os dados do ENADE das Licenciaturas 2025. A UERGS não teve cursos de Bagé avaliados em nenhuma das duas edições. Conforme o e-MEC, a UERGS tem o curso de Fruticultura em situação "Em Extinção" em Bagé, e a URCAMP tem os cursos de Gastronomia e História presencial também em extinção.

Para as licenciaturas, foram utilizados os microdados do ENADE das Licenciaturas 2025 (INEP), edição mais recente, aplicada em conjunto com a Prova Nacional Docente (PND). Nessa edição, o desempenho passou a ser expresso em escala de proficiência: são considerados proficientes os concluintes com pontuação igual ou superior a 50, e o Conceito Enade de cada curso corresponde ao percentual

de concluintes proficientes, nas faixas definidas pelo INEP na Nota Técnica nº 8/2026 – conceito 1 (menos de 40%), 2 (de 40% a menos de 60%), 3 (de 60% a menos de 75%), 4 (de 75% a menos de 90%) e 5 (90% ou mais). Por isso, os resultados de 2025 não são diretamente comparáveis aos de 2023. Os percentuais e conceitos foram calculados a partir dos microdados e reproduzem o resultado nacional divulgado pelo INEP (57,8% de concluintes proficientes). Nos cursos a distância, o município registrado é o da sede da instituição, de modo que os estudantes podem estar vinculados a polos de outros municípios. Considerou-se como pontuação a nota geral do participante (0 a 100), composta em 80% pela prova objetiva e em 20% pela questão discursiva, critério que reproduz os percentuais oficiais. O Questionário do Estudante de 2025 foi reformulado em relação ao de 2023; suas respostas foram interpretadas conforme o dicionário de variáveis do INEP e agregadas por instituição, considerando os 93 concluintes de Bagé que o responderam (86 da UNIPAMPA e 7 da URCAMP). Os percentuais da URCAMP, baseados em apenas 7 respondentes, devem ser lidos com cautela.

A taxa bruta de matrícula corresponde ao total de matrículas na graduação, independentemente da idade, dividido pela população de 18 a 24 anos. A taxa líquida considera, no numerador, apenas as pessoas de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram a educação superior. No recorte municipal, esses indicadores são aproximações, pois o Censo da Educação Superior registra a matrícula no município de oferta do curso, e não no município de residência do estudante.

Cada estratégia foi classificada como CUMPRIDA (ação implementada de forma consolidada no município), PARCIALMENTE CUMPRIDA (ação implementada em parte das IES ou com resultado aquém do previsto) e NÃO CUMPRIDA (sem ações identificadas). Sempre que disponíveis, a classificação é acompanhada do indicador correspondente e de sua fonte.

A educação superior em Bagé é caracterizada por uma forte presença de instituições públicas federais e estaduais, além de instituições comunitárias e privadas de longa trajetória.

Tabela 1 – Instituições de educação superior presenciais em Bagé

Instituição	Categoria adm.	Org. acadêmica	Cursos presenciais e semipresenciais em atividade (e-MEC)
-------------	----------------	----------------	---

Instituição	Categoria adm.	Org. acadêmica	Cursos presenciais e semipresenciais em atividade (e-MEC)
UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa	Pública federal	Universidade	12 presenciais + 5 semipresenciais (450 vagas anuais presenciais)
IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense	Pública federal	Instituto federal	3 presenciais (120 vagas)
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Pública estadual	Universidade	1 presencial (40 vagas)
URCAMP – Centro Universitário da Região da Campanha	Privada s/ fins lucrativos	Centro universitário	18 presenciais + 10 semipresenciais
Faculdade IDEAU de Bagé	Privada c/ fins lucrativos	Faculdade	9 presenciais

Fonte: Sistema e-MEC, consulta avançada por curso – Bagé/RS, situação: Em Atividade, 17/09/2026. O número de vagas refere-se às vagas anuais autorizadas nos cursos presenciais.

Além das instituições presenciais, a expansão da modalidade de educação a distância (EAD) em Bagé é notável, com a presença de diversos polos que ofertam cursos de ensino superior (graduação e/ou pós-graduação lato sensu), vinculados a instituições credenciadas pelo Ministério da Educação e sediadas em outros municípios. Segundo o e-MEC, há em Bagé 22 polos EAD com 413 cursos de graduação em atividade (consulta de 17/09/2026). Os cinco maiores em número de cursos são UNINTER (70), Uniasselvi (68), UniCesumar (42), Estácio (35) e UNIP (31). Também estão presentes os polos da UniDOM-Bosco (26), Unisul (24), Uninassau (21), SENAC-SP (17), Anhanguera/UNIDERP (16), FAEL (10), ULBRA (9), UNIFACVEST (8), UniIDEAU (5) e outros menores. A UNIPAMPA mantém um único curso EAD habilitado em Bagé (Letras – Português), e a URCAMP oferta 10 cursos semipresenciais.

Esses polos não foram incluídos na análise quantitativa das Metas 12 e 13 porque o Censo da Educação Superior vincula os dados de matrícula à sede da instituição, e não necessariamente ao polo de oferta. Isso impede a desagregação precisa, para a unidade local de Bagé, dos indicadores de qualidade calculados pelo INEP, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que avalia cada curso de graduação, e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), que avalia a instituição como um todo, ambos expressos em escala de 1 a 5.

A Meta 12 do PME estabelece elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos,

assegurada a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. Em Bagé, o esforço concentrou-se na interiorização e na diversificação da oferta de cursos, aproveitando a infraestrutura das instituições públicas instaladas. A Tabela 2 reúne os indicadores da meta e de suas estratégias, e a seguir cada estratégia é analisada individualmente.

Tabela 2 – Indicadores da Meta 12 no Município de Bagé

Indicador	Meta PME	Bagé 2015	Bagé 2024	Fonte
Total de matrículas na graduação (todas as redes e modalidades)	–	6.927	8.072	Censo da Educação Superior 2015 e 2024 – INEP
Taxa bruta de matrícula (matrículas / pop. 18–24 anos: 11.964 – Censo IBGE 2022)	50%	57,9%	67,5%	Censo da Educação Superior/INEP; IBGE
Taxa líquida de matrícula (matrículas de pessoas de 18–24 anos / pop. 18–24 anos)	33%	26,2%	29,9%	Censo da Educação Superior/INEP; IBGE
Ingressantes nas IES públicas / total de ingressantes	40% das novas matrículas no segmento público	33,4%	12,3%	Censo da Educação Superior/INEP
Matrículas EAD / total (variação estrutural)	–	1.334 (19,3%)	4.539 (56,2%)	Censo da Educação Superior/INEP
Vagas noturnas das IES públicas presenciais / vagas públicas presenciais (12.2)	≥ 1/3	42,8%	44,4%	Censo da Educação Superior/INEP
Matrículas públicas por docente em exercício nas IES públicas de Bagé (12.2) ¹	18 alunos/prof.	1,1	0,8	Censo da Educação Superior/INEP
Estudantes com apoio social (PNAES) nas IES públicas (12.3)	–	255	361	Censo da Educação Superior/INEP
Matrículas com FIES (12.8)	–	1.231 (17,8%)	196 (2,4%)	Censo da Educação Superior/INEP

Indicador	Meta PME	Bagé 2015	Bagé 2024	Fonte
Matrículas com PROUNI (12.8)	–	716 (10,3%)	328 (4,1%)	Censo da Educação Superior/INEP
Estudantes com deficiência matriculados (12.9)	–	40	105	Censo da Educação Superior/INEP
Ingressantes pelo ENEM / total de ingressantes (12.14)	–	30,4%	19,1%	Censo da Educação Superior/INEP

Fonte: Censo da Educação Superior 2015 e 2024 (INEP); população de 18 a 24 anos: Censo IBGE 2022. Nota: (1) O Censo não desagrega o corpo docente por campus; o número de docentes utilizado é o total de cada IES, o que subestima a relação real nos campi locais.

A estratégia 12.1 prevê otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. A atuação da UNIPAMPA, do IFSul e da UERGS consolidou Bagé como polo de educação superior para municípios vizinhos, como Aceguá, Candiota e Hulha Negra. A expansão da oferta pública ocorreu, porém em ritmo limitado pelas restrições orçamentárias federais a partir de 2019. Pelo Censo da Educação Superior, as IES públicas presenciais de Bagé (UNIPAMPA, IFSul e UERGS) tinham 1.630 matrículas em 2015 e 1.288 em 2024, com queda de 21,0%; as matrículas nas IES privadas presenciais e nos polos EAD cresceram de 5.297 para 6.784 no mesmo período.

A estratégia 12.2 prevê elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%, ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18, mediante aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas. Essa estratégia permanece em análise. O tempo médio de conclusão da graduação ainda supera o previsto nos projetos pedagógicos, e a evasão nos primeiros semestres permanece elevada, o que indica dificuldade para atingir a taxa de conclusão de 90%. Quanto ao turno, 54,7% dos concluintes das IES públicas inscritos no ENADE 2023 cursavam graduação noturna, indício favorável ao critério de um terço das vagas em cursos noturnos. Os dados do Censo mostram que essa estratégia é PARCIALMENTE CUMPRIDA: as vagas noturnas nas IES públicas presenciais (44,4% em 2024) superaram o mínimo de um terço, mas a taxa de conclusão aproximada ficou entre 22% e 29% nas públicas e 54% a 71% nas privadas, abaixo das metas de 90% e 75%, e a relação matrículas/docente (0,8 em 2024) ficou aquém das 18 previstas.

A estratégia 12.3 prevê desenvolver ações de formação continuada dos professores, com foco nas relações professor-aluno, no processo didático-pedagógico, nas práticas educativas e na avaliação, bem como atendimento aos discentes para sua permanência e êxito nos estudos; propor novos cursos noturnos ou realocar cursos existentes para o turno noturno. Essa estratégia foi considerada

PARCIALMENTE CUMPRIDA. Foram criadas comissões de acompanhamento da evasão e mantidos os auxílios de moradia e alimentação. Nas instituições federais, esses auxílios são financiados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7.234/2010 e convertido em política nacional pela Lei nº 14.914/2024; contudo, seus valores foram defasados pela inflação. Entre os concluintes das IES públicas inscritos no ENADE 2023, 41,7% declararam ter recebido algum auxílio permanência durante a graduação (39,8% na UNIPAMPA); nas privadas, apenas 1,9%. Entre os licenciandos da UNIPAMPA avaliados no ENADE 2025, 27,9% receberam auxílio permanência, 73,3% trabalharam durante o curso e 41,9% relataram algum fator que dificultou sua permanência, sobretudo a falta de recursos para se manter e a necessidade de trabalhar (Tabela 9). As taxas de evasão permanecem altas, sobretudo nas engenharias e nos cursos da área de ciências exatas, os dados do Censo 2024 apontam as maiores taxas de desvinculamento/matricula na UNIPAMPA: Música (59%), Letras – Português e Literaturas (50%), Engenharia de Alimentos (37%) e Engenharia de Energia (35%); no IFSul: Alimentos (39%); na URCAMP presencial: Pedagogia (50%) e Educação Física (29%); na IDEAU: Ciências Contábeis (63%) e Administração (43%). O Censo 2024 confirma que as vagas noturnas nas IES públicas presenciais corresponderam a 44,4% das vagas totais, superando o mínimo de um terço.

A estratégia 12.4 prevê fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores da educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para áreas com déficit de profissionais, com projetos de extensão e formação continuada dos docentes das redes de ensino, considerando a demanda do Município de Bagé. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica fortaleceram as licenciaturas ofertadas no município, com atuação nas escolas das redes públicas. Conforme o e-MEC, a UNIPAMPA oferta presencialmente, em Bagé, 6 licenciaturas (Física, Matemática, Química, Música, Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa e Letras – Línguas Adicionais) e 5 licenciaturas semipresenciais (Letras – Português, Pedagogia, Ciências da Natureza, Geografia e História). A UERGS oferta Pedagogia presencial. No ENADE das Licenciaturas 2025, foram avaliados cursos da UNIPAMPA (Física, Química, Matemática, Música e Letras – Português presenciais; Letras – Português, História e Geografia semipresenciais) e da

URCAMP (Ciências Biológicas, Educação Física e Pedagogia). Nas áreas de ciências e matemática priorizadas pela estratégia, o desempenho foi baixo: Física, Química e Matemática ficaram com conceito 1 (Tabela 8). Entre os licenciandos da UNIPAMPA, 40,7% participaram do PIBID ou da Residência Pedagógica, 77,9% pretendem exercer o magistério e 75,6% pretendem atuar como professores em escola pública nos próximos cinco anos (Tabela 9), o que reforça o vínculo dessas licenciaturas com as redes de ensino.

A estratégia 12.5 foi vetada na sanção da Lei Municipal nº 5.515/2015.

A estratégia 12.6 prevê assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão universitária, prioritariamente em áreas de grande pertinência social, com previsão nos projetos institucionais e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. A curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, foi implementada nos PPCs, documentos que definem os objetivos, a organização curricular e a carga horária de cada curso de graduação.

A estratégia 12.7 prevê ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior, ampliando a parceria das IES com entidades públicas e privadas do município, conforme a legislação vigente. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. Houve ampliação dos convênios com a Prefeitura Municipal e com empresas locais, por meio do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e de outros agentes de integração, nos termos da Lei nº 11.788/2008.

A estratégia 12.8 prevê ampliar a participação de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante políticas afirmativas, destinando 40% das vagas das IES públicas a estudantes advindos dessas políticas e ampliando essa participação nas instituições particulares e comunitárias, em parceria com o governo federal. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA. Nas instituições federais, a Lei nº 12.711/2012 (alterada pelas Leis nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023) reserva, no mínimo, 50% das vagas a egressos de escola pública, com subcotas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, percentual superior aos 40% previstos. No ENADE 2023, 40,6% dos concluintes das IES públicas de Bagé declararam ter ingressado por ação afirmativa (42,0% na UNIPAMPA). Nas instituições privadas e comunitárias, esse percentual foi

de 26,6%, e o acesso foi ampliado pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) e pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): 20,1% dos concluintes dessas instituições tiveram bolsa do PROUNI e 37,4% contaram com o FIES; na IDEAU, 33,3% utilizaram financiamento oferecido pela própria instituição. Entre os licenciandos da UNIPAMPA avaliados no ENADE 2025, 39,5% ingressaram por ação afirmativa, percentual inferior ao das IES públicas do Rio Grande do Sul (44,9%) e do país (45,1%) (Tabela 9). Registre-se que os novos contratos do FIES caíram de forma acentuada em todo o país a partir de 2015, com a mudança das regras do programa, e novamente com o Novo FIES, implantado em 2018.

A estratégia 12.9 prevê assegurar condições de acessibilidade nas IES, com melhorias físicas e estruturais nos prédios, aquisição de materiais e instrumentos que auxiliem o aprendizado dos estudantes com deficiência e formação constante de professores e técnicos. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA. Foram implantados núcleos de acessibilidade e realizadas adaptações arquitetônicas e pedagógicas orientadas pela Lei nº 13.146/2015, mas ainda há carência de tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em tempo integral.

A estratégia 12.10 prevê consolidar e ampliar programas de incentivo à mobilidade estudantil e docente na graduação e na pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, participando de editais do governo federal e de convênios. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA. Os programas de mobilidade acadêmica regional estão ativos, mas a mobilidade internacional é reduzida: no ENADE 2023, apenas 3,5% dos concluintes de Bagé declararam ter participado de programas ou atividades curriculares no exterior, e somente 1,9% por meio de programas institucionais ou governamentais.

A estratégia 12.11 prevê expandir o atendimento específico às populações do campo e às comunidades indígenas e quilombolas quanto a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações, por meio de programas específicos implantados progressivamente em parceria. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA.

A estratégia 12.12 prevê mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de nível superior, sobretudo em ciências e matemática, realizando levantamentos junto às gestões das redes de ensino para identificar áreas com carência de

profissionais e orientar a criação de novos cursos. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA.

A estratégia 12.13 prevê institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. As bibliotecas da UNIPAMPA e da URCAMP foram modernizadas, com acesso a bases de dados internacionais.

A estratégia 12.14 prevê aderir a processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior, incluindo gradativamente a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de ingresso. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. UNIPAMPA, IFSul e UERGS ofertam vagas em Bagé pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que seleciona candidatos pela nota do ENEM, e a nota do exame também é requisito para o PROUNI e o FIES nas instituições privadas.

A estratégia 12.15 prevê estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública, definindo em editais e instruções normativas critérios de reopção, reingresso, transferência e outros. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. A UNIPAMPA e o IFSul implementaram editais de vagas remanescentes e de transferência voluntária, maximizando a ocupação. Pelo Censo, os ingressantes pelas vagas remanescentes nas IES públicas de Bagé somaram 51 em 2015, cresceram para 82 em 2018 e recuaram para 39 em 2021; os microdados de 2022 a 2024 não incluem essa variável.

A estratégia 12.16 prevê fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) nas áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação, com investimentos em laboratórios e equipamentos. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA. Persiste a necessidade de atualização constante dos laboratórios de alta complexidade, especialmente nas engenharias e nos cursos de tecnologia (UNIPAMPA, URCAMP, IFSul).

Entre os avanços mais significativos da Meta 12, a consolidação da UNIPAMPA como instituição multicampi transformou o perfil socioeconômico de Bagé, promovendo a interiorização da educação superior pública. A curricularização da extensão permitiu que o conhecimento acadêmico chegasse à comunidade, por meio de projetos nas áreas de engenharia, saúde e educação. Destacam-se também

a modernização dos acervos e a manutenção da política de assistência estudantil, com auxílios de moradia e alimentação, fundamental para a permanência de estudantes oriundos de outras regiões.

Persistem, contudo, desafios importantes: a evasão, evidenciada pela taxa de conclusão aproximada de 22% a 29% nas IES públicas presenciais (frente à meta de 90%), com desvinculamentos expressivos em Música (59%), Letras – Português e Literaturas (50%), Engenharia de Alimentos (37%) e Engenharia de Energia (35%) na UNIPAMPA em 2024; e de 54% a 71% nas IES privadas presenciais (meta: 75%); a necessidade de atualização constante dos laboratórios de alta complexidade; o tempo médio de graduação, ainda superior ao previsto nos projetos pedagógicos; e a recomposição dos valores dos auxílios estudantis, defasados pela inflação. Em síntese, das 16 estratégias da Meta 12, sete foram cumpridas, sete foram parcialmente cumpridas, uma permanece em análise e uma foi vetada.

ANÁLISE DA META 13 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Como mostra a Tabela 4, o conjunto das IES presenciais de Bagé supera ambas as metas do PME: 87,6% de mestres e doutores (meta: 75%) e 54,7% de doutores (meta: 35%), conforme o indicador oficial do INEP para 2024. As IES públicas federais (97,1% M+D; 85,1% D) e a estadual (100% M+D; 57,1% D) estão muito acima das metas. A IDEAU (100% M+D; 34,6% D) atingiu a meta de M+D e está muito próxima da de doutores. A URCAMP (70% M+D; 28% D) é a única instituição abaixo de ambas as metas.

Tabela 4 – Titulação do corpo docente das IES de Bagé

Recorte (presencial, 2024)	M+D (%)	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Situação (meta: 75% M+D e 35% D)
Total – Bagé	87,6	33,0	54,7	Ambas as metas atingidas
Pública federal (UNIPAMPA + IFSul)	97,1	12,0	85,1	Acima da meta
Pública estadual (UERGS)	100,0	42,9	57,1	Acima da meta
Privada c/ fins lucrativos (IDEAU)	100,0	65,4	34,6	M+D atingida; doutores próximos da meta
Privada s/ fins lucrativos (URCAMP)	70	42	28	Abaixo de ambas as metas

Fonte: INEP – Percentual de Docentes em Exercício com Pós-Graduação Stricto Sensu nos Cursos de Educação Superior Presencial por Município, 2024. O indicador considera os docentes que atuam nos cursos presenciais em Bagé, independentemente da sede da IES.

Tabela 5 – Indicadores de desempenho da Meta 13

Indicador	Meta PME	Bagé (último dado disponível)	Fonte
Taxa de Conclusão Acumulada (TCA) – coorte 2020, referência 2024 ¹ (13.6)	90% pub.; 75% priv.	TCA: UNIPAMPA 4,8%; IFSul 15,2%; UERGS 31,1%; URCAMP 40,9%; IDEAU 30,2% (coorte 2020, ref. 2024)	Indicadores de Trajetória 2024 – INEP
Participantes com nota geral ≥ 60 no ENADE 2023 (bacharelados/tecnólogos) (13.6)	60%	10,5% (públ. 2,2%; priv. 14,1%)	Microdados ENADE 2023/INEP
Participantes com nota geral ≥ 75 no ENADE 2023 (13.6)	75%	0,7% (públ. 0,0%; priv. 0,9%)	Microdados ENADE 2023/INEP
Concluintes proficientes – ENADE das Licenciaturas 2025 (13.6)	60% ²	56,8% (UNIPAMPA 56,7%; URCAMP 57,1%)	Microdados ENADE Licenciaturas 2025/INEP
Técnicos-administrativos com mestrado ou doutorado (13.7)	–	UNIPAMPA: 41,8%; IFSul: 38,5% (2024)	Censo da Educação Superior 2024/INEP ³

Fonte: microdados do ENADE 2023, ENADE das Licenciaturas 2025 e Indicadores de Trajetória 2024 (INEP). (1) TCA oficial do INEP para a coorte de 2020 acompanhada até 2024; para cursos de 5–6 anos (UNIPAMPA/IFSul), a integralização prevista é 2025–2026. (2) Na metodologia de 2025, 60% de proficientes corresponde ao limite inferior do conceito 3. (3) Dados do total da IES.

A estratégia 13.1 prevê estimular a participação dos estudantes, com vista à ampliação do quantitativo, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. No ENADE 2023, 95,0% dos concluintes inscritos em Bagé participaram do exame (305 de 321), percentual superior ao do Rio Grande do Sul (91,4%) e do Brasil (85,5%). A menor taxa ocorreu na UNIPAMPA (85,4%), sobretudo em Engenharia de Computação (70,0%), conforme as Tabelas 6 e 7. O ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, que também prevê avaliações in loco de cursos e instituições.

A estratégia 13.2 prevê induzir processo contínuo de autoavaliação das IES, fortalecendo as comissões próprias de avaliação e os instrumentos que orientem as dimensões a serem fortalecidas, com destaque para a qualificação e a dedicação do

corpo docente, estruturando a Comissão Própria de Avaliação e os Núcleos Docentes Estruturantes. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. Há atuação efetiva, em todas as IES, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – órgão previsto na Lei nº 10.861/2004, responsável pela autoavaliação da instituição – e dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) – grupos de professores de cada curso responsáveis pela elaboração, acompanhamento e atualização do PPC, conforme a Resolução CONAES nº 1/2010.

A estratégia 13.3 prevê promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, integrando-os às demandas das redes de educação básica e reformulando seus Projetos Pedagógicos à luz dessas demandas e das avaliações internas e externas. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA. Os PPCs são revisados periodicamente em alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) – normas do Conselho Nacional de Educação que orientam a organização dos cursos –, em especial às DCNs para a formação inicial de professores (Resolução CNE/CP nº 2/2019, substituída pela Resolução CNE/CP nº 4/2024). Entretanto, os resultados do ENADE das Licenciaturas 2025 mostram desempenho desigual: 56,8% dos concluintes participantes de Bagé foram considerados proficientes, abaixo do percentual do Rio Grande do Sul (73,4%); os conceitos dos cursos variaram de 1 a 4, e a participação nas licenciaturas a distância foi baixa (Tabela 8).

A estratégia 13.4 prevê elevar o padrão de qualidade das universidades, de modo que realizem pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu. Essa estratégia foi considerada CUMPRIDA. Houve expansão de mestrados e doutorados sediados em Bagé (por exemplo, nas áreas de Ensino de Línguas e Ciência da Computação). No ENADE 2023, 32,3% dos concluintes das IES públicas declararam ter recebido bolsa de iniciação científica durante a graduação (30,7% na UNIPAMPA), contra 4,7% nas instituições privadas; entre os licenciandos da UNIPAMPA avaliados em 2025, esse percentual foi de 14,0%, e 11,6% tiveram bolsa de extensão. Registra-se, contudo, redução das bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

A estratégia 13.5 prevê fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, para potencializar a atuação regional, inclusive por

meio de plano de desenvolvimento institucional integrado. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA. Existem parcerias, mas falta um consórcio formal permanente entre as instituições públicas locais.

A estratégia 13.6 prevê elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% nas universidades públicas e 75% nas instituições privadas, em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em cinco anos, ao menos 60% dos estudantes apresentem desempenho igual ou superior a 60% no ENADE e, no último ano de vigência, ao menos 75% obtenham desempenho igual ou superior a 75%, em cada área de formação. Essa estratégia foi considerada NÃO CUMPRIDA O indicador de trajetória do INEP para a coorte de 2020 mostra TCA de 4,8% na UNIPAMPA, 15,2% no IFSul e 31,1% na UERGS (meta: 90%), e 40,9% na URCAMP e 30,2% na IDEAU (meta: 75%). A ressalva essencial é que a maioria dos cursos da UNIPAMPA e do IFSul tem prazo de 5–6 anos (previstos para 2025–2026), de modo que a coorte de 2020 ainda não atingiu o prazo em 2024. A Taxa de Desistência Acumulada (TDA) foi de 78,8% na UNIPAMPA, 68,6% no IFSul, 37,9% na URCAMP e 30,8% na IDEAU.

A estratégia 13.7 prevê promover a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, fortalecendo os planos de carreira e o cumprimento das normas sobre formação. Essa estratégia foi considerada PARCIALMENTE CUMPRIDA. Nas instituições federais, a carreira é regida pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei nº 11.091/2005), que prevê incentivo à qualificação e programas de capacitação. O Censo da Educação Superior mostra que o percentual de técnicos-administrativos com mestrado ou doutorado cresceu na UNIPAMPA (de 16,3% em 2015 para 41,8% em 2024), no IFSul (de 13,1% para 38,5%) e na UERGS (de 1,5% para 20,5%). Nas instituições privadas (URCAMP e IDEAU), os percentuais permanecem abaixo de 25%.

Entre os avanços da Meta 13, o indicador oficial do INEP (2024) confirma que o conjunto das IES presenciais de Bagé superou ambas as metas de titulação docente: 87,6% de mestres e doutores e 54,7% de doutores. O fortalecimento da pós-graduação stricto sensu elevou o patamar da pesquisa local. Destacam-se também a elevada participação no ENADE 2023 (95,0% dos inscritos) e a presença expressiva de bolsas de iniciação científica e auxílios estudantis entre os concluintes das IES públicas.

O desempenho no ENADE 2023, que avaliou os bacharelados e cursos superiores de tecnologia, merece atenção. A Tabela 6 apresenta a participação e o desempenho por instituição, e a Tabela 7 detalha os resultados de cada curso. A nota geral média dos participantes de Bagé foi de 43,6, inferior à do Rio Grande do Sul (51,9) e à do Brasil (48,3). Nas IES públicas, a média no componente específico (36,5) ficou bem abaixo da média em formação geral (49,0), o que indica que a maior fragilidade está nos conteúdos próprios das áreas, sobretudo nas engenharias da UNIPAMPA.

Tabela 6 – Participação e desempenho no ENADE 2023, por instituição

Instituição	Cursos avaliados	Inscritos	Participantes	Taxa de participação (%)	Nota geral média	Nota geral ≥ 60 (%)
UNIPAMPA	4	97	82	85,4	38,4	0,0
IFSul	1	9	9	100,0	50,8	22,2
URCAMP	11 ¹	179	178	99,4	46,1	15,8
IDEAU	2	37	36	97,3	41,0	5,6
Bagé – IES públicas	5	106	91	86,7	39,6	2,2
Bagé – IES privadas	13	216	214	99,1	45,2	14,1
Bagé – total	18	322	305	95,0	43,6	10,5

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do ENADE 2023 (INEP). Notas: (1) 8 presenciais e 3 a distância; (2) todas as áreas avaliadas no ENADE 2023, cuja composição difere da de Bagé. A taxa de participação exclui os ausentes por múltiplas inscrições; o percentual de nota ≥ 60 considera os participantes com resultado válido.

Conforme os conceitos oficiais do ENADE 2023 divulgados pelo INEP, nenhum curso de Bagé alcançou conceito 5: um ficou na faixa 4 (Tecnologia em Estética e Cosmética – URCAMP EAD), oito na faixa 3, sete na faixa 2 e um na faixa 1 (Engenharia de Produção – URCAMP EAD). Um curso ficou sem conceito por ter apenas um participante válido (Tecnologia em Gestão Ambiental – URCAMP EAD). Os resultados calculados pelos microdados coincidem exatamente com os conceitos oficiais. Doze dos dezesseis cursos com conceito ficaram abaixo da média nacional de sua área, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 – Resultados do ENADE 2023, por curso

IES	Curso	Mod.	Insc.	Part.	Nota geral média	Média da área (BR)	Conceito
UNIPAMPA	Engenharia de	Pres.	14	14	40,9	46,2	2

IES	Curso	Mod.	Insc.	Part.	Nota geral média	Média da área (BR)	Conceito
	Alimentos						
UNIPAMPA	Engenharia de Computação	Pres.	31	21	42,5	46,2	3
UNIPAMPA	Engenharia de Produção	Pres.	27	25	39,1	39,6	3
UNIPAMPA	Engenharia Química	Pres.	25	22	32,1	39,7	2
IFSul	Agronomia (Engenharia Agrônômica)	Pres.	9	9	50,8	50,5	3
URCAMP	Agronomia	Pres.	18	18	41,8	50,5	2
URCAMP	Arquitetura e Urbanismo	Pres.	16	16	55,3	56,9	3
URCAMP	Enfermagem	Pres.	23	23	49,6	48,4	3
URCAMP	Engenharia Civil	Pres.	10	10	40,9	41,8	3
URCAMP	Farmácia	Pres.	25	25	41,4	44,5	2
URCAMP	Fisioterapia	Pres.	24	24	51,6	53,7	3
URCAMP	Medicina Veterinária	Pres.	36	35	48,0	48,7	3
URCAMP	Nutrição	Pres.	21	21	39,8	48,7	2
URCAMP	Engenharia de Produção	EAD	3	3	25,6	39,6	1
URCAMP	Tecnologia em Estética e Cosmética	EAD	2	2	54,0	42,8	4
URCAMP	Tecnologia em Gestão Ambiental	EAD	1	1	–	44,7	SC
IDEAU	Agronomia	Pres.	14	14	39,9	50,5	2
IDEAU	Medicina Veterinária	Pres.	23	22	41,6	48,7	2

Fonte: INEP – Conceito Enade 2023 (planilha oficial, 2024); nota geral média calculada a partir dos microdados do ENADE 2023. Os conceitos oficiais coincidem com os calculados pelos microdados. Insc. = concluintes inscritos; Part. = participantes; Pres. = presencial; EAD = a distância; BR = Brasil. "Engenharia de Computação" consta no sistema INEP como "Engenharia de Computação I". SC = sem conceito (apenas 1 participante).

No caso das licenciaturas, os dados mais recentes são os do ENADE das Licenciaturas 2025, cujos resultados foram divulgados pelo INEP em maio de 2026. Em Bagé, foram avaliados 11 cursos – oito da UNIPAMPA e três da URCAMP –, com 120 concluintes aptos e 74 participantes, o que corresponde a uma taxa de participação de 61,7%, inferior à do Rio Grande do Sul (79,5%) e à do Brasil (69,7%). A baixa participação concentrou-se nos cursos a distância da UNIPAMPA (49,3%), sobretudo em História (18,5%). Dos participantes, 56,8% foram considerados proficientes, percentual próximo ao nacional (57,8%), mas bem inferior ao do Rio Grande do Sul (73,4%) e ao das instituições públicas do país (74,9%); na UNIPAMPA, o percentual foi de 56,7%.

Os resultados variam muito entre os cursos, como mostra a Tabela 8. Música alcançou 83,3% de proficientes e conceito 4, embora metade dos inscritos não tenha realizado a prova, e Letras – Português presencial obteve 70,0% e conceito 3. Já Física (0,0%), Matemática (33,3%) e Química (37,5%) ficaram no conceito 1, justamente nas áreas de ciências e matemática priorizadas pela estratégia 12.4. Como vários cursos tiveram poucos participantes, esses percentuais devem ser lidos com cautela. Os conceitos foram confirmados com a planilha oficial publicada pelo INEP em 2024.

Tabela 8 – Resultados do ENADE das Licenciaturas 2025, por curso

IES	Licenciatura	Mod.	Insc.	Part.	Taxa de participação (%)	Profic. (%)	Profic. na área – BR (%)	Conceito
UNIPAMPA	Física	Pres.	2	2	100,0	0,0	55,9	1
UNIPAMPA	Letras – Português	Pres.	12	10	83,3	70,0	64,0	3
UNIPAMPA	Matemática	Pres.	6	6	100,0	33,3	43,6	1
UNIPAMPA	Música	Pres.	12	6	50,0	83,3	39,1	4
UNIPAMPA	Química	Pres.	9	8	88,9	37,5	70,3	1
UNIPAMPA	Geografia	EAD	1	0	0,0	–	72,1	SC
UNIPAMPA	História	EAD	27	5	18,5	60,0	76,0	3
UNIPAMPA	Letras – Português	EAD	43	30	69,8	60,0	64,0	3
URCAMP	Ciências Biológicas	Pres.	2	2	100,0	50,0	77,4	2
URCAMP	Educação Física	Pres.	3	2	66,7	50,0	56,3	2
URCAMP	Pedagogia	EAD	3	3	100,0	66,7	52,7	3
Bagé – total	11 cursos		120	74	61,7	56,8	–	–

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do ENADE das Licenciaturas 2025 (INEP). Insc. = concluintes inscritos, excluídos os ausentes por múltiplas inscrições; Part. = participantes com resultado válido; Pres. = presencial; EAD = a distância; BR = Brasil; Profic. = concluintes proficientes, com pontuação igual ou superior a 50. Conceito calculado pelas faixas da Nota Técnica INEP nº 8/2026; SC = sem conceito.

O Questionário do Estudante de 2025 permite também caracterizar os licenciandos, como mostra a Tabela 9. Na UNIPAMPA, 73,3% dos concluintes trabalharam durante a maior parte do curso e 73,3% têm renda familiar de até três salários-mínimos; 41,9% relataram algum fator que dificultou sua permanência. Por outro lado, 40,7% participaram do PIBID ou da Residência Pedagógica, e 75,6%

pretendem atuar como professores em escola pública nos próximos cinco anos, percentual superior ao das IES públicas do Rio Grande do Sul (73,0%) e do país (70,4%). Esse dado indica o potencial dessas licenciaturas para suprir a demanda das redes de ensino da região.

Tabela 9 – Perfil e trajetória dos concluintes das licenciaturas, ENADE 2025 (%)

Indicador	UNIPAMPA	URCAMP	Bagé	IES públicas – RS	IES públicas – Brasil
Ingressaram por ação afirmativa	39,5	28,6	38,7	44,9	45,1
Receberam auxílio permanência	27,9	0,0	25,8	27,5	31,0
Participaram do PIBID e/ou da Residência Pedagógica	40,7	14,3	38,7	49,4	37,6
Receberam bolsa de iniciação científica	14,0	0,0	12,9	18,9	15,5
Receberam bolsa de extensão	11,6	0,0	10,8	15,9	10,9
Trabalharam durante a maior parte do curso	73,3	85,7	74,2	75,6	70,1
Relataram fator que dificultou a permanência	41,9	57,1	43,0	53,3	58,8
Renda familiar de até 3 salários-mínimos	73,3	57,1	72,0	68,7	74,8
Pretendem exercer o magistério	77,9	85,7	78,5	77,5	80,2
Pretendem atuar como professores em escola pública em cinco anos	75,6	85,7	76,3	73,0	70,4
Respondentes (n)	86	7	93	2.403	79.068

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do ENADE das Licenciaturas 2025 – Questionário do Estudante (INEP). Percentuais sobre os concluintes que responderam a cada questão. Os dados da URCAMP referem-se a apenas 7 respondentes.

Assim, os principais desafios da Meta 13 são o desempenho no ENADE, já que apenas 10,5% dos participantes alcançaram nota geral igual ou superior a 60, frente à meta de 60%, e 12 dos 16 cursos com nota ficaram abaixo da média nacional de sua área; o componente específico, cuja média nas IES públicas (36,5) é bem inferior à de formação geral (49,0); a participação na UNIPAMPA, a menor entre as instituições (85,4%), com 70,0% em Engenharia de Computação; o desempenho das licenciaturas em ciências e matemática, com conceito 1 em Física, Química e Matemática; a baixa participação nas licenciaturas a distância (49,3%); a titulação na URCAMP (74,4% M+D; 23,7% D), única instituição abaixo das metas; e a alta TDA da coorte de 2020: 78,8% na UNIPAMPA, 68,6% no IFSul e 37,9% na URCAMP.

Das sete estratégias da Meta 13, três foram cumpridas, três foram parcialmente cumpridas e uma não foi cumprida, conforme a Tabela 10.

No campo da inclusão e da acessibilidade, a aplicação da Lei nº 12.711/2012, alterada pelas Leis nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023, garantiu nas instituições federais a reserva de vagas para egressos de escola pública, com subcotas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Complementarmente, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) orientou a adaptação arquitetônica e pedagógica dos campi.

No campo da qualidade e da avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, consolidou-se como a base da gestão da qualidade. Ele articula a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (ENADE) e é operacionalizado localmente pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), que produzem relatórios anuais de autoavaliação utilizados no planejamento estratégico das IES.

Para o acesso à educação superior, recomenda-se implementar programas de mentoria acadêmica para reduzir a evasão nos semestres iniciais; criar um Observatório de Egressos municipal para mapear a inserção profissional e ajustar a oferta de cursos às demandas locais; e instituir o monitoramento anual dos indicadores das metas de educação superior, com base no Censo da Educação Superior e no ENADE, sempre com as fontes explicitadas.

Para a qualidade da educação superior, recomenda-se formalizar o Consórcio de Instituições Públicas de Bagé para compartilhamento de laboratórios e bibliotecas; fomentar a criação de novos programas de doutorado em áreas tecnológicas e da saúde, articulados aos cursos de graduação já ofertados no município, como Ciência da Computação e Ensino de Línguas, já sediados em Bagé, e em áreas de saúde e agrárias, tendo em vista os cursos de graduação existentes na UNIPAMPA, IFSul e URCAMP; instituir ações de apoio ao desempenho acadêmico com foco no componente específico das áreas, em especial nas engenharias, e ampliar a participação no ENADE nos cursos com menor adesão; estimular a qualificação docente nas instituições privadas, cujo percentual de doutores está abaixo de 35%; e fortalecer as licenciaturas em ciências e matemática, em articulação com as redes de ensino, diante dos resultados de Física, Química e Matemática no ENADE das Licenciaturas 2025.

Quanto à educação a distância, recomenda-se estabelecer um protocolo municipal de monitoramento da qualidade dos polos EAD, com base nos indicadores publicados pelo INEP (CPC e IGC) para as instituições mantenedoras, e acompanhar a transição das licenciaturas a distância sediadas no município para os formatos presencial ou semipresencial, exigida pelo Decreto nº 12.456/2025, que vedou a oferta de licenciaturas a distância, com atenção à baixa participação desses cursos no ENADE.

O diagnóstico das Metas 12 e 13 do PME de Bagé, no período de 2015 a 2025, revela um cenário de maturidade institucional. Das 16 estratégias da Meta 12, sete foram cumpridas, sete foram parcialmente cumpridas, uma permanece em análise e uma foi vetada; das sete estratégias da Meta 13, três foram cumpridas, três foram parcialmente cumpridas e uma não foi cumprida. A taxa bruta de matrícula de Bagé (67,5% em 2024) supera a meta nacional de 50%, mas a taxa líquida (29,9%) fica abaixo dos 33% previstos e praticamente não avançou em relação a 2015 (26,2%). A expansão veio quase inteiramente do EAD: as matrículas a distância passaram de 1.334 em 2015 para 4.539 em 2024, enquanto as das IES públicas caíram de 1.630 para 1.288. O conjunto das IES presenciais de Bagé superou ambas as metas de titulação docente (87,6% M+D; 54,7% D), com a URCAMP como única exceção. A TDA da coorte de 2020 é o achado mais preocupante: 78,8% na UNIPAMPA, 68,6% no IFSul e 37,9% na URCAMP. No ENADE 2023, a participação foi elevada (95,0%), mas apenas 10,5% dos participantes atingiram nota geral igual ou superior a 60, frente à meta de 60%; nas licenciaturas, avaliadas em 2025, 56,8% foram considerados proficientes, com resultados críticos em Física, Química e Matemática. A melhoria dos resultados de aprendizagem, a retenção estudantil e a taxa de conclusão permanecem como os principais desafios. Esses resultados baseiam-se nos dados mais recentes disponíveis: o Censo da Educação Superior 2024, o ENADE 2023 (bacharelados e tecnólogos) e o ENADE das Licenciaturas 2025.

Como subsídio para o Plano Municipal de Educação 2026–2036, recomenda-se que o foco migre da expansão quantitativa para a consolidação qualitativa, com metas acompanhadas de indicadores e fontes definidos, e para a integração entre as instituições de ensino superior e o desenvolvimento produtivo regional.

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Significado
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT	Instituição Científica e Tecnológica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSul	Instituto Federal Sul-rio-grandense
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PME	Plano Municipal de Educação
PNAES	Programa (atualmente política) Nacional de Assistência Estudantil
PND	Prova Nacional Docente
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROUNI	Programa Universidade para todos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

REFERÊNCIAS

BAGÉ. Lei Municipal nº 5.515, de 12 de agosto de 2015. *Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências*. Bagé: Câmara Municipal de Bagé, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.* Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. *Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.* Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o estágio de estudantes.* Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.* Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. *Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.* Brasília, DF: MEC/CONAES, 2010. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CONAES_RES_CONAESN12010.pdf. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.* Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.* Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).* Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. *Altera a Lei nº 12.711/2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência.* Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104251-rces007-18/file>. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica*. Brasília, DF: MEC/CNE, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. *Altera a Lei nº 12.711/2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio*. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. *Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica*. Brasília, DF: MEC/CNE, 2024. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN42024.pdf. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. *Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)*. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. *Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14934.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. *Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017*. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Sistema e-MEC: consulta avançada de cursos e instituições de educação superior*. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: resultados do universo – características da população e dos domicílios.* Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Conceito Enade 2023: planilha de resultados por curso.* Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/enade/resultados>. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Indicadores de Trajetória dos Alunos nos Cursos de Graduação da Educação Superior 2024 (coorte 2020).* Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Microdados do Censo da Educação Superior 2024.* Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/microdados/cento-da-educacao-superior>. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2023.* Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/microdados/enade>. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das Licenciaturas 2025.* Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/microdados/enade>. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Nota Técnica nº 8/2026: Conceito Enade para os cursos de licenciatura, a partir da edição de 2025.* Brasília, DF: INEP, 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Percentual de Docentes em Exercício com Pós-Graduação Stricto Sensu nos Cursos de Educação Superior Presencial por Município 2024.* Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em: 17 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). *Relatório de Gestão e Autoavaliação Institucional 2024.* Bagé: UNIPAMPA, 2024. Disponível em: <https://www.unipampa.edu.br>. Acesso em: 17 set. 2026.

Objetivo 16: Pós-Graduação Stricto Sensu

A construção do Objetivo 16 do Plano Municipal de Educação de Bagé (PME 2026–2036) fundamenta-se na análise dos resultados alcançados pelo Plano Municipal de Educação vigente no período de 2015 a 2025. Essa avaliação possibilitou identificar os avanços, as limitações e os aspectos que requerem continuidade ou aprimoramento no âmbito da pós-graduação stricto sensu no município, constituindo referência para a definição das prioridades do novo planejamento decenal.

Entre os principais resultados observados no período, destacam-se os avanços na expansão da pós-graduação stricto sensu em Bagé, impulsionados, principalmente, pela atuação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Houve ampliação da oferta de cursos de mestrado e doutorado, criação e consolidação de novos programas, fortalecimento da produção científica e crescente inserção em redes de pesquisa nacionais e internacionais. Esses movimentos ampliaram as possibilidades de qualificação acadêmica em nível avançado e de produção de conhecimento, contribuindo para a consolidação de Bagé como polo regional de ensino superior e pesquisa.

Apesar dos avanços registrados, a expansão ocorreu de maneira desigual, com questões relacionadas à ocupação das vagas ofertadas, à permanência dos estudantes, à internacionalização, à diversificação da oferta de programas e à articulação entre pesquisa, inovação e desenvolvimento regional. Também se identificou a necessidade de aprimorar os mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas. Diante desse cenário, considera-se que o Objetivo 16 do PME 2015–2025 foi parcialmente cumprido, apresentando resultados relevantes, mas também aspectos que demandam continuidade no próximo decênio.

Para 2026–2036, o Objetivo 16 estabelece como prioridades a ampliação e a qualificação das oportunidades de acesso ao mestrado e ao doutorado, a permanência dos estudantes, o fortalecimento da pesquisa e da inovação, a ampliação das ações de internacionalização e o aprimoramento do acompanhamento dos resultados. As estratégias correspondentes foram organizadas para viabilizar essas prioridades, considerando as possibilidades de atuação das instituições de ensino superior e sua articulação com o poder público.

A construção do PME 2026–2036 contou com a participação e o compromisso das instituições de ensino superior presentes em Bagé: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU), Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). A contribuição dessas instituições ampliou a compreensão das potencialidades e necessidades locais, reunindo diferentes experiências e conhecimentos relacionados ao ensino superior, à pesquisa e à inovação.

Esse envolvimento confere ao planejamento caráter coletivo e interinstitucional, aproximando o poder público das instituições de ensino superior e favorecendo a articulação de ações vinculadas às especificidades de Bagé e da região. A integração entre ensino, pesquisa e produção científica possibilita que o conhecimento acadêmico contribua para a compreensão e o enfrentamento de demandas sociais, educacionais, econômicas e ambientais presentes no território.

A pós-graduação *stricto sensu*, nesse contexto, constitui espaço de qualificação acadêmica avançada e de produção de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o aprimoramento profissional. A titulação de mestres e doutores, articulada às demandas do território, amplia a capacidade de investigação e pode subsidiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento educacional e regional.

A definição do Objetivo 16 e de suas estratégias considera, portanto, os resultados do PME 2015–2025, os dados levantados sobre a realidade local, as contribuições das instituições de ensino superior e as diretrizes do novo Plano Nacional de Educação (PNE). O conjunto proposto estabelece uma relação entre as prioridades identificadas e as ações necessárias à sua concretização, permitindo acompanhar sua implementação e avaliar os resultados ao longo do período de 2026 a 2036.

Objetivo 16:

Ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade dos programas de pós-graduação e foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o

desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do País.

Meta 16.a:

Ampliar o percentual de mestres e doutores na população, com o objetivo de alcançar a titulação anual de 60 (sessenta) mestres e 20 (vinte) doutores por 100.000 (cem mil) habitantes até o final da vigência deste PME, consideradas as necessidades sociais e do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, bem como as desigualdades regionais, raciais, linguísticas, socioeconômicas, de sexo, as pessoas com deficiência e as interseccionalidades, entendidas como as sobreposições dessas condições.

Estratégias:

- **Estratégia 16.1:** Fortalecer, em articulação com as instituições de ensino superior e os órgãos de fomento, a ampliação e a diversificação da oferta de cursos de mestrado e doutorado no município, priorizando áreas estratégicas para o desenvolvimento regional e estimulando programas interinstitucionais e em rede, bem como a expansão do sistema de pós-graduação com qualidade, mediante o fortalecimento do suporte pedagógico, técnico e administrativo às coordenações dos programas de pós-graduação.
- **Estratégia 16.2:** Ampliar o fomento à pesquisa nos programas de pós-graduação stricto sensu e a concessão de bolsas aos pós-graduandos, com valores adequados e com políticas e programas de assistência estudantil, com os objetivos de melhorar as condições de acesso, permanência e conclusão e de atrair pós-graduandos para a carreira científica.
- **Estratégia 16.3:** Promover a divulgação científica e a popularização da ciência, aproximando-a da sociedade, com o objetivo de difundir sua relevância e seu impacto no cotidiano das pessoas, bem como valorizar a carreira acadêmico-científica, cultural e artística, buscando fortalecer a articulação entre a pesquisa, a extensão, a comunidade externa e o mundo do trabalho, fomentando a integração

entre essas dimensões e contribuindo para a formação de pesquisadores comprometidos com as demandas e os desafios da sociedade.

- **Estratégia 16.4:** Promover a articulação entre a graduação e a pós-graduação, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, com financiamento adequado, incentivando a inserção da extensão na pós-graduação, a participação dos estudantes em estágios de docência, a iniciação à carreira científica e a integração dos trabalhos desenvolvidos entre esses níveis de formação, considerando as demandas e necessidades do contexto.
- **Estratégia 16.5:** Induzir a implementação, pelos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação, de políticas de ações afirmativas destinadas à promoção da equidade e da inclusão de grupos socialmente sub-representados, observados os princípios e diretrizes da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, asseguradas a representação e a participação social, a diversidade linguística e a igualdade de gênero.
- **Estratégia 16.6:** Instituir políticas de promoção do acesso, da permanência e da conclusão de cursos de pós-graduação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, especialmente para mulheres e outros grupos historicamente sub-representados, observados os princípios da equidade, da inclusão e da diversidade.
- **Estratégia 16.7:** Instituir e/ou articular com as instituições de ensino superior, em regime de colaboração, o sistema municipal de monitoramento da pós-graduação stricto sensu, com indicadores periódicos relativos à oferta, acesso, permanência, conclusão, produção científica e impacto social, assegurando a transparência das informações.
- **Estratégia 16.8:** Promover e fortalecer a articulação entre a formação pós-graduada e as demandas educacionais, sociais, culturais, econômicas, ambientais,

de políticas públicas e do mundo do trabalho, em um contexto de formação em direitos humanos, de desenvolvimento socioambiental sustentável e de uma sociedade diversa, inclusiva e equitativa, incentivando pesquisas voltadas ao desenvolvimento regional e à solução de problemas locais.

- **Estratégia 16.9:** Promover e fortalecer a internacionalização da pós-graduação *stricto sensu*, estimulando a mobilidade regional, nacional e internacional de pós-graduandos, docentes e pesquisadores, o desenvolvimento científico, a inovação e a competitividade internacional da pesquisa por meio da ampliação de parcerias com instituições estrangeiras, da participação em redes de pesquisa, da cooperação acadêmica e da produção científica qualificada em periódicos de reconhecimento internacional, visando à melhoria contínua da qualidade dos programas.
- **Estratégia 16.10:** Ampliar a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as agências de fomento à pós-graduação e pesquisa dos entes federativos subnacionais.
- **Estratégia 16.11:** Estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, incentivando projetos de pesquisa, captação de recursos, fortalecimento da infraestrutura de pesquisa e parcerias entre instituições de ensino superior, Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), setor público e iniciativa privada.
- **Estratégia 16.12:** Incluir e/ou manter atualizado nos censos da pós-graduação e nos registros administrativos das instituições e dos órgãos governamentais de educação superior, itens relativos ao perfil dos pós-graduandos, dos professores e dos funcionários, com vistas à orientação de políticas voltadas ao acesso e à permanência na educação superior, garantindo a publicação sistemática e a transparência dos dados.

- **Estratégia 16.13:** Promover a articulação entre os objetivos, metas e estratégias do PNE, do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e do Plano Municipal de Educação.

Dessa forma, o Objetivo 16 consolida o compromisso do município de Bagé com o fortalecimento da educação superior e da pós-graduação stricto sensu, reconhecendo a ciência como dimensão fundamental para a emancipação social, a inovação e o desenvolvimento sustentável ao longo do próximo decênio.

Objetivo 17: Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica

O presente diagnóstico, elaborado pelo grupo de trabalho da Meta 17 do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, apresenta a avaliação do Plano Municipal de Educação referente ao período de 2015 a 2025. O documento contempla o Eixo 5, relativo à temática "Valorização dos Profissionais da Educação", e abrange as Metas 15 (Política Nacional de Formação dos Professores de Graduação), 16 (Formação de Professores de Graduação), 17 (Valorização Profissional – Equiparação) e 18 (Planos de Carreira), bem como as suas respectivas estratégias.

A efetividade da política de formação e valorização do magistério dependia da existência de mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e produção de dados confiáveis, capazes de subsidiar o planejamento e a tomada de decisões. A ausência ou a insuficiência dessas informações dificultou a análise da evolução dos indicadores, o acompanhamento dos desafios e a implementação de ações corretivas, comprometendo o cumprimento das metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação.

Para tecer o diagnóstico, buscaram-se dados em fontes oficiais que concentram dados e estatísticos da Educação em nível nacional, filtrando-as para o cenário local sempre que houvesse possibilidade. Os meios utilizados para o resgate de dados e posterior cruzamento com o PME 2015-2025 são, principalmente, o Painel de Monitoramento do PNE e o Censo Escolar/ INEPData.

Ainda, o trabalho realizado pelo grupo da Meta 17 se deu com a revisão sistemática das metas equivalentes no PME anterior e suas respectivas estratégias, filtrando-as de modo a identificar quais se enquadram na proposta do atual Plano Nacional de Educação. Disso, observa-se que nem todas as estratégias anteriormente estabelecidas no Eixo 5 são de competência da atual Meta 17.

Na sequência, apresentam-se as observações realizadas pelo grupo:

Meta 15- Formação inicial

O PME 2015-2025 estabelecia como parâmetro norteador da Meta 15 **“aderir à política nacional de formação dos profissionais da educação, buscando assegurar que todos os professores e as professoras da educação**

básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Este diagnóstico aponta que a **meta não foi cumprida**. Justifica-se que não houve adesão à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto 8.752/2016) na esfera do Município de Bagé, pois não há uma política de formação local nos termos do referido Decreto. Infere-se que isso pode ter contribuído para os níveis de evolução insatisfatórios indicados pelo Painel de Monitoramento do PNE, conforme se apresenta:

Indicador 15-A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. **Não atingido**. O Município de Bagé atingiu o índice de 44,9% em 2024, abaixo da média nacional de 64,1% e da média da Região Sul de 59,7%.

Meta para 2024	2015	2024
100%	37,1%	44,9%

Fonte: Painel de Monitoramento do PNE.

Indicador 15-B: Proporção de docências dos anos iniciais com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. **Não atingido**. O Município de Bagé ficou próximo à média nacional de 75,3% e da média da Região Sul de 82%

Meta para 2024	2015	2024
100%	63,6%	74,4%

Fonte: Painel de Monitoramento do PNE.

Indicador 15-C: Proporção de docências dos anos finais com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. **Não atingido**. O Município de Bagé superou a média nacional de 60,4% e ficou levemente abaixo da média da Região Sul de 69,6%.

Meta para 2024	2015	2024
100%	52,7%	68,8%

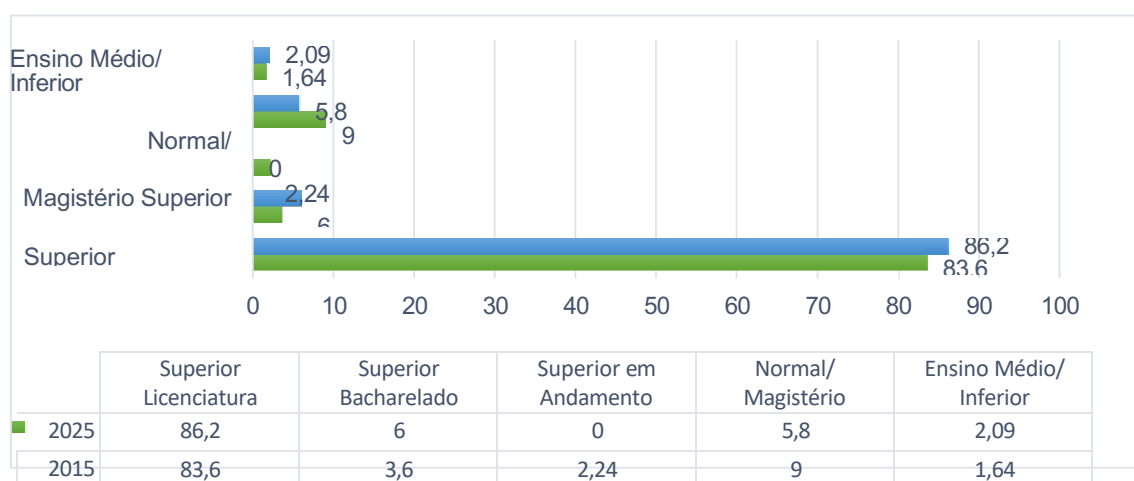
Fonte: Painel de Monitoramento do PNE.

Indicador 15-D: Proporção de docência do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. **Não atingido.** O Município de Bagé superou a média nacional de 68,4% e ficou levemente abaixo da média da Região Sul de 71,7%.

Meta para 2024	2015	2024
100%	59,7%	68,7%

Fonte: Painel de Monitoramento do PNE.

Gráfico: Evolução da Escolaridade dos docentes – Rede Pública – Educação Básica (em %)



Fonte: Censo Escolar

Quanto ao Censo Escolar, os dados sobre Educação Básica em 2025 indicam que 86,2% dos profissionais têm licenciatura, 6%, bacharelado, 5,8% normal ou magistério e 2,09%, ensino médio. O gráfico acima apresenta a evolução no decênio 2015-2025.

Acerca das estratégias analisadas dentro da Meta 15, apresenta-se o seguinte diagnóstico:

Estratégia 15.7 – valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica: **parcialmente cumprida**, pois a Coordenadoria Regional de

Educação não direciona estagiários dos cursos Normal e Magistério para cumprir carga horária na rede municipal e na rede privada de Educação. Além disso, observa-se uma redução de bolsistas de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), sobretudo na rede pública municipal de ensino;

Estratégia 15.10 – implantar, no prazo de três anos de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para os(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados: **estratégia não cumprida**, pois não foi instituída política de formação continuada.

Estratégia 15.12 – promover formação continuada dentro da rede pública e privada com parceria das universidades e instituições privadas de línguas: **estratégia não cumprida**, pois não se identificou política de formação continuada.

Meta 16 – Formação continuada

O PME 2015-2025 estabelecia como parâmetro norteador da Meta 16 “**formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino**”. Este diagnóstico

aponta que **a meta foi parcialmente atingida** a partir dos dados do Censo Escolar. Conforme o Censo Escolar, o cálculo se diferencia dos indicadores da Meta 16 do PNE. Neste, são 62,9% dos profissionais da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu em 2024 e 46,3% com formação continuada em 2024. Apesar da diferença, mantém-se o diagnóstico de cumprimento parcial.

Indicador 16-A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu. **Atingido.** O Município de Bagé alcançou índice de 65% em 2025. Ressalta-se que esse não é o maior índice. O percentual apresenta, em 2025, segunda queda consecutiva após máxima de 69,9% em 2023.

Indicador 16-B: Percentual de professores da educação básica que realizam cursos de formação continuada. **Não atingido.** O percentual registrado em 2025 é de 44,6%.

Em números absolutos, o Censo Escolar aponta que o total de docentes da rede pública – educação básica em Bagé é de 1.007 profissionais, sendo 868 com Licenciatura, 655 com pós-graduação e 449 com formação continuada. Ainda, conforme o Censo Escolar, a Evolução do número de docentes na rede pública, modalidade ensino básico, em Bagé, apresenta decréscimo de 13,34% por cento. Eram 1162 em 2015 e são 1007 em 2025.

Meta 17 – Valorização do magistério

O PME 2015-2025 estabelecia como parâmetro norteador da Meta 17 **“valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência”**. Aqui, relaciona-se a Meta 17 com parâmetro também ao Piso Nacional do Magistério.

O valor fixado na data de fechamento deste documento para o Piso Nacional é de R\$ 5.130,63 para uma jornada de 40 horas semanais (o equivalente a R\$ 2.565,31 para jornada de 20 horas semanais).

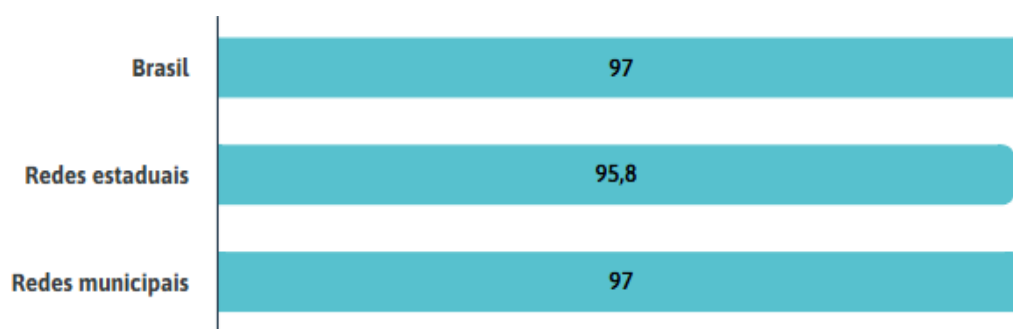
No Rio Grande do Sul, o rendimento bruto mensal médio dos profissionais do magistério, em 2024, é de R\$ 4.980,90, ou seja, 76,8% do rendimento bruto mensal médio dos demais profissionais, que é de R\$ 6.483,90. A menor diferença foi em 2022, quando o rendimento médio do magistério atingiu 88,1% da média dos demais profissionais. Os dados são do Painel de Indicadores do PNE.

Em Bagé, a discrepância é ainda mais alarmante. O piso municipal está defasado em 58,72% para 20 horas, pois não há cargos de 40 horas na rede pública municipal neste município.

O PME 2015-2025 tinha intenção de promover a valorização dos profissionais do magistério da educação básica pública, assegurando a equiparação de seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação. Tratava-se de

uma meta estratégica para a garantia da qualidade da educação, uma vez que a valorização profissional constitui um dos principais pilares para a permanência de profissionais qualificados na carreira docente e para o fortalecimento das redes públicas de ensino, mas de acordo com o exposto no Anuário Todos pela Educação do INEP, os rendimentos dos professores no Rio Grande do Sul e em Bagé se encontram abaixo da média nacional. Avalia-se que **a meta não foi cumprida**

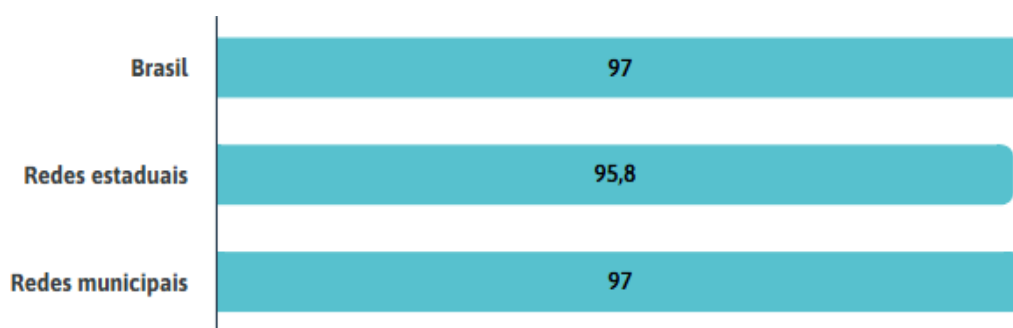
Gráfico: Rendimento médio dos docentes em comparação aos demais profissionais com Ensino Superior – Brasil (em R\$)



Fonte: Instituto Rui Barbosa - Painel Carreiras Docentes.

Fonte: Todos Pela Educação/ INEP. Reprodução.

Remuneração - Piso Nacional do Magistério-Brasil – Comparativo entre valor efetivo e valor corrigido pela inflação (em R\$)

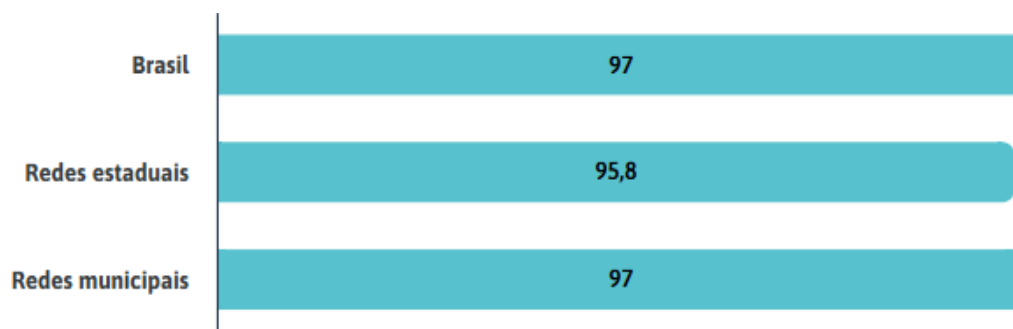


Fonte: Instituto Rui Barbosa - Painel Carreiras Docentes.

Fonte: Todos Pela Educação/ INEP. Reprodução.

Meta 18 – Plano de carreira

Redes que declaram possuir planos de carreira, em 2025 – Brasil, rede pública (em %)



Fonte: Instituto Rui Barbosa - Painel Carreiras Docentes.

Fonte: Todos Pela Educação/ INEP. Reprodução.

O PME 2015-2025 estabelecia como parâmetro norteador da Meta 18 **“assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”**. Este diagnóstico aponta que **a meta foi cumprida parcialmente**.

O plano de carreira de Bagé foi atualizado em 2011, construído coletivamente com vários segmentos, seguindo orientações da ADPM (Administração Pública para Municípios), apresentado em audiência pública, tornou-se lei em 2012, manteve os benefícios do anterior, entretanto a progressão na carreira docente ficou atrelada ao tempo e aos cursos realizados pelos professores, ampliou classes, em consonância com o Piso, trazendo modernidade, pois o plano anterior era de 1980. Embora tímido com relação à hora-atividade dos professores, prevendo somente 10% da carga horária, justificadas pela obrigatoriedade de cumprir as 800 horas e 200 dias letivos alunos e na insuficiências de profissionais para atender adequadamente as turmas.

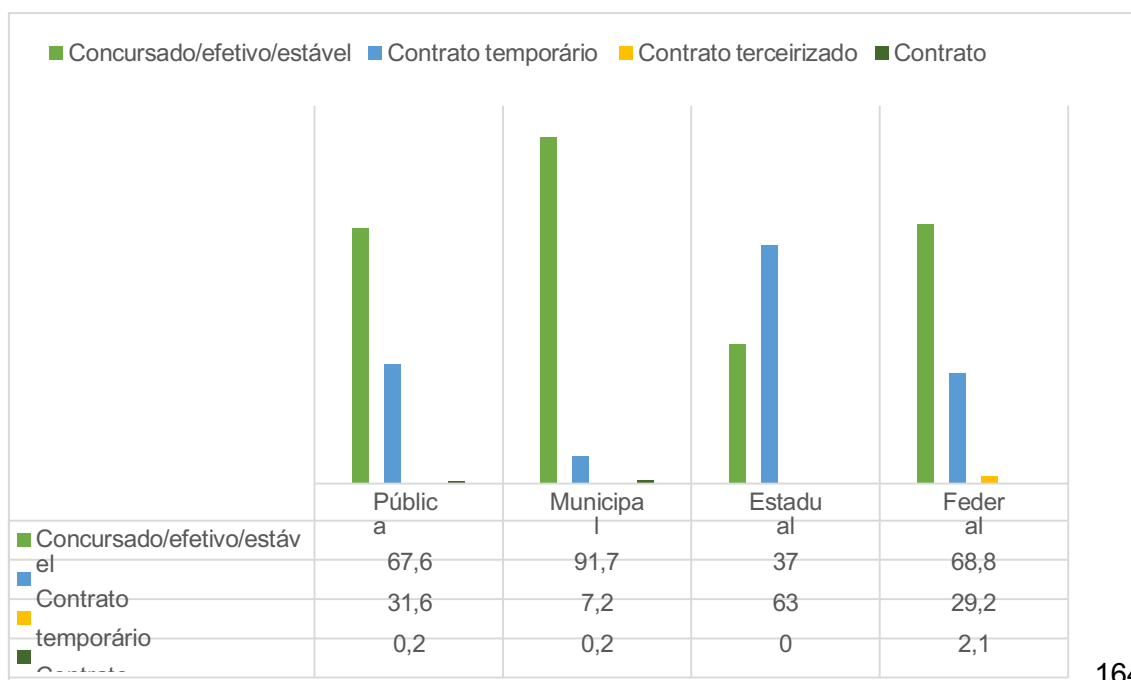
Além disso, devido ao não cumprimento dos reajustes previstos pelo piso nacional, o plano de carreira municipal tem imputadas dificuldades que atravessam os benefícios previstos.

A responsabilidade necessária para com o plano atravessa problemas descritos em outros tópicos também destacados neste diagnóstico.

Verifica-se, também, a necessidade estabelecer com maior clareza a obrigatoriedade do pagamento do Piso do Magistério, estabelecido por lei desde 2008, mas até hoje em exaustivas discussões na justiça, sem uma definição efetiva. Da mesma forma, os Planos de Carreira precisam ter vantagens concretas, que incentivem os profissionais do Magistério a participar de atividades de formação continuada, bem como de cursos de pós-graduação. Acerca das estratégias da Meta 18 que foram analisadas pelo grupo, tem-se a seguinte relação: 18.1, 18.2, 18.3, 18.4, 18.5, 18.6 e 18.7.

Estratégia 18.1 – “estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não-docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados”. **Não cumprida.** Conforme indicado no início deste diagnóstico, não há dados sistematizados para a verificação das informações dos profissionais não-docentes. Para os profissionais do magistério, observam-se os índices abaixo, que apontam porcentagens inferiores à meta para as redes Estadual (37%) e Federal (68,8%), conforme o Censo Escolar.

Gráfico: Percentual de docentes por forma de contratação segundo a rede de ensino em 2025 (em %)



Fonte: Censo Escolar.

Estratégia 18.2 – “implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do(a) professor(a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina”, **não foi possível estabelecer avaliação**, pois não há acompanhamento.

Estratégia 18.3 – “avaliar prova nacional realizada pelo Ministério da Educação para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para possível adesão, a ser utilizada na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública”, acredita-se que **foi parcialmente cumprida**, pois são inexistentes informações acerca de tal avaliação de forma detalhada.

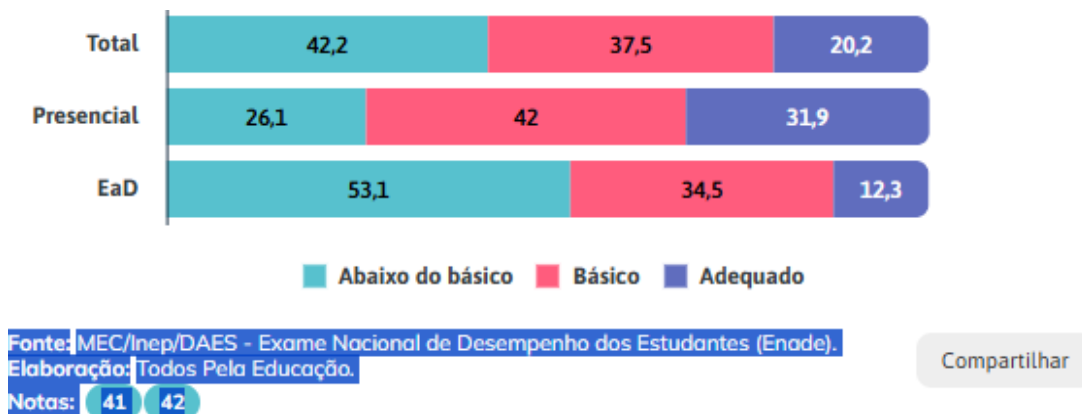
A Rede Estadual aderiu à Prova Nacional Docente e a Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional informa, em consulta ao Gabinete da Secretária Municipal, ser um dos municípios gaúchos que também fez a adesão. No entanto, ressalta-se que a forma de utilização não foi definida pois a Prefeitura Municipal de Bagé está impossibilitada de realizar concursos públicos no momento. Assim sendo, os critérios de como a nota dos candidatos no Concurso Nacional será aproveitado em âmbito local, mais especificamente pela Prefeitura de Bagé, não está claro.

A PND ainda serve a outro propósito, que é a avaliação da qualificação docente. Nesse sentido, o presente diagnóstico apresenta dados nacionais que revelam índices preocupantes. Os números indicam a fragilidade da formação profissional em EaD em comparação aos cursos presenciais.

Encontraram-se informações apontando os professores avaliados na Prova Nacional Docente, realizada em 2025: 53,1% dos concluintes em EaD ficaram abaixo do nível básico; no presencial, o índice foi de 26,1%. Por outro lado, 31,9%

dos formandos de cursos presenciais estavam no nível adequado, contra 12,3% no EaD.

Gráfico: Distribuição dos estudantes participantes do Enade Licenciaturas/ Prova Nacional Docente por desempenho e modalidade, em 2025 - Brasil (em %)



Fonte: Todos Pela Educação/ INEP. Reprodução.

Estratégia 18.4 – “prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação dos respectivos entes federados, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu”, afirma-se que **não foi cumprida**.

Estratégia 18.5 – “realizar, a cada dois anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, em conjunto com o Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos(as) profissionais da educação básica, inclusive de outros segmentos que não os do magistério, disponibilizando os dados para acesso da comunidade”, afirma-se que há **cumprimento parcial**. Há informações acerca dos profissionais docentes, mas não se encontram dados amplamente divulgados sobre os demais segmentos que não os do magistério.

Estratégia 18.6 – “considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas”, afirma-se que **não foi possível realizar avaliação**.

Estratégia 18.7 – que estabelece “estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em

todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação, atualização e implementação dos planos de Carreira”, afirma-se que, em 2016, foi construída uma comissão de avaliação do PME, porém **não encontramos registros da continuidade da referida comissão.**

Encaminhamento final

Os dados levantados pelo grupo, no presente diagnóstico, indicam avaliação insatisfatória quanto ao cumprimento das metas estabelecidas pelo PME 2015-2025. Acredita-se que o insucesso das metas venha a contribuir com a situação de crise na educação. Por exemplo, as fontes consultadas revelam baixos salários, precariedade de condições de trabalho e pouca procura pelos cursos de licenciatura, fazendo com que a carreira docente não tenha sido atrativa. A partir de informações do Exame Nacional do Ensino

Médio, estudantes com pontuação alta no Enem não têm procurado cursos superiores na área. Em 2024, apenas 14,7% dos ingressantes nas licenciaturas com nota no Enem do ano anterior, vinham do quintil superior de desempenho no exame. Como comparação, nos cursos de Direito, os ingressantes de alta performance eram 32,6%; e em Medicina, somavam 81,2%.

Em suma, os resultados deste diagnóstico evidenciam que os desafios para a valorização do magistério em Bagé persistem de forma estrutural. Isso exige do novo Plano Municipal de Educação um compromisso real com a superação das fragilidades apontadas. O cumprimento efetivo das futuras metas dependerá da articulação entre políticas locais de formação continuada, da estruturação de planos de carreira atrativos, da recomposição salarial e da consolidação de instâncias permanentes de monitoramento e de dados., Apenas com a valorização integral da carreira docente e a garantia de condições adequadas de trabalho será possível reverter o cenário de desinteresse pela profissão e assegurar a qualidade social da educação pública no município para o próximo decênio.

Objetivo 18: Participação e Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública

META 19 – Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União:

Considerando que a gestão democrática constitui um princípio da educação pública, apresenta-se inicialmente uma breve contextualização da rede pública de ensino existente no município de Bagé. Atualmente, o município conta com 80 instituições educacionais distribuídas entre as redes municipal, estadual e federal.

A rede municipal é composta por 60 escolas, sendo 23 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), 33 Escolas Municipais de Ensino Fundamental Urbanas (EMEFs), 3 Escolas Municipais Rurais de Ensino Fundamental (EMREFs) e 1 Escola Municipal de Educação Profissional (EMEP).

A rede estadual é composta por 19 instituições de ensino, distribuídas em 8 escolas que ofertam exclusivamente o Ensino Fundamental, 6 escolas que ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio, 1 escola de Ensino Médio, 2 escolas que ofertam Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, 1 escola que integra Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, além de 1 Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) vinculado ao Sistema Prisional.

A rede federal presente no município é composta pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), que oferta cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, Cursos Superiores (bacharelado e tecnólogo) .

Quadro – Instituições Públicas de Ensino por Dependência Administrativa e Etapa/Modalidade – Bagé/RS		
Dependência Administrativa	Etapa/Modalidade	Total
Municipal	Educação Infantil	23

Municipal	Ensino Fundamental Urbano	33
Municipal	Ensino Fundamental Rural	03
Municipal	Educação Profissional	01
Subtotal Municipal		60
Estadual	Ensino Fundamental	08
Estadual	Ensino Fundamental e Médio	06
Estadual	Ensino Médio	01
Estadual	Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional	02
Estadual	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional	01
Estadual	NEEJA do Sistema Prisional	01
Subtotal Estadual		19
Federal	Ensino Médio e Profissional	01
Total Geral		80

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho da Meta 19, com base no monitoramento do PME 2015-2025 e na análise documental.

No período de vigência do Plano Municipal de Educação (2015-2025), a Meta 19 foi composta por 11 estratégias, das quais uma foi vetada (19.10) quando da aprovação da Lei do PME.

A análise das estratégias que compõem a Meta 19 do PME 2015–2025,

durante sua vigência, demonstra que apenas a Estratégia 19.1 foi atingida, no que se refere à regulamentação da escolha participativa dos gestores escolares. A estratégia estabelecia: "garantir que o repasse de transferências voluntárias da União, na área da educação, para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regule a matéria em sua área de abrangência, respeitada a legislação nacional, considere, para a nomeação e/ou eleição de diretores e diretoras de escola, a participação da comunidade escolar, conforme as especificidades de cada rede de ensino.”.

No município de Bagé, a regulamentação da escolha dos dirigentes escolares ocorre de acordo com a legislação própria de cada rede pública de ensino. Para as escolas municipais, a Lei Municipal nº 6.455/2022 instituiu mecanismos de gestão democrática e disciplinou a escolha dos gestores escolares. Na rede estadual, a Lei Estadual nº 16.088/2024 dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino nas Escolas Públicas Estaduais e regulamenta o processo de escolha das equipes diretivas. No Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), o processo de escolha dos dirigentes é disciplinado pelo Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, que prevê a participação da comunidade acadêmica na consulta para escolha dos dirigentes.

Destaca-se, entretanto, que o trecho da estratégia referente ao condicionamento das transferências voluntárias da União constitui um mecanismo de indução da política educacional nacional e não uma atribuição dos sistemas de ensino municipais, estaduais ou federais locais. Assim, para fins deste diagnóstico, a avaliação da Estratégia 19.1 concentrou-se na existência de legislação que assegure a participação da comunidade nos processos de escolha dos gestores escolares, aspecto considerado atendido.

Diante desse contexto, considera-se que a Estratégia 19.1 foi atendida, uma vez que as redes de ensino presentes no município possuem regulamentação específica para a escolha de seus dirigentes, em consonância com o princípio da gestão democrática. Entretanto, a avaliação realizada aponta a necessidade de atualização das legislações, pois nenhuma destas é amplamente democrática, havendo dispositivos que dificultam a ampla participação e que precisam ser revisados.

Quatro estratégias (19.3, 19.4, 19.5 e 19.8) da Meta 19, do PME 2015–2025, foram consideradas parcialmente atingidas durante a vigência do plano. Em relação ao fortalecimento dos conselhos educacionais (Estratégia 19.3), verificou-se que

apenas o Conselho Municipal de Educação (CME) dispõe de formação continuada regular, por meio da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), além de infraestrutura mínima para seu funcionamento e apoio institucional ao desenvolvimento de suas atividades. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-Fundeb) e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) não dispõem das mesmas condições de infraestrutura e apoio institucional.

Um apontamento realizado diz respeito à inclusão de dispositivos legais que garantam a autonomia de funcionamento dos Conselhos de Educação, CACs-Fundeb e CAE.

Quanto à previsão orçamentária do município de Bagé, verificou-se a destinação de recursos apenas para o CME (Estratégia 19.4). A análise das leis orçamentárias do município referentes ao período de 2020 a 2025 evidenciou a previsão anual de R\$ 2.000,00 para a manutenção do Conselho Municipal de Educação (CME). Registra-se que a anuidade da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), entidade responsável, entre outras atribuições, pela orientação e formação continuada dos membros dos Conselhos Municipais de Educação, foi de R\$ 3.066,30 no ano de 2025, valor superior ao montante previsto para a manutenção do CME. Para os demais conselhos vinculados à educação, não foi identificada previsão orçamentária específica. Considerando que o valor destinado anualmente à manutenção do Conselho Municipal de Educação é inferior ao custo da própria anuidade da UNCME e que não há previsão de recursos para os demais conselhos, conclui-se que os recursos orçamentários previstos são insuficientes para atender às necessidades de funcionamento, formação e fortalecimento dessas instâncias de participação.

Também foi observado que o Fórum Permanente de Educação (Estratégia 19.5) foi instituído por decreto municipal, porém houve fragilidade na sua atuação, uma vez que ao longo da vigência do PME 2015-2025 ocorreu um esvaziamento dessa instância colegiada de participação social, comprometendo inclusive o monitoramento sistemático das metas educacionais.

Com relação aos Conselhos Escolares (Estratégia 19.8), verificou-se que essas instâncias estão constituídas na maioria das unidades escolares, em atendimento à legislação vigente. Contudo, não foram encontrados elementos

suficientes para aferir o fortalecimento desses colegiados, conforme previsto na estratégia, uma vez que não há dados sistematizados sobre a regularidade de seu funcionamento, sua participação nos processos decisórios, a realização de programas de formação dos conselheiros ou as condições de autonomia para o exercício de suas atribuições. Soma-se a isso a fragilidade no registro dessas instâncias no Censo Escolar, o que dificulta o monitoramento de sua atuação.

Das onze estratégias que compõem a Meta 19, cinco foram consideradas não atingidas: 19.2, 19.6, 19.7, 19.9 e 19.11. A análise de cada uma delas é apresentada a seguir, com base nas informações levantadas durante o processo de monitoramento e revisão do Plano Municipal de Educação 2015-2025.

A primeira estratégia considerada não atingida foi a Estratégia 19.2, que **estabelece a implantação, no município, de uma legislação que, para além do mecanismo financeiro, possibilite a gestão democrática em todas as suas dimensões.**

A análise realizada demonstrou que as legislações sobre gestão democrática ainda não contemplam, de forma integral, as dimensões administrativa, pedagógica, financeira e de gestão de pessoas necessárias à efetivação da gestão democrática.

Para a rede municipal, no que se refere à dimensão financeira, verificou-se que a gestão compartilhada dos recursos ocorre apenas nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), cujas equipes gestoras administram os recursos descentralizados destinados às unidades escolares. Na Educação Infantil e na Educação Profissional da rede municipal, o fornecimento de materiais, insumos e demais recursos é realizado diretamente pela mantenedora, sem a descentralização de recursos para gestão escolar.

Quanto à rede estadual, sobre a administração financeira, há mecanismos para distribuição de recursos financeiros administrados pelas equipes diretivas, porém persistem limitações relacionadas à autonomia na gestão de pessoas, especialmente quanto ao acesso a profissionais de apoio, como monitores, cuja disponibilização depende da administração central (Secretaria Estadual de Educação - SEDUC - POA).

De forma geral, a análise conclui que nas diferentes redes de ensino há fragilidades relacionadas à disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros havendo a necessidade de aperfeiçoar as condições para a efetivação da gestão democrática em todas as suas dimensões.

As Estratégias 19.6 e 19.7 foram consideradas não atingidas. Embora se diferenciam quanto à ação proposta, sendo a Estratégia 19.6 voltada ao estímulo e a Estratégia 19.7 ao fortalecimento dos grêmios estudantis e das associações de pais, ambas preveem a garantia de condições de funcionamento dessas instâncias e sua articulação com os Conselhos Escolares.

A análise demonstra que não foram identificados grêmios estudantis ativos nas redes municipal e estadual, estando essa instância presente apenas no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Da mesma forma, não foram identificadas ações sistemáticas voltadas ao fortalecimento das associações de pais, representadas, no contexto das redes de ensino do município, pelos Círculos de Pais e Mestres (CPMs), tampouco de sua articulação com os Conselhos Escolares.

Quadro – Levantamento das Instâncias Colegiadas no Âmbito Escolar				
Dependência Administrativa	Total	CE	CPM	Grêmio
Municipal	60	58	55	00
Estadual	19	18	18	00
Federal	01	-	-	01
Total Geral	80	76	73	01

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho da Meta 19, com base no monitoramento do PME 2015-2025 e na análise documental.

A Estratégia 19.9 foi considerada não atingida, a qual prevê **"incentivar e fomentar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares."**

A análise realizada, nas três redes, não identificou registros ou dados sistematizados que permitissem evidenciar a participação de profissionais da educação, estudantes e familiares na formulação dos Projetos Político-Pedagógicos, dos currículos escolares, dos planos de gestão e dos regimentos escolares. Da mesma forma, não foram encontrados elementos que demonstrem a participação

dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. A ausência dessas informações impossibilita verificar a consolidação de práticas permanentes de consulta, participação e deliberação coletiva, conforme previsto na estratégia.

De acordo com levantamento realizado junto aos arquivos do CME, sobre os Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares da Rede Municipal, constatou-se que, para a Educação Infantil, os mesmos foram atualizados em 2023, porém, na sua maioria não foram incluídas comprovações da participação da comunidade. Para as demais escolas da rede municipal, não houve atualizações recentes, sendo as últimas datadas de 2020 para os regimentos escolares. Na rede estadual, os PPPs estão em processo de elaboração/revisão atualmente. A documentação de organização institucional do IFSUL é diferente das demais instituições presentes no território e é atualizada periodicamente de acordo com as necessidades.

Por fim, constatou-se a ausência de programas permanentes de formação voltados às equipes gestoras das escolas, especialmente relacionados aos princípios e práticas da gestão democrática (Estratégia 19.11). Tal situação limita o desenvolvimento de competências necessárias para a condução de processos participativos e para o fortalecimento da cultura democrática nas instituições de ensino.

Há um apontamento com relação à necessidade da criação de um mecanismo de registro das informações sobre as formações continuadas, sendo essencial para a realização do monitoramento e acompanhamento dos processos formativos oferecidos.

Em síntese, a classificação das estratégias da Meta 19 do PME (2015–2025) é apresentada no quadro a seguir:

Quadro – Síntese da Avaliação das Estratégias da Meta 19 – Gestão Democrática da Educação (PME 2015-2025)	
Situação	Estratégias
Atingida	19.1
Parcialmente Atingidas	19.3, 19.4, 19.5 e 19.8

Não atingidas	19.2, 19.6, 19.7, 19.9 e 19.11
Vetada	19.10

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho da Meta 19, com base no monitoramento do PME 2015-2025 e na análise documental.

De forma geral, a análise realizada demonstra que a meta não foi atingida, embora tenham sido observados avanços importantes na regulamentação da gestão democrática e no fortalecimento de algumas instâncias de participação (CME).

Os avanços obtidos concentraram-se principalmente na institucionalização de mecanismos legais e na manutenção de órgãos colegiados em nível de sistemas de ensino. Entretanto, persistem fragilidades relacionadas à participação efetiva da comunidade escolar e ao fortalecimento dos mecanismos democráticos no cotidiano das instituições de ensino, aspecto que deverá receber atenção prioritária no próximo Plano Municipal de Educação 2026-2036.

Como forma de complementar e ilustrar o diagnóstico elaborado, realizou-se consulta ao Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), utilizando os indicadores disponíveis para o município de Bagé. O levantamento mostrou que, em 2024, o Indicador 19A registrou 7,5%, demonstrando baixa incidência de processos de escolha de diretores escolares que associam critérios técnicos à participação da comunidade escolar. O Indicador 19B alcançou 57,4%, indicando a presença parcial de colegiados intraescolares, como conselhos escolares, associações de pais e grêmios estudantis. Já o Indicador 19E atingiu 100% entre 2019 e 2021, indicando a existência dos colegiados municipais vinculados à gestão e ao controle social da educação. Os indicadores 19C, 19D e 19F não foram considerados nesta análise, pois o Painel de Monitoramento do PNE não disponibiliza esses dados desagregados para o município de Bagé, apresentando informações apenas em âmbito estadual. Dessa forma, os indicadores apresentados têm caráter ilustrativo e complementar ao diagnóstico, não substituindo a análise documental e as informações produzidas durante o processo de revisão do Plano Municipal de Educação.

Quadro – Indicadores de Monitoramento da Meta 19 – Gestão Democrática da Educação (Bagé/RS)

Indicador	Descrição	Resultado	Ano referência do Dado
19A	Escolas públicas com processo de escolha de diretores que associa critérios técnicos e participação da comunidade escolar	7,5%	2024
19B	Escolas públicas com colegiados intraescolares (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres e/ou Grêmio Estudantil)	57,4%	2024
19 E	Existência de colegiados municipais de gestão e controle social da educação (CME, CACS-FUNDEB, CAE e Fórum Permanente de Educação)	100%	2019-2021

Fonte: Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE) – Painel Power BI. Consulta realizada em junho de 2026, com os filtros: Região Sul, Rio Grande do Sul e Município de Bagé.

Embora a Meta 19 do PME 2015–2025 não contemplasse estratégias específicas voltadas à transparência pública, a análise realizada demonstrou que a disponibilidade e a divulgação de informações acessíveis e atualizadas constituem elementos fundamentais para a efetivação da gestão democrática e do controle social. A ausência de registros sistematizados, de mecanismos de publicidade das ações e de informações consolidadas sobre a implementação das estratégias dificultou o monitoramento do plano e a avaliação da atuação das instâncias colegiadas e dos processos participativos.

Nesse contexto, verificou-se a necessidade de incorporar, no novo Plano Municipal de Educação, estratégias específicas voltadas à transparência ativa, à ampla divulgação das informações educacionais e ao fortalecimento dos instrumentos de acompanhamento e controle social. As fragilidades identificadas subsidiaram a formulação das metas e estratégias do novo Plano Municipal de Educação, buscando superar os desafios constatados durante a vigência do PME 2015–2025.

Objetivo 19: Financiamento e Infraestrutura da Educação

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por finalidade apresentar os resultados do levantamento e da análise das estratégias do **Plano Municipal de Educação – PME de Bagé, referente ao período de 2015 a 2025**, considerando as informações disponíveis e as contribuições realizadas no processo de diagnóstico.

A elaboração deste diagnóstico constitui etapa fundamental para a avaliação das políticas educacionais desenvolvidas no município durante a vigência do Plano e para subsidiar a construção do novo Plano Municipal de Educação.

Durante o processo de análise, entretanto, foram identificadas limitações importantes quanto à disponibilidade de **dados oficiais, registros históricos sistematizados, indicadores, relatórios de acompanhamento e mecanismos permanentes de monitoramento e fiscalização** das metas e estratégias estabelecidas no PME.

Embora o Plano tenha definido objetivos, metas e estratégias para orientar a política educacional municipal, nem todas as informações necessárias à comprovação de sua execução foram localizadas de forma organizada para o período de 2015 a 2025.

Essa situação dificultou, em determinadas estratégias, a realização de uma análise retrospectiva que permitisse comparar, de maneira objetiva, **o que foi previsto no Plano, o que foi efetivamente executado e quais resultados foram alcançados**.

Diante dessa realidade, a Comissão adotou como princípio fundamental a **fidelidade das informações**, evitando classificar determinada estratégia como cumprida ou não cumprida quando não havia evidência suficiente para sustentar tecnicamente essa conclusão.

Assim, a ausência de dados oficiais não foi automaticamente considerada como descumprimento da estratégia. Quando não havia elementos suficientes, essa condição foi registrada como uma **limitação do diagnóstico**, justamente para evitar conclusões baseadas em suposições, percepções individuais ou informações fragmentadas.

2. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Para a análise das questões apresentadas, foram consideradas três situações:

SIM – Cumprida: quando foram identificadas evidências que permitissem reconhecer a implementação da estratégia.

NÃO – Não cumprida: quando foram identificados elementos concretos que demonstrassem que a previsão estabelecida no PME não foi efetivada.

SEM DADOS SUFICIENTES PARA AFERIÇÃO: quando não foram disponibilizados registros oficiais ou informações suficientes para confirmar ou negar o cumprimento da estratégia.

Essa última situação merece destaque, pois **a inexistência de registro localizado pela Comissão não significa necessariamente que determinada ação não tenha ocorrido**. Significa, tecnicamente, que não foram encontrados elementos suficientes para comprovar sua execução no período analisado.

3. ANÁLISE DO OBJETIVO/META 19

No âmbito do **Objetivo/Meta 19**, foram analisadas as estratégias relacionadas à gestão democrática, participação social, conselhos e formação das equipes gestoras.

Objetivo/Meta 19.8

A Estratégia **19.8** estabelece:

“Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros assegurando-se condições de funcionamento autônomo.”

No processo de análise, identificou-se a existência de estruturas de participação e controle social relacionadas à educação municipal. Entretanto, os documentos disponibilizados não possibilitaram reconstruir integralmente, para todo o período de 2015 a 2025, os dados relativos à constituição, funcionamento, formação dos conselheiros, autonomia e efetividade desses mecanismos.

Dessa forma, a análise recomenda **manter e fortalecer a estratégia**, conforme registrado no material de trabalho.

Para o novo PME, entende-se pertinente estabelecer indicadores que possibilitem acompanhar anualmente o funcionamento dos conselhos, a participação dos diferentes segmentos e as ações de formação dos conselheiros.

Objetivo/Meta 19.9

A Estratégia **19.9** prevê a participação e consulta dos profissionais da educação, estudantes e familiares na formulação dos Projetos Político-Pedagógicos,

currículos, planos de gestão e regimentos escolares, além da participação dos pais na avaliação de docentes e gestores.

Embora existam mecanismos de participação nas unidades educacionais, não foram disponibilizados registros consolidados que permitissem aferir, para todo o período de vigência do PME, a abrangência, periodicidade e efetividade dessa participação.

Por essa razão, a Comissão considerou necessário tratar a estratégia com cautela, evitando afirmar seu cumprimento integral sem documentação suficiente.

O encaminhamento registrado no documento é “**manter e fortalecer**”, com a necessidade de aprimorar os mecanismos de participação e acompanhamento.

Objetivo/Meta 19.11

A Estratégia **19.11** estabelece o desenvolvimento de programas de formação obrigatórios para as equipes gestoras das escolas, por meio das mantenedoras.

Foram consideradas as ações formativas realizadas no âmbito da educação municipal. Contudo, não foram disponibilizados registros consolidados que permitissem verificar, para todo o período de 2015 a 2025, a quantidade de formações realizadas, sua periodicidade, participação das equipes gestoras e o cumprimento integral da obrigatoriedade prevista na estratégia.

Diante disso, o documento propõe “**fortalecer e criar mecanismos de fiscalização**”, encaminhamento que deverá ser considerado na elaboração do novo PME.

4. ANÁLISE DA META 20 – INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO

A **Meta 20** estabelece como finalidade ampliar e qualificar o investimento público em educação pública, de forma a atingir o previsto na legislação nacional vigente.

A análise das estratégias dessa Meta apresentou situações distintas, sendo possível identificar estratégias com evidências de não cumprimento, outras cuja aferição ficou prejudicada pela ausência de dados e outras que necessitam de complementação.

Estratégia 20.1

A Estratégia **20.1** estabelece a destinação de, no mínimo, 0,1% do orçamento do recurso livre da SMED para manutenção do CME, CAE e CACS-FUNDEB.

Foi cumprida, no período de 2015 a 2025.

Estratégia 20.2

A Estratégia **20.2** prevê a vinculação de, no mínimo, 3% do orçamento do recurso livre da SMED para aquisição de recursos didático-pedagógicos destinados à Educação Infantil, EJA e educação especial/inclusiva.

Também neste caso, o documento não apresenta resposta conclusiva acompanhada de dados financeiros suficientes para demonstrar o percentual efetivamente aplicado.

Dessa forma, **não é recomendável concluir pelo cumprimento ou descumprimento sem o levantamento dos dados oficiais de execução orçamentária.**

Estratégia 20.3

A Estratégia **20.3** prevê a destinação anual de orçamento, quando necessário, para ampliação e construção das unidades escolares municipais destinadas à Educação Infantil.

Foi cumprida parcialmente, a estratégia necessita de complementação mediante levantamento dos investimentos realizados em ampliação, construção e expansão da Educação Infantil.

Estratégia 20.4

A Estratégia **20.4** prevê manter e ampliar, de acordo com o crescimento da população educacional egressa do Ensino Fundamental, a oferta de Ensino Médio.

Neste ponto, o próprio grupo registra uma **limitação objetiva de competência e de acesso aos dados**, considerando que a oferta do Ensino Médio é de responsabilidade da rede estadual.

O documento registra expressamente que não havia dados disponíveis e que também não havia representante do Estado no grupo responsável pela análise do financiamento.

Portanto, não seria tecnicamente adequado classificar essa estratégia simplesmente como “não cumprida”. Trata-se de uma situação em que **não foi possível aferir o cumprimento no âmbito do grupo municipal**, em razão da responsabilidade administrativa e da ausência de representação estadual.

Recomenda-se, para o diagnóstico final, buscar dados junto à Secretaria de Estado da Educação ou órgão responsável.

Estratégia 20.5

A Estratégia **20.5** determina garantir aporte de recursos do Salário-Educação, na ordem de no mínimo 2%, para manutenção e conservação da infraestrutura das escolas municipais.

Neste caso, foi registrada a resposta **NÃO**, com a justificativa de que as escolas municipais não receberam recursos para essa finalidade.

Portanto, diferentemente das situações em que faltaram dados, neste item houve uma informação objetiva apresentada pelo grupo, permitindo registrar o não cumprimento da previsão específica estabelecida na estratégia.

Para o novo PME, recomenda-se que a destinação dos recursos seja acompanhada por mecanismos de registro e transparência que possibilitem aferir anualmente a aplicação dos percentuais previstos.

Estratégia 20.6

A Estratégia **20.6** estabelece a contemplação das escolas municipais de Educação Infantil com autonomia financeira, tomando como referência a legislação municipal aplicável às escolas de Ensino Fundamental, inclusive com previsão de recursos do Salário-Educação.

O grupo registrou **NÃO**, justificando que as escolas de Educação Infantil administram apenas os recursos provenientes do **PDDE e do Programa Escola de Qualidade**.

Dessa forma, a resposta decorre da comparação entre a previsão expressa na estratégia e a situação identificada no período analisado.

Para o novo PME, recomenda-se reavaliar a autonomia financeira das unidades de Educação Infantil e estabelecer critérios claros de financiamento, execução, acompanhamento e prestação de contas.

Estratégia 20.7

A Estratégia **20.7** prevê a manutenção de relações harmônicas entre os entes da Federação para o desenvolvimento da educação, incluindo serviços suplementares, transporte, alimentação escolar, autonomia administrativa, atendimento qualificado e regime de colaboração.

O documento apresenta como sugestão **“SIM, manter e aprimorar”**.

Dessa forma, a estratégia deverá ser considerada como ação a ser mantida e aprimorada, devendo o diagnóstico final, sempre que possível, ser complementado por evidências que demonstrem as formas de colaboração estabelecidas durante o período.

Estratégia 20.8

A Estratégia **20.8** prevê garantir recursos oriundos do MDE para assegurar o previsto na Estratégia 7.15, de acordo com o regime de colaboração com os entes federados.

O documento não apresenta resposta conclusiva nem elementos suficientes para aferição.

Assim, recomenda-se a realização de levantamento específico dos recursos aplicados e das ações desenvolvidas no âmbito do regime de colaboração.

Estratégia 20.9

A Estratégia **20.9** prevê qualificar periodicamente os docentes e apoiar tecnicamente a escola de educação profissional, destinando percentual mínimo do orçamento do recurso livre da SMED.

O documento apresenta a sugestão “**manter e ampliar**”, indicando reconhecimento da pertinência da estratégia para o próximo PME.

Entretanto, não foram apresentados dados financeiros suficientes para comprovar o cumprimento do percentual estabelecido. Assim, a avaliação quantitativa deverá ser complementada mediante dados oficiais de execução orçamentária.

Estratégia 20.10

A Estratégia **20.10** estabelece manter e ampliar a informatização da SMED e das unidades escolares municipais, inclusive mediante colaboração com a União.

O documento apresenta como encaminhamento “**ampliar**”, reconhecendo a necessidade de continuidade e expansão dessa política.

Contudo, não foram apresentados indicadores quantitativos que permitissem aferir a evolução da informatização durante todo o período. Para o novo PME, recomenda-se estabelecer indicadores relacionados à conectividade, equipamentos, sistemas e atendimento das unidades escolares.

Estratégia 20.11

A Estratégia **20.11** estabelece manter e ampliar cargos técnicos administrativos destinados aos órgãos educacionais dos sistemas.

O documento apresenta como sugestão “**ampliar**”, mas não contém dados consolidados sobre o número de cargos existentes no início e ao final do período, nem sobre a evolução do quadro durante a vigência do PME.

Assim, a análise quantitativa necessita ser complementada mediante informações do setor de Recursos Humanos.

Estratégia 20.12

A Estratégia **20.12** prevê aperfeiçoar a formação continuada das equipes gestoras das escolas municipais, assegurando percentual mínimo dos recursos do Salário-Educação.

O documento registra a sugestão “**manter e ampliar**”, porém não apresenta dados financeiros e registros históricos suficientes para comprovar o percentual previsto.

Dessa forma, recomenda-se manter a ação no novo PME, associando-a a indicadores de formação, participação e investimento.

Estratégia 20.13

A Estratégia **20.13** prevê apoiar a implantação das estratégias do PNE relacionadas ao **Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQi e Custo Aluno-Qualidade – CAQ**.

Não foram disponibilizados, no material analisado, dados suficientes para demonstrar objetivamente a implementação da estratégia.

Recomenda-se que o novo PME incorpore mecanismos de acompanhamento do custo por aluno e dos padrões de qualidade educacional, articulados aos instrumentos de planejamento e financiamento.

Estratégia 20.14

A Estratégia **20.14** prevê a manutenção anual de percentual mínimo dos recursos do MDE para capacitação e formação dos professores municipais.

Foi cumprido, mas fica evidente a necessidade de aprimorar.

Estratégia 20.15

A Estratégia **20.15** estabelece a destinação de recursos do MDE para educação especial/inclusiva, abrangendo formação de profissionais, transporte, materiais e equipamentos específicos.

O documento apresenta a sugestão “**manter e ampliar**”, registrando ainda como evidência que **os novos ônibus do transporte escolar já são equipados com elevadores**.

Essa evidência demonstra uma ação relacionada à acessibilidade no transporte escolar, mas não permite, isoladamente, afirmar o cumprimento integral

de todos os componentes da estratégia, especialmente do percentual financeiro estabelecido.

Assim, recomenda-se manter e ampliar a estratégia, com indicadores que contemplem formação, acessibilidade, transporte, materiais e equipamentos.

Estratégia 20.16

A Estratégia **20.16** prevê a destinação de percentual mínimo do MDE para infraestrutura e material permanente das escolas municipais.

Foi cumprido parcialmente. Recomenda-se que o novo PME estabeleça mecanismos de acompanhamento anual dos investimentos em infraestrutura e material permanente.

Estratégia 20.17

A Estratégia **20.17** prevê estabelecer critérios, em parceria com os conselhos ligados à educação e o Fórum Permanente de Educação, para qualificar o investimento público em educação.

Não foram localizadas informações suficientes que permitissem aferir objetivamente a implementação da estratégia durante todo o período.

Recomenda-se que o novo PME estabeleça claramente os mecanismos de participação dos conselhos e do Fórum Permanente de Educação na definição e avaliação dos critérios de investimento.

Estratégia 20.18

A Estratégia **20.18** prevê criar legislação municipal específica para utilização de recursos oriundos dos royalties do petróleo na educação.

Neste caso, o grupo registrou **NÃO**, acompanhando a resposta da sugestão de criação da legislação, uma vez que **não existe lei municipal específica que verse sobre o tema**.

Portanto, trata-se de estratégia cujo não cumprimento foi identificado de forma objetiva a partir da inexistência da legislação municipal específica prevista.

Para o novo PME, recomenda-se avaliar a pertinência da manutenção da estratégia à luz da legislação vigente e da realidade financeira do município.

Estratégia 20.19

A Estratégia **20.19** prevê a constituição de um conselho deliberativo das despesas e investimentos públicos em educação, conjuntamente com o(a)

Secretário(a) de Educação, com a finalidade de garantir o ordenamento das despesas e respectivas rubricas e assegurar a autonomia financeira da pasta.

O grupo registrou **NÃO**, justificando que, além dos conselhos já existentes – **CME, CAE e CACS-FUNDEB** –, **não existe conselho específico que atenda à finalidade prevista nessa estratégia.**

Nesse caso, a resposta decorre da comparação direta entre a estrutura prevista no PME e a estrutura identificada no município.

Para o novo Plano, recomenda-se avaliar a pertinência da criação de mecanismo compatível com a legislação vigente e com as atuais estruturas de participação e controle social.

5. DA AUSÊNCIA DE DADOS E DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA FIDELIDADE DO DIAGNÓSTICO

Um dos principais resultados obtidos durante o processo de avaliação foi a constatação de que **não há uma base de dados histórica suficientemente sistematizada para todas as metas e estratégias do PME 2015–2025.**

Essa condição não deve ser compreendida como uma falha exclusiva da execução das políticas educacionais, mas como uma limitação que interfere diretamente na possibilidade de avaliação retrospectiva.

Em várias situações, a Comissão não dispunha de dados capazes de responder, com segurança:

- quanto estava previsto no PME;
- quanto foi efetivamente aplicado;
- em quais anos os recursos foram aplicados;
- quais ações foram realizadas;
- quais unidades foram contempladas;
- quais resultados foram alcançados;
- e qual foi a evolução dos indicadores ao longo dos dez anos.

Por esse motivo, **optou-se por não preencher lacunas com estimativas ou informações não comprovadas.**

Essa decisão foi fundamental para preservar a confiabilidade do diagnóstico.

6. DA REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS

Também deve ser registrada a limitação relacionada à **representatividade dos diferentes segmentos no grupo responsável pela análise**, especialmente

quando determinadas estratégias envolvem competências ou informações pertencentes a outros órgãos ou redes de ensino.

Um exemplo concreto encontra-se na **Estratégia 20.4**, relacionada ao Ensino Médio. O próprio documento registra que essa etapa é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e que não havia representante do Estado no grupo de financiamento.

Diante dessa situação, a Comissão buscou evitar conclusões que ultrapassassem sua base documental e sua esfera de conhecimento.

A ausência de representantes de determinados segmentos ou órgãos **não foi utilizada para preencher as lacunas com interpretações**, mas, ao contrário, reforçou a necessidade de registrar expressamente as limitações encontradas.

Dessa forma, o diagnóstico procura ser fiel àquilo que foi efetivamente possível comprovar, reconhecendo que sua complementação poderá ocorrer mediante a contribuição dos setores e segmentos que detenham informações específicas.

7. CONSIDERAÇÕES PARA O NOVO PME

O processo de avaliação do PME 2015–2025 demonstra a necessidade de que o novo Plano seja acompanhado por uma **estrutura permanente de monitoramento, avaliação e fiscalização**.

Para cada meta e estratégia, recomenda-se que sejam estabelecidos:

- indicador de acompanhamento;
- linha de base;
- meta anual ou intermediária;
- fonte oficial dos dados;
- responsável pela coleta;
- periodicidade de atualização;
- forma de registro das ações;
- mecanismo de avaliação dos resultados;
- participação dos diferentes segmentos;
- e forma de publicização das informações.

O diagnóstico também demonstra a necessidade de fortalecer a articulação entre o PME e os instrumentos de planejamento e orçamento municipal, permitindo que as previsões do Plano possam ser acompanhadas por meio do **PPA, LDO e LOA**, bem como pelos registros de execução orçamentária.

Além disso, o novo Plano deverá avançar da simples identificação da existência de investimentos para a avaliação de sua **efetividade, qualidade e capacidade de reduzir desigualdades entre escolas, territórios e segmentos da população**.

8. CONCLUSÃO

O diagnóstico do Plano Municipal de Educação – PME 2015–2025 foi elaborado a partir das informações disponíveis e das contribuições realizadas no processo de análise, procurando assegurar **transparência, prudência técnica e fidelidade aos dados efetivamente identificados**.

As respostas **SIM** foram utilizadas quando havia elementos que permitissem reconhecer a realização da ação; as respostas **NÃO**, quando identificada evidência concreta de que a previsão estabelecida não havia sido efetivada; e, nos casos em que não havia informações oficiais suficientes, optou-se por registrar a **limitação dos dados**, evitando transformar a ausência de documentação em conclusão de descumprimento.

Essa metodologia foi especialmente necessária diante da inexistência de registros sistematizados para todas as estratégias e da ausência de mecanismos permanentes de acompanhamento e fiscalização capazes de produzir uma série histórica completa durante os dez anos de vigência do Plano.

Também foram consideradas as limitações relacionadas à participação de representantes dos diferentes segmentos e órgãos responsáveis por determinadas políticas educacionais. Nesses casos, buscou-se preservar a qualidade do diagnóstico, evitando conclusões que não pudessem ser comprovadas documentalmente.

Assim, o presente diagnóstico não pretende apenas apontar o cumprimento ou não cumprimento das estratégias, mas também **evidenciar as condições encontradas para realizar essa avaliação**.

A insuficiência de dados, portanto, constitui elemento relevante do próprio diagnóstico e aponta para uma necessidade fundamental do próximo Plano Municipal de Educação: **instituir mecanismos permanentes de monitoramento, acompanhamento, avaliação, fiscalização, participação social e transparência**, de modo que a execução das metas e estratégias possa ser acompanhada continuamente e não somente ao final do período de vigência.

Por fim, registra-se que o presente documento possui caráter técnico e colaborativo, podendo ser complementado mediante a apresentação de informações oficiais pelos setores da Administração Municipal, unidades educacionais, conselhos, órgãos estaduais e demais segmentos envolvidos na política educacional.

O compromisso da Comissão foi, sobretudo, evitar que a ausência de informações fosse substituída por suposições, garantindo que o diagnóstico apresentado à Controladoria-Geral do Município seja o mais fiel possível às evidências disponíveis e às condições efetivamente encontradas durante o processo de avaliação do PME 2015–2025.